Princípios

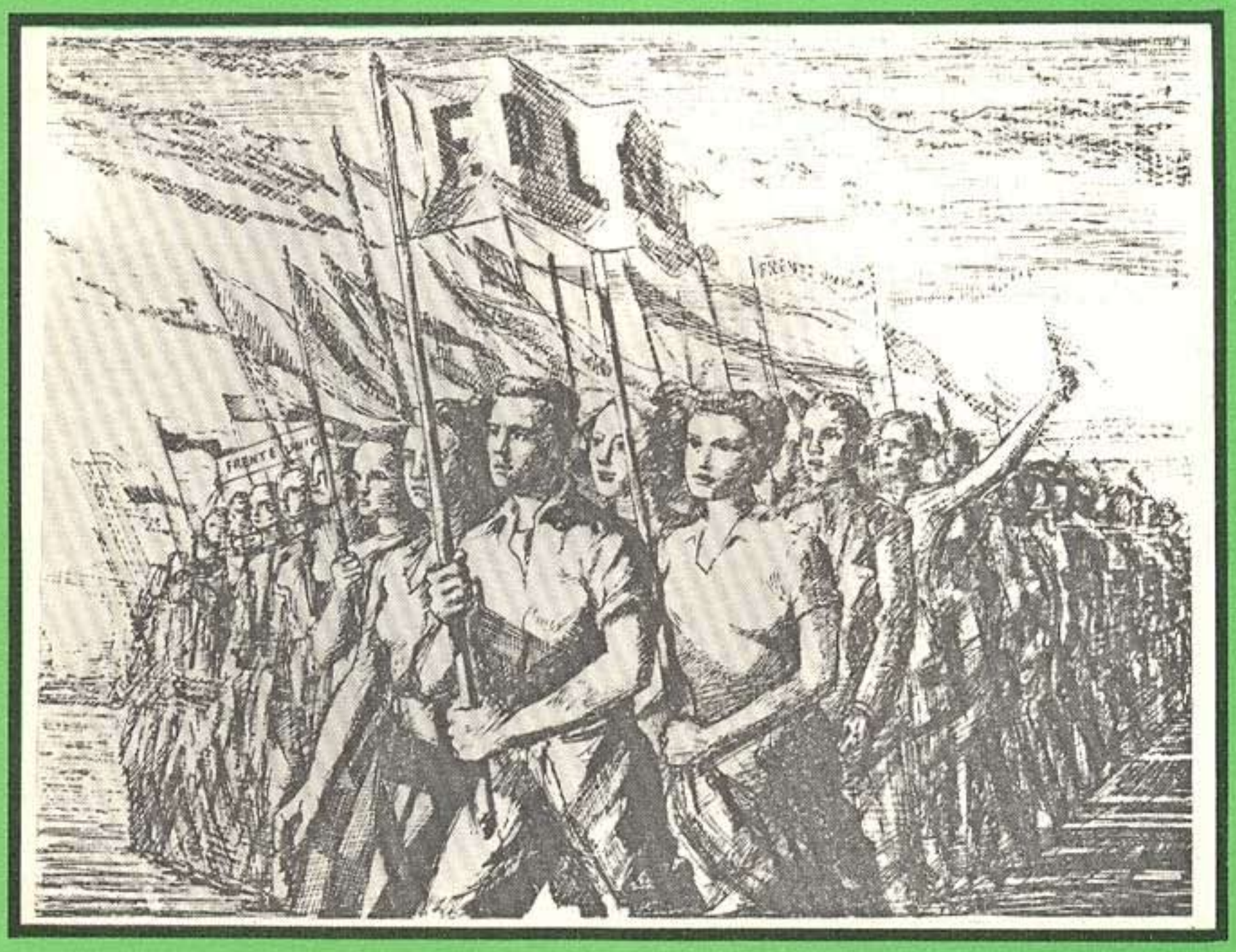
Revista teórica, política e de informação Março/1983 - Cr$400,00

Carajás — Exploração e Entreguismo

ENTREVISTA DE STÁLIN COM H.G. WELLS

A POLÍTICA GUERREIRA DAS SUPERPOTÊNCIAS

GRACILIANO RAMOS E A CONSTITUINTE



EDITORA ANITA GARIBALDI

5

Princípios

SUMÁRIO

Falência, Política e Violência 1

Carta a um Leitor
João Amazonas 3

Para Transformar o Mundo é Indispensável o Poder Político nas Mãos da Classe Operária
Josef Stálin 9

A Política das Superpotências — Perigo de Lançar a Humanidade numa Terceira Guerra Mundial
Rruga e Partisë . . . 19

No Centenário da Morte de Karl Marx . . 26

A Crise do Paraná
Fábio Campana . . . 28

Carajás — Exploração e Entreguismo
Jaime Sautchuk . . . 35

Graciliano Ramos e a Constituinte 42

PARA TRANSFORMAR O MUNDO É INDISPENSÁVEL O PODER POLÍTICO NAS MÃOS DA CLASSE OPERÁRIA

Nesta entrevista com o escritor inglês H.G.Wells, os argumentos precisos e convincentes de Stálin põem em contraste o marxismo e o liberalismo, demonstram a impossibilidade de mudar a fisionomia política do mundo sem uma autêntica revolução proletária.

PÁGINA 9

A POLÍTICA DAS SUPERPOTÊNCIAS — PERIGO DE LANÇAR A HUMANIDADE NUMA TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

De grande atualidade, este artigo do órgão teórico dos comunistas albaneses analisa com profundidade a política das duas superpotências e denuncia vigorosamente os seus preparativos guerreiros que levam a insegurança a toda a humanidade.

PÁGINA 19

CARAJÁS — EXPLORAÇÃO E ENTREGUISMO

O Regime militar, em completa bancarrota, agrava ainda mais a situação do país franqueando a penetração do capital estrangeiro. Inescrupulosamente, leiloa o solo pátrio e as suas riquezas minerais, comprometendo ao extremo a soberania nacional. Com abundância de dados, este artigo do jornalista Jaime Sautchuk põe a nu os planos do governo, urdidos com os monopólios imperialistas, para a entrega de Carajás, uma das maiores províncias minerais do planeta.

PÁGINA 35

GRACILIANO RAMOS E A CONSTITUINTE

Este vibrante discurso de Graciliano Ramos, além de ser documento político que conserva atualidade, representa uma ilustração do papel que desempenha o intelectual na sociedade, quando se coloca em sintonia com o momento que está vivendo, com os sentimentos e aspirações populares.

PÁGINA 42

A Revista PRINCÍPIOS é uma publicação trimestral da Editora Anita Garibaldi Ltda. — Travessa Brigadeiro Luís Antônio, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 — Jornalista Responsável: João Amazonas — Reg. Profissional nº 1.258 — Fls. 196 — livro 4 — de Porto Alegre, em 27.8.58 — Assinatura (4 números) Cr$ 1.600,00. Para o Exterior: US$ 15. Enviar cheque nominal para Editora Anita Garibaldi Ltda.

Capa: desenho de Cândido Portinari

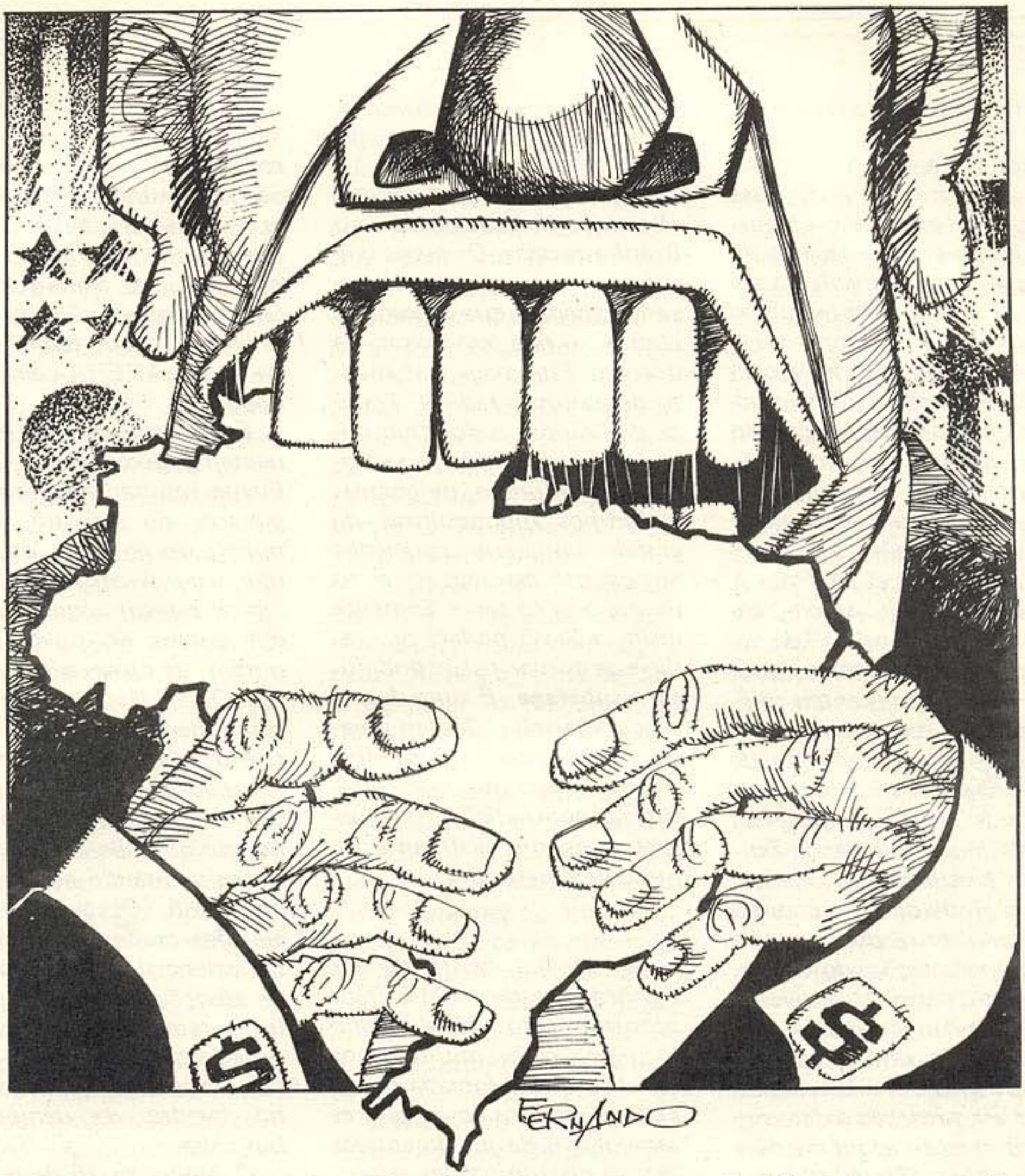


Ilustração Fernando.

Falência, Política e Violência

Vibrou forte o alarma do patriotismo, despertando a nação. É que depois de haver negado várias vezes o entendimento com o Fundo Monetário Internacional, o governo admitiu as negociações que, na verdade, já se vinham processando há muito com essa instituição financeira. Ao mesmo tempo, chegava ao Brasil Mr. Struckmeyer, chefe da missão do FMI, disposto, como se viu, a examinar as contas e os projetos estatais, a política cambial e salarial, os tributos e subsídios concedidos internamente, as fontes de recursos do país e algo mais que, nas esferas da economia e das finanças, se faz por baixo do pano, como diz a canção popular. O alarma ecoou forte porque a intervenção estrangeira nos negócios internos do país fere profundamente a linha demarcatória da soberania e independência nacional, deixando claro que chegamos ao limiar da falência, com os credores dentro de casa, fazendo o levantamento do ativo e passivo do Tesouro Nacional, do patrimônio dos bancos oficiais. O fato chocante calou na alma da nação que se ergue para protestar

contra tão aviltante capitulação. Os responsáveis por esse estado de coisas são chamados justamente de lacaios do imperialismo, serviçais do capital estrangeiro, entreguistas consumados.

Especula-se acerca da causa da bancarrota. Dizem alguns que foi precipitação no desenvolvimento econômico; outros alegam imprevidência no endividamento externo; e há os que culpam a crise mundial do sistema capitalista. A causa verdadeira, porém, encontra-se no "modelo" de desenvolvimento posto em prática pelos governantes militares. Eles pretendiam converter o Brasil numa grande potência, sem tocar no imperialismo, no latifúndio, nos grupos monopolistas da burguesia brasileira. Ou melhor: com a ajuda direta e copiosa do capital estrangeiro, com a maior penetração do capitalismo no campo, conservando e estendendo a grande propriedade territorial, com o alargamento das empresas estatais e a proteção a determinados setores econômicos e financeiros. "Modelo" que exigia, no plano político, a supressão pela força do movimento popular e democrático, com a questão social tratada no âmbito de uma pretensa segurança nacional e as liberdades cedendo lugar ao arbítrio.

Foi esse "modelo" que fracassou totalmente e conduziu o país à falência. Ao invés de superar as contradições básicas atuais da sociedade brasileira, agravou-as ao extremo. E o resultado é a subordinação, a dependência maior ao imperialismo.

Nenhuma panacéia superará a crise de estrutura que o Brasil atravessa. Os males que sofre o país não se curam com remédios que atacam os efeitos e não as causas da doença. Esta exige tratamento de natureza radical. Trata-se de liquidar o domínio imperialista, de pôr fim ao sistema do latifúndio, de golpear os grupos monopolistas da grande burguesia associados ao capital estrangeiro e ao monopólio da terra. Somente assim o Brasil poderá progredir e se tornar nação poderosa e soberana. É uma decorrência inevitável das leis objetivas do desenvolvimento histórico. Único meio de resolver as contradições que geram o quadro alarmante da presente conjuntura.

* * *

As eleições de 15 de novembro passado constituíram acontecimento de destaque invulgar. Após muitos anos de abstinência forçada na escolha direta dos governadores estaduais e de parlamentares sem as discriminações impostas por atos institucionais e leis arbitrárias, o povo brasileiro acorreu às urnas, maciçamente, para exprimir suas preferências e fazer o julgamento político do regime.

A oposição venceu amplamente: 9,2 milhões de sufrágios a mais do que os outorgados ao partido do governo, que sofreu contundente derrota. Embora expressivos, esses números ainda não dizem tudo. Porque em favor do agrupamento situacionista pesou a corrupção numa escala jamais vista, a Lei Falcão, os casuísmos de toda a espécie, as fraudes organizadas, o clientelismo apoiado na máquina administrativa. Se houvesse eleições realmente limpas, pouco teria restado da antiga ARENA com nome novo.

Em qualquer país medianamente democrático, semelhante resultado eleitoral implicaria, no mínimo, na renúncia do governo, uma vez que, segundo propalados princípios constitucionais, o poder emana do povo. Aqui, porém, as coisas são diferentes. Quem levou a pior continua dando as cartas, adotando represálias contra os vencedores, impondo medidas antidemocráticas e afirmando que não cederá as posições de mando nem mesmo em 1985. Deste modo, as eleições perdem seu conteúdo essencial como elemento de aferição da vontade popular e fator de recomposição do governo sempre que ocorram insucessos nas urnas. Isto no quadro da democracia burguesa.

O pleito de 15 de novembro, na realidade, não é ainda o mecanismo do funcionamento normal de um sistema jurídico razoavelmente instituído. Sua importância reside em ter sido um episódio marcante da luta de quase quatro lustros que o povo vem sustentando contra o regime militar. Valeu pela condenação incisiva desse regime, pela revelação da carga de descontentamento popular em crescimento, pela intensa mobilização e conscientização da opinião pública no conjunto

do país. Não obstante a desfaçatez dos governantes, eles sabem, e muito bem, que a maioria da nação não os apóia, que seu campo de manobras políticas tornou-se mais estreito, suas chances de continuar mandando reduziram-se bastante.

Entrementes, a conduta do governo, posterior ao pleito, indica não haver margem para ilusões: o arbítrio ainda continua, não desaparecerá tão facilmente. Enquanto persistir o domínio militar, mesmo recauchutado, a democracia não passa de miragem. É o que se infere da situação presente.

* * *

Com as derrotas e o isolamento dos generais argentinos, instalados pela força das armas na Casa Rosada desde 1976, a questão dos "desaparecidos" adquiriu novas dimensões. Anteriormente, só mesmo as "loucas da Plaza de Mayo" ousavam enfrentar os brutamontes fardados na esperança de obter informações sobre a sorte de seus filhos, maridos, irmãos levados pelo turbilhão da brutalidade fascista que varreu o país vizinho. Agora, são milhões os que não somente reclamam notícias dos que "sumiram", mas denunciam também a terrível tragédia que envolveu milhares de presos políticos e manchou a história de todo um povo submetido a prepotentes "guardiães da ordem".

Surgem inúmeros depoimentos. De testemunhas das monstruosidades ocorridas nos órgãos de repressão, de alguns sobreviventes da chacina policial-militar, dos que procuram fugir à sua responsabilidade pelo sucedido, de vários torturadores insolentes. Páginas inteiras dos jornais relatam o martírio sem remissão de jovens que sonharam com a liberdade, as técnicas sofisticadas de torturas físicas e mentais ali praticadas, os métodos dos inquisidores para se desfazerem rapidamente dos corpos imobilizados para sempre. Nesses relatos, espelha-se com nitidez os crimes horripilantes da época de Hitler, que deixaram a Humanidade traumatizada e revoltada.

Desgraçadamente, tais crimes não se verificaram apenas na Argentina. Em toda a nossa América, onde se fala o espanhol, o português, o francês, o inglês, registraram-se (e ainda se registram) fatos semelhantes. Os autores têm a mesma face, a face do ódio ao povo e à democracia, a mesma mentalidade tacanha. Têm igualmente medo da averiguação dos acontecimentos nos quais estiveram metidos. Eles recusam o julgamento da opinião pública, temem a severidade da sentença popular irrecorrível.

Silenciar ou esconder tais crimes somente contribui para estimular a sua repetição. É sabido que, depois da II Grande Guerra, criou-se o Tribunal de Nuremberg a fim de julgar os expoentes do nazismo. Uns poucos, apenas. A grande maioria dos que implantaram o terror por toda a parte, dos que enviaram para a morte, nos fornos crematórios, milhões de democratas sinceros, de mulheres, crianças e inocentes ficaram impunes, quando muito cumpriram penas irrisórias. O fascismo e seus cúmplices não mereceram o devido julgamento. Não custou muito para que essas aberrações se repetissem.

Mal encerravam-se os trabalhos de Nuremberg e um novo tipo de banditismo percorria o mundo arvorando a ameaça da bomba atômica, sob a batuta de Truman. O **maccartysmo** *invadiu os Estados Unidos, perseguiu homens e mulheres progressistas, artistas e intelectuais, o movimento negro sobretudo. E depois vieram as guerras da Coréia e do Vietnã onde as tropas norte-americanas usaram a mais requintada selvageria. Crimes, todos esses, amplamente comprovados, reprovados, mas não castigados. Muito cedo rolaram para os recantos esconsos do esquecimento com a ajuda daqueles que dominam a máquina da comunicação social.*

Certamente, a punição dos culpados é necessária. Em liberdade, os protagonistas dessas ações constituem um escárnio, um desafio à sociedade. Mais importante, porém, do que a punição, é ajudar o povo a compreender onde está a origem do mal que se repete com tanta freqüência e num plano tão vasto. Sua raiz encontra-se na decomposição irreversível do sistema capitalista, apodrecido até a medula. É daí que provém o fascismo e a brutalidade terrorista que o acompanha. É daí que deriva o lado escuro e sinistro da vida atual.

Por isso, a aspiração a acabar definitivamente com esse tipo de violência só será alcançada com a passagem da Humanidade a outro estágio de desenvolvimento social, o estágio do socialismo proletário, do comunismo científico. ●

Carta a Um Leitor

Em resposta a um leitor, João Amazonas levanta questões candentes da luta política e ideológica contra o revisionismo soviético.

Ao sr.
Kardeck do Nascimento

Peço desculpas pela demora em responder a sua carta.

Antes de mais nada devo dizer que a considero oportuna e sincera. Não importa que o signatário, como diz, seja um ardoroso espírita. O importante é que levanta algumas questões que preocupam muita gente e cujas dúvidas precisam ser esclarecidas.

Sem pretender possuir o monopólio da verdade, tentarei expor nossa opinião relativamente ao assunto tratado na carta.

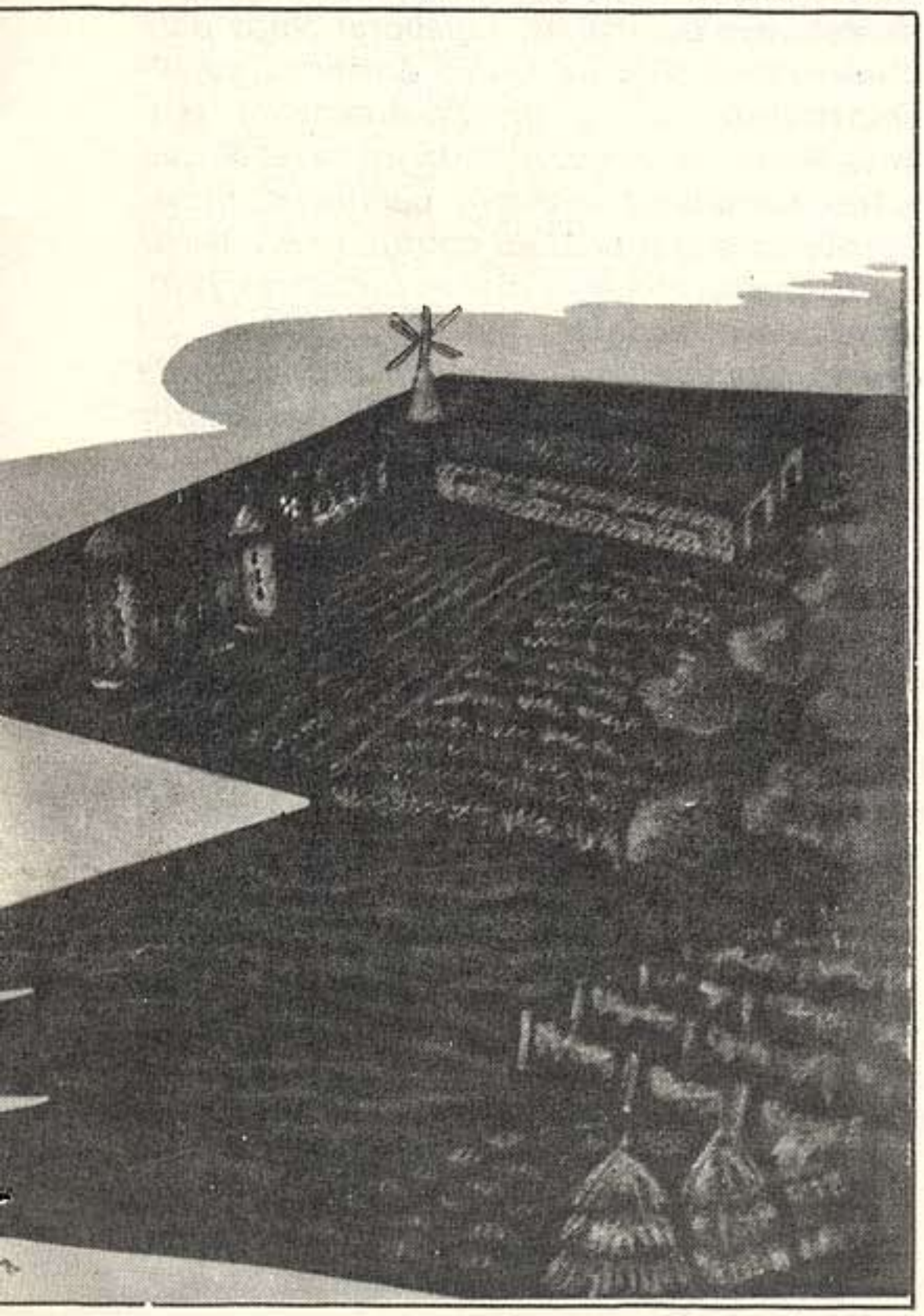
1– *O problema central de suas indagações refere-se ao tratamento político que se deve dar ao revisionismo e à União Soviética. Você admite que a União Soviética é revisionista, "desviou-se da rota". Acredita, no entanto, que "apesar desse retrocesso" continua sendo uma aliada das forças antiimperialistas e revolucionárias. Segundo suas opiniões, seria um erro combatê-la duramente, pois "ainda leva seu tijolinho na edificação do edifício do socialismo no mundo".*

Pensamos diferente. A União Soviética da época de Lênin e de Stálin estabeleceu e construiu o socialismo numa luta gigantesca de vida ou morte, transformou-se na esperança dos explorados e oprimidos de todo o Globo. Porém, desde a metade da década de 50, com a traição de seus dirigentes aos ideais do proletariado, deixou de ser socialista, voltou ao capitalismo, um capitalismo distinto na forma *dos demais países capitalistas, mas idêntico no conteúdo. À primeira vista parece que a União Soviética continua socialista. Ali as fábricas e usinas, como também os bancos, o transporte, o comércio etc não foram devolvidos a proprietários privados. No campo, se bem que se liquidaram muitos* sovkoses *(empresa inteiramente estatal) prosseguem existindo os antigos* kolkoses *(propriedade coletiva). Assim, visto de maneira superficial, tem-se a impressão que funciona uma economia coletivizada, socialista, como a de outrora. Na realidade, tal não sucede. Coletivizada, sim. Mas nas mãos de quem?*

Gravura albanesa de Dimitri Ligori

Do proletariado? Não. Nas mãos de usurpadores do poder que o utilizam em benefício próprio e de uma camada de burocratas, tecnocratas, militares, aproveitadores de todo tipo. Esta camada apossa-se de boa parte dos valores criados pelos trabalhadores, o que lhe assegura um alto nível de vida.

Num regime autenticamente socialista, a classe operária, os produtores em geral, devem ser os principais beneficiários do sistema socialista. Todavia, na União Soviética da atualidade, esses beneficiários são os dirigentes do Estado e do Partido, os administradores das empresas e kolkoses, os oficiais de elevada graduação, os técnicos, os funcionários destacados do aparelho partidário etc. Todos eles ganham salários muitas vezes maiores do que o salário médio do operariado. Sem dúvida, na primeira fase, a sociedade socialista admite diferenças salariais, não há igualitarismo. Mas essas diferenças tendem sempre a reduzir-se à medida em que se eleva a qualificação geral da mão-de-obra e o padrão tecnológico da produção. Dirigir o Estado, o Partido, as Forças Armadas, não dá direito, no socialismo, a privilégios de qualquer natureza. Não podemos esquecer que Marx e Engels apoiaram e elevaram a nível de princípios, as medidas da Comuna de Paris que atribuíam aos funcionários do Estado um salário igual ao da média do salário dos operários. É uma função social à qual se devem integrar as amplas massas de trabalhadores. Lênin dizia que uma cozinheira precisa saber dirigir o Estado.



As vantagens que aquela camada de beneficiários do regime desfruta provêm, como no capitalismo, do trabalho de outrem, da mais-valia *tirada dos operários e dos camponeses. Além de salários altíssimos em relação à média da remuneração dos trabalhadores, esses elementos dispõem de verdadeiras mordomias: casas de campo, automóveis de luxo, clínicas especializadas, facilidades para viagens de recreio ao exterior, armazéns especiais de produtos de consumo de boa qualidade a preços reduzidos, acesso fácil aos melhores espetáculos de arte, ampla utilização dos meios de comunicação etc. São os burgueses da Rússia.*

No campo, acelerou-se igualmente a marcha para o capitalismo. Os kolkoses, *que pouco a pouco deviam passar de propriedade de grupo a propriedade de todo o povo (como são as empresas), converteram-se em cooperativas de tipo capitalista. Extinguiram-se praticamente todos os meios que asseguravam essa passagem, entre os quais as Estações de Máquinas e Tratores em poder do Estado. Os* kolkoses *tornaram-se proprietários de meios de produção.*

No que se refere às relações da URSS com outros países, sua política tem cunho capitalista-imperialista. Participa do comércio desigual, vendendo às nações atrasadas (e também aos aliados próximos) seus produtos por altos preços e comprando matérias-primas e produtos manufaturados por baixos preços. Enquadra no seu sistema de opressão e exploração os países nos quais tem influência, acobertada com a capa de "ajuda internacionalista" ou sob o pretexto de integração na chamada comunidade socialista. Quando tais países reagem à espoliação, Moscou recorre à força armada, à pressão econômica e militar. Foi assim na Checoslováquia, na Polônia, no Afeganistão etc. Pode-se alegar que, se não

fosse a União Soviética, a Checoslováquia teria caído nas garras do imperialismo ocidental. O que é verdade, pois aí também o revisionismo havia liquidado o socialismo. Mas a intervenção militar soviética só teve um móvel: garantir o domínio imperialista da URSS naquele país. O fato se repete na Polônia. Ao contrário do que você afirma ("a União Soviética salvou a Polônia de retornar ao capitalismo, foi uma vitória dos comunistas") — o que a URSS fez foi "salvá-la" do capitalismo ocidental, se é que a salvou, para manter ali o seu exclusivo domínio. Se o movimento intitulado Solidarnosc *vencesse, o povo polonês iria viver sob o jugo da reação e da exploração imperialista ocidental, de braços dados com o Vaticano. Em decorrência da proclamação do estado de sítio do general Jaruzelski, a Polônia, onde o socialismo já não existe há quase três décadas, continuará atada de pés e mãos à União Soviética.*

2– *Você diz que a Rússia "apesar de ser revisionista tem colaborado para o enfraquecimento do capitalismo". Será? Pensamos de outra maneira. Até a metade da década de 50, a URSS desfrutava de imenso prestígio, plenamente justificado pela sua posição socialista, internacionalista. Era um poderoso baluarte da revolução proletária mundial. Junto com a URSS criara-se todo um campo socialista que ia da Europa ao Oriente, englobando metade da população do Planeta. Nos países capitalistas existiam fortes Partidos Comunistas, revolucionários, marxistas-leninistas, fundados na época da III Internacional. Se essa situação tivesse perdurado (e certamente progredido), hoje estaríamos ajustando definitivamente as contas com o sistema capitalista-imperialista em todo o mundo. Atravessaríamos uma fase de profundas transformações radicais na sociedade, apoiadas no processo objetivo do desenvolvimento social. Que ocorreu, no entanto? A URSS enveredou pelo caminho revisionista, abandonou a senda revolucionária, desmantelou a construção do socialismo. E influiu decisivamente na conversão dos partidos proletários-revolucionários em partidos revisionistas, agentes da burguesia, defensores da colaboração de classes, do caminho pacífico etc. O campo socialista sofreu um golpe esmagador. É claro que isto representou* o maior serviço já prestado ao capitalismo, *salvou-o da derrocada próxima. Vê-se, assim, que o que a União Soviética fez (e faz) não foi enfraquecer o capitalismo mas, ao contrário, tentar fortalecê-lo, alimentar por mais algum tempo a já longa agonia de sua existência final. É certo que o capitalismo vive uma fase de enfraquecimento contínuo, como sistema econômico-social. Isto é devido não à posição da Rússia e sim à atuação de leis objetivas que corróem inevitavelmente os seus fundamentos.*

3– *Em tais condições, pode-se admitir a União Soviética revisionista como aliada das forças revolucionárias? Você afirma que sim. Também nesta questão divergimos. O revisionismo é o perigo principal no movimento operário mundial. Semeia a confusão ideológica, desvia os trabalhadores da luta conseqüente. Aliando-nos ao revisionismo soviético contribuiríamos para sustentar a corrente que minou e continua minando as forças revolucionárias, colaboraríamos para fomentar ilusões na União Soviética social-imperialista, ainda insuficientemente desmascarada. Se somos partidários da revolução e do socialismo devemos denunciar firmemente os que procuram confundir e enganar a classe operária e as massas populares, principalmente aqueles que se disfarçam de marxistas-leninistas invocando o passado da Revolução Russa a fim de camuflar melhor sua traição aos ideais socialistas.*

Há ainda outras razões. Em que pese a demagogia pacifista e a propaganda de uma pretensa solidariedade internacionalista, a União Soviética realiza uma política expansionista e belicista. Faz a guerra no Afeganistão, usando diretamente tropas e armamentos russos; faz a guerra na Etiópia contra a Eritréa, aliada aos nacionalistas etíopes; faz a guerra ao Irã através do farto material bélico vendido ao Iraque; em certo sentido, faz também a guerra na Polônia contra os trabalhadores. Está por trás dos chauvinistas sérvios que atacam brutalmente os albaneses de Kosova. Acaso semelhante conduta pode ser denominada de política de paz, como repetem freqüentemente os dirigentes de Moscou? A cada dia observa-se que uma nova guerra mundial está em preparação. Quem a prepara? Evidentemente, as duas

Ilustração Paulo Lima

superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, envolvidas na maior e mais dispendiosa corrida armamentista de todos os tempos. O motivo da guerra reside na disputa exasperada entre esses dois competidores pela dominação mundial. Os Estados Unidos são adversários de morte dos povos, com eles não pode haver a mínima compla - cência. Mas a União Soviética não se mostra muito diferente: mais sofisticada, porém tão exploradora e opressora quanto os imperialistas norte-americanos. Justo, portanto, declarar que esses dois países, no mesmo grau, são inimigos dos povos e da paz. Se apoiarmos um deles contra o outro, estaremos traindo os interesses fundamentais dos trabalhadores. Porque fortaleceremos a política imperialista e de hegemonia mundial de um deles, em prejuízo da luta revolucionária emancipadora do proletariado e das massas populares.

4– *Você diz que os comunistas fazem alianças com o capitalismo ("quando chegam à conclusão que estas ajudam a causa da revolução"), e pergunta por que então não fazer também aliança com a União Soviética? Você argumenta que "Lênin fazia alianças com o capitalismo". Ainda aqui nossos pontos de vista não coincidem.*

É verdade que os comunistas fazem alianças, as mais variadas, com países e forças de natureza capitalista e mesmo imperialista. Durante a II Grande Guerra, Stálin fez aliança com os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo. Essa aliança tinha objetivo claro e justificado, era, nas condições em que se efetuou, obrigatória. Visava derrotar o principal inimigo da revolução, que constituía grave e imediata ameaça à URSS socialista e à liberdade e independência de todos os povos. Embora os Estados Unidos e a Inglaterra fossem também inimigos da revolução, o principal *inimigo, naquele momento, era a Alemanha nazista. Hoje, como se apresenta semelhante questão? Acaso, como colocam os chineses, alegando que a União Soviética é o inimigo principal? Ou como os soviéticos e seus seguidores, afirmando que esse inimigo são os Estados Unidos? Com tais afirmativas os chineses pretendem que se faça aliança com os imperialistas norte-americanos contra a URSS; e os soviéticos querem que se concerte tal aliança com eles contra os Estados Unidos. Nem uma coisa, nem outra. Na situação atual são dois (e não apenas um)* os inimigos principais *da revolução, do socia-*

lismo, dos povos — os Estados Unidos e a União Soviética. Ambos perseguem os mesmos fins — o domínio do mundo. E são numerosos os exemplos do que significa viver sob a bota dos imperialistas norte-americanos ou sob o tacão dos revisionistas soviéticos. Lênin, em caso assemelhado, antes e durante a I Grande Guerra, não ficou do lado da Rússia czarista e seus aliados (França, Inglaterra), nem do lado da Alemanha e seus parceiros. Atacou os dois blocos, tomou posição contra uns e outros, inimigos na mesma medida da revolução e dos povos. Somente desse modo pôde aproveitar as contradições no campo imperialista e levar a cabo a tomada do poder pelo proletariado russo.

Haverá o perigo de, atacando a União Soviética e seu revisionismo, levar água ao moinho dos monopolistas norte-americanos e dos reacionários em geral? Não. Os marxistas-leninistas têm posição independente e atacam no mesmo nível e ao mesmo tempo as duas superpotências e os reacionários. É o que fazemos no caso da Polônia e, em certa medida, no do Afeganistão. Nisto nos distinguimos também dos pseudo-socialistas, do tipo do Partido dos Trabalhadores (PT), que não fazem mais do que bater palmas aos agentes do Vaticano e do imperialismo, empenhados em utilizar o proletariado polonês colocando-o ao serviço de seus objetivos.

5 — *Você considera que combatendo duramente a União Soviética "jogaremos esse país no inferno juntamente com os verdadeiros comunistas que ali devem existir", o que seria, no seu entender, negação do internacionalismo proletário. E aduz: "a nossa tarefa devia ser ganhar esse país para a rota da qual se afastou".*

Um país como a União Soviética que abandonou, renegou, espezinhou o socialismo, não será recuperado através da conciliação e de táticas hábeis. Sua volta ao socialismo depende de uma nova revolução, pois nenhum país capitalista cede posições de mando pacificamente. Por acaso estaríamos ajudando a revolução na Rússia se marchássemos de braços dados com os traidores do socialismo? Desse modo não faríamos senão ajudar os revisionistas e continuar enganando os trabalhadores soviéticos e, o pior, concorreríamos para facilitar a execução dos seus planos de domínio do mundo. Somente há um meio para mudar essa situação: desmascarar decididamente e com argumentos convincentes o caráter social-imperialista do atual sistema dominante na URSS, impedir dessa forma que as ilusões no falso socialismo soviético adormeçam a vontade de luta das massas pela revolução. Que os operários soviéticos saibam que estamos do seu lado contra os revisionistas, que apoiamos o seu combate para pôr abaixo os opressores e burgueses soviéticos de hoje a fim de reimplantar a ditadura do proletariado e avançar no rumo do comunismo. Esse o verdadeiro internacionalismo. O argumento que você invoca (atacar a União Soviética é jogar no inferno os comunistas que lá existem) não é justo. Se o aceitássemos, então tampouco poderíamos atacar duramente os Estados Unidos porque lá também há comunistas.

6 — *Por fim, manifestamo-nos inteiramente de acordo com você quando diz que "nossa luta será vitoriosa, porque os ventos sopram a nosso favor, mas não tenhamos dúvidas de que será árdua e que ainda vai exigir muito sacrifícios". Estamos persuadidos que assim será. A falta de experiência e de vigilância revolucionária permitiu, em boa parte, que os revisionistas desviassem da rota revolucionária o primeiro país a edificar o socialismo. Atualmente nossa luta é mais difícil, contamos porém com fatores favoráveis. Mais difícil porque perdemos um poderoso reduto revolucionário e porque há ainda muita ilusão na União Soviética revisionista, bem como certo desânimo entre determinadas camadas do povo devido ao que ali sucedeu. Todavia, atua a nosso favor a situação em que se encontra o capitalismo, engolfado na maior crise da sua história, mais parasitário do que antes, mais vulnerável, incapaz de resolver os problemas graves que engendrou para a maioria da população do Planeta. Contudo, a fim de que triunfe a nossa causa, devemos ser inflexíveis na defesa dos princípios revolucionários, no combate obstinado a tudo o que entrava a marcha da revolução.*

Não sei se fui suficientemente claro na exposição de nossas idéias e em que medida esta carta poderá ajudá-lo. De qualquer modo, essa foi a nossa intenção.

João Amazonas

J.V.Stálin, falando na fábrica Dínamo em 7/11/24

Para Transformar o Mundo É Indispensável o Poder Político Nas Mãos da Classe Operária

JOSEF STÁLIN

Entrevista com H.G. Wells, famoso romancista e jornalista inglês, em julho de 1934, na União Soviética.

Presentemente, quando voltam a proliferar idéias de renovação socialista sem grandes choques e comoções sociais, através de reformas graduais contínuas, tendo por base as teses liberais de convivência pacífica com o capitalismo — as opiniões de Stálin na entrevista a H. G. Wells ganham enorme significação.Os argumentos precisos e convincentes do eminente pensador e dirigente comunista põem em contraste o marxismo e o liberalismo, demonstram a impossibilidade de mudar a fisionomia política do mundo sem uma autêntica revolução proletária. Documento pouco conhecido, a entrevista de Stálin precisa ser amplamente divulgada como contribuição valiosa ao debate que prossegue em torno dos caminhos para a construção da nova sociedade.

Wells: Fico-lhe muito grato, senhor Stálin, por ter aceitado ver-me. Estive recentemente nos Estados Unidos. Mantive longa conversa com o Presidente Roosevelt e procurei saber quais eram suas idéias principais. Agora venho perguntar ao senhor o que está fazendo para mudar o mundo. . .

Stálin: Na verdade, não muita coisa. . .

Wells: Vagueio pelo mundo e como um homem comum, observo o que se passa em volta de mim.

Stálin: Os homens públicos importantes, como o senhor, não são "homens comuns". Evidentemente, só a história pode determinar quão importante foi este ou aquele homem público. Em todo o caso, o senhor não vê o mundo como um "homem comum".

Wells: Não pretendi ser modesto. Quis dizer que procuro ver o mundo com os olhos do homem comum, e não como um político de partido ou um estadista. A minha visita aos Estados Unidos me causou forte impressão. O velho mundo financeiro está desabando, e a vida econômica do país sendo reorganizada sobre novas linhas. Lênin disse que era "preciso aprender a fazer negócios" aprendendo com os capitalistas. Hoje, os capitalistas têm de aprender com os senhores, devem captar o espírito do socialismo. Parece-me que nos Estados Unidos se está levando a cabo profunda reorganização — a criação de uma economia planificada, isto é, socialista.

O senhor e Roosevelt partiram de dois pontos de vista diferentes. Porém, não há uma relação de idéias, uma espécie de parentesco de idéias, entre Washington e Moscou?

Em Washington, impressionaram-me as mesmas coisas que se passam aqui: ampliação do aparelho de direção, criação de uma série de novos organismos reguladores do Estado, organização de um serviço público universal. Como os senhores, necessitam de habilidade na direção.

Stálin: Os Estados Unidos buscam propósito diverso do que buscamos na U.R.S.S. O propósito que perseguem os norte-americanos surgiu das dificuldades econômicas, da crise econômica. Os norte-americanos pretendem desembaraçar-se das crises à base da atividade capitalista privada sem mudar a base econômica. Estão tratando de reduzir ao mínimo a ruína, as perdas causadas pelo sistema econômico existente. Aqui, entretanto, como o senhor sabe, foram criadas, em lugar do velho sistema econômico destruído, bases inteiramente diferentes; uma nova base econômica. Embora os americanos citados pelo senhor atinjam parcialmente o seu propósito, quer dizer, reduzam ao mínimo tais dificuldades, não destruirão as raízes da anarquia que é inerente ao sistema capitalista.

Estão preservando o sistema econômico que deve conduzir inevitavelmente — e não pode senão conduzir — à anarquia na produção. De modo que, na melhor das hipóteses, o que atingirem será, não a reorganização da sociedade, não a abolição do velho sistema social que engendra a anarquia e as crises, mas a limitação de algumas de suas características negativas, certa restrição aos seus excessos. Subjetivamente, talvez os norte-americanos pensem que estão reorganizando a sociedade; objetivamente, entretanto, estão preservando as bases atuais dela. É por isso, objetivamente, que daí não resultará nenhuma reorganização da sociedade.

> *. . . Sem se abolir o princípio da propriedade privada sobre os meios de produção, é impossível criar-se uma economia planificada.*

Nem haverá absolutamente economia planificada. Que é economia planificada? Quais são alguns dos seus atributos? A economia planificada cuida de abolir o desemprego. Suponhamos que seja possível, enquanto se preserva o sistema capitalista, reduzir o desemprego até certo mínimo. Porém, nenhum capitalista aceitará jamais a abolição total do desemprego, a abolição do exército de reserva dos desempregados, cuja razão de ser é fazer pressão no mercado do trabalho para garantir a oferta de trabalho barato. Aí tem o senhor uma das fendas da "economia planificada" da sociedade burguesa. E ainda mais, a economia planificada pressupõe aumento da produção naqueles ramos da indústria que produzem as mercadorias de que o povo mais necessita. Mas o senhor sabe que a expansão da produção, sob o capitalismo, se dá por motivos inteiramente diferentes; sabe que o capital flui para aqueles ramos da economia onde é mais alta a taxa de lucro. O senhor jamais conseguirá que um capitalista aceite uma taxa de lucro menor para satisfazer as necessidades do povo. Por isso, sem se desembaraçar dos capitalistas, sem se abolir o princípio da propriedade privada sobre os meios de produção, é impossível criar-se uma economia planificada.

Wells: Estou de acordo com muita coisa que o senhor disse, porém gostaria de insistir sobre o fato de que se um país adota o princípio da economia planificada, se os governantes, de modo gradual, passo a passo, começam conseqüentemente a aplicar esse princípio, a oligarquia financeira será por fim abolida e se estabelecerá o socialismo, no sentido anglo-saxão da palavra. O efeito das idéias do **New Deal** de Roosevelt é muito poderoso, e elas são, na minha opinião, idéias socialistas. Parece-me que, em vez de se por em tensão o antagonismo entre os dois mundos, deveríamos, nas circunstâncias atuais, esforçarmo-nos por estabelecer uma linguagem comum para todas as forças construtivas.

Stálin: Ao falar da impossibilidade de realizar os princípios da economia planificada enquanto se conserva a base econômica do sistema capitalista, não desejo, de forma alguma, diminuir as destacadas qualidades pessoais de Roosevelt, sua iniciativa, sua coragem e determinação. Indubitavelmente, Roosevelt se projeta como uma das figuras mais fortes entre todos os capitães do mundo capitalista contemporâneo. Por isso gostaria, ainda uma vez, de repisar que a minha convicção de que a economia planificada é impossível sob as condições do capitalismo, não significa que tenha dúvidas sobre a qualidade pessoal, o talento e a coragem do Presidente Roosevelt. Mas quando as circunstâncias são desfavoráveis, nem o capitão de maior talento pode atingir a meta a que o senhor se referiu.

O Estado é uma instituição que organiza a defesa do país, organiza a manutenção da "ordem": é um aparelho para cobrar impostos.

Para começar, teoricamente não está excluída a possibilidade de se caminhar gradualmente, passo a passo, sob as condições do capitalismo, até a meta pelo senhor chamada socialismo no sentido anglo-saxão da palavra. Mas que "socialismo" será esse? Na melhor das hipóteses, será um freio aos representantes mais obstinados do lucro capitalista, certo reforçamento do princípio regulador na economia nacional. Tudo isso está muito bem. Porém, assim que Roosevelt, ou qualquer outro capitão do mundo contemporâneo burguês, comece a empreender algo de sério contra os fundamentos do capitalismo, sofrerá inevitavelmente séria derrota. Os bancos, as indústrias, as grandes empresas, as grandes fazendas, não estão nas mãos de Roosevelt. São todas propriedades privadas. As estradas de ferro, a marinha mercante, tudo isso pertence a proprietários privados. E, finalmente, o exército dos trabalhadores especializados, os engenheiros, os técnicos, não estão tampouco sob o mando de Roosevelt, mas dos proprietários privados; todos trabalham para eles. Não devemos esquecer as funções do Estado, no mundo burguês. O Estado é uma instituição que organiza a defesa do país, organiza a manutenção da "ordem": é um aparelho para cobrar impostos. O Estado capitalista não se ocupa muito com a economia no sentido estrito da palavra; a economia não está nas mãos do Estado. Ao contrário, o Estado é que está nas mãos da economia capitalista. Por isso, receio que, apesar de toda a sua energia e capacidade, Roosevelt não alcance a meta a que o senhor se refere, se essa é, em realidade, a sua meta. Talvez, no curso de várias gerações, seja possível aproximar-se um pouco dessa meta, porém pessoalmente considero que nem mesmo isso seja provável.

Wells: Talvez eu creia mais fortemente que o senhor na interpretação econômica da política. As invenções e a ciência moderna puseram em movimento enormes forças dirigidas para a organização melhor, para o melhor funcionamento da comunidade, isto é, para o socialismo. A organização e a regulamentação da ação individual tornaram-se necessidades mecânicas, independentemente das teorias sociais.

Se principiássemos pelo controle estatal dos bancos e continuássemos com o controle dos transportes, das indústrias pesadas, da indústria em geral, do comércio etc., tal controle universal equivaleria à propriedade do Estado sobre todos os ramos da economia nacional. Este será o processo da socialização. Socialismo e individualismo não se opõem como o preto ao branco. Há muitos estados de permeio entre eles. Há o individualismo que roça no bandoleirismo, e há o espírito de disciplina e de organização que são equivalentes ao socialismo. A introdução da economia planificada depende, em grau considerável, dos organizadores da economia, dos técnicos, os quais, passo a passo, podem ser convertidos aos princípios socialistas de organização. E isso é da maior importância, porque a organização precede o socialismo. Sem organização, a idéia socialista não passa de mera idéia.

Stálin: Não há, nem deve haver, contraste

irreconciliável entre o indivíduo e a coletividade, entre os interesses individuais e os interesses da coletividade. Não deve haver tal contraste, porque o coletivismo, o socialismo, não nega e sim combina os interesses individuais com os interesses da coletividade.

Não há contraste irreconciliável entre o indivíduo e a coletividade. . . o socialismo não nega e sim combina os interesses individuais com os interesses da coletividade.

O socialismo não pode se esquecer dos interesses individuais. Somente a sociedade socialista pode satisfazer completamente esses interesses pessoais. Ainda mais: só a sociedade socialista pode salvaguardar firmemente os interesses do indivíduo. Neste sentido, não há contraste irreconciliável entre "individualismo" e socialismo. Porém, podemos negar o contraste entre as classes, entre a classe dos proprietários, a classe dos capitalistas, e a classe dos trabalhadores, a classe dos proletários? De um lado, temos a classe dos proprietários, que é dona dos bancos, das fábricas, das minas, do transporte, das plantações nas colônias. Tais pessoas não vêem senão seus próprios interesses, sua ambição pelos lucros. Não se submetem à vontade da coletividade; esforçam-se, isso sim, por subordinar cada coletividade à sua vontade. De outro lado, temos a classe dos pobres, a classe explorada, a que não possui nem fábricas, nem usinas, nem bancos, a que é obrigada a vender sua força de trabalho aos capitalistas e que carece de oportunidades para satisfazer as suas necessidades mais elementares. Como se podem conciliar interesses tão opostos? Pelo que sei, Roosevelt não teve êxito em encontrar a senda da conciliação entre esses interesses. E é impossível, como já o demonstrou a experiência. Afinal, o senhor conhece a situação dos Estados Unidos melhor do que eu, que nunca estive lá e observo os assuntos norte-americanos sobretudo através do que se escreve sobre esse assunto. Porém tenho alguma experiência de luta pelo socialismo e esta experiência me diz que, se Roosevelt tentar satisfazer os interesses da classe proletária, à custa da classe capitalista, esta porá outro Presidente no lugar dele. Os capitalistas dirão: os Presidentes passam, porém nós permaneceremos; se esse ou aquele Presidente não defende os nossos interesses, encontraremos um outro. Pode o Presidente opor-se à vontade da classe capitalista?

Wells: Oponho-me a essa classificação simplista da Humanidade em pobres e ricos. Evidentemente há uma categoria de pessoas que visa o lucro. Mas não são essas pessoas olhadas como obstáculos, tanto no Ocidente como aqui? Não há no Ocidente muita gente para quem o lucro não é um fim em si, gente que possui certa quantidade de recursos e que deseja inverter e obter lucros com as suas inversões, porém que não faz disso o seu objetivo principal? Para essa gente as inversões são uma inconveniência necessária. Não há grandes núcleos de engenheiros capazes e estudiosos, organizadores da economia, cujas atividades são estimuladas por alguma coisa mais que o lucro? Na minha opinião, há uma classe numerosa de pessoas capazes que admitem ser o sistema atual não-satisfatório e que estão destinadas a um grande papel na futura sociedade socialista. Durante os últimos anos tenho pensado muito na necessidade, tenho-me dedicado muito à tarefa de levar a cabo a propaganda em favor do socialismo e do cosmopolitismo entre amplos círculos de engenheiros, aviadores, elementos técnicos militares etc. É inútil aproximar-se desses círculos com a propaganda direta da luta de classes. Essas pessoas compreendem a situação em que se encontra o mundo, que se transforma num pântano sangrento, mas para tais pessoas o antagonismo primitivo da luta de classes é algo sem sentido.

Antes de mais nada a Humanidade está dividida em ricos e pobres, entre proprietários e explorados.

Stálin: O senhor se opõe à classificação simplista das pessoas em ricos e pobres. É claro que há as camadas médias, há a intelectualidade técnica a que o senhor se referiu e, entre elas, há pessoas muito boas e honradas. Entre elas há também pessoas desonestas e perversas, toda espécie de gente. Porém, antes de mais nada, a Humanidade está dividida em ricos e pobres, entre proprietários e explorados; e abstrair-se dessa divisão fundamental e do antagonismo entre pobres e ricos significa abstrair-se do fato fundamental. Não nego

a existência de camadas intermediárias, que podem ficar do lado de uma ou de outra dessas duas classes em conflito, ou podem tomar posição neutra ou semineutra nessa luta. Todavia, repito, abstraír-se dessa divisão fundamental da sociedade e da luta fundamental entre as duas classes principais significa ignorar os fatos. Esta luta continua e continuará. O resultado dela será determinado pela classe proletária, a classe dos trabalhadores.

Wells: Porém, não há muitas pessoas que, não sendo pobres, trabalham produtivamente?

Stálin: Para começar, há pequenos proprietários de terras, artesãos, pequenos comerciantes, mas não são esses os que decidem da sorte de um país, e sim as massas trabalhadoras que produzem todas as coisas requeridas pela sociedade.

Wells: Contudo há muitas classes diferentes de capitalistas. Há capitalistas que só pensam nos lucros; mas há também os que estão preparados para fazer sacrifícios. Tomemos o velho Morgan por exemplo: só pensou nos lucros; foi um parasita da sociedade. Acumulou riquezas simplesmente. Agora tomemos Rockfeller. É um organizador brilhante, tendo dado o exemplo de como organizar a produção do petróleo, exemplo esse digno de ser imitado. Ou tomemos Ford. É claro que Ford é egoísta. Porém, não é um organizador apaixonado da produção racionalizada, de quem os senhores tomaram lições?

> *O capitalismo será liquidado, não pelos "organizadores" da produção, não pela intelectualidade técnica, e sim pela classe operária. . .*

Desejaria insistir no fato de que recentemente se deu importante mudança de opinião a respeito da U.R.S.S. nos países de língua inglesa. A razão da mudança está ligada, antes de mais nada, à posição do Japão e à situação da Alemanha. Mas há outras razões que não decorrem somente da política internacional. Há uma razão mais profunda: refiro-me ao reconhecimento, por muita gente, do fato de que o sistema baseado no lucro privado está desmoronando. Sob estas circunstâncias, parece-me que não devemos pôr em primeiro plano o antagonismo entre os dois mundos, e sim devemos nos esforçar para combinar todos os movimentos construtivos, todas as forças construtivas, na medida do possível. Parece-me que estou mais à esquerda do que o senhor, pois considero que o mundo está mais próximo do fim do velho sistema.

Stálin: Quando falo dos capitalistas que se esforçam somente em obter lucros, somente em tornarem-se ricos, não quero dizer que sejam os últimos dos homens, incapazes de mais nada. Muitos deles, inegavelmente, possuem grande talento de organização que nem penso negar. Nós, o povo soviético, temos aprendido muito com os capitalistas. E Morgan, a quem o senhor descreveu de maneira tão desfavorável, foi sem dúvida um bom organizador, capaz. Porém, se o senhor se refere a pessoas que estejam preparadas para reconstruir o mundo, não poderá, para começar, encontrá-las nas fileiras daqueles que servem fielmente a causa dos lucros. Eles e nós estamos em campos opostos. O senhor mencionou Ford. Certamente que ele é um eficiente organizador da produção. Mas conhece o senhor a atitude dele para com a classe operária? Sabe o senhor quantos operários ele põe na rua? O capitalista está preso aos lucros, e força alguma no mundo poderá separá-lo deles. O capitalismo será liquidado, não pelos "organizadores" da produção, não pela intelectualidade técnica, e sim pela classe operária, uma vez que aquelas camadas não desempenham um papel independente. O engenheiro, o organizador da produção, não trabalha como gostaria, mas como lhe ordenam, no sentido de servir aos interesses dos patrões. Há exceções, é claro; há pessoas nessa camada média que se libertaram do ópio capitalista. A intelectualidade técnica pode, sob certas condições, fazer "milagres" e beneficiar altamente a Humanidade. Porém, pode também fazer-lhe muito mal. Nós, o povo soviético, temos experiência, e não pouca, sobre a intelectualidade técnica. Depois da Revolução de Outubro, certa parte da intelectualidade técnica se recusou a participar do trabalho de construir uma nova sociedade. Opuseram-se a esse trabalho de construção e o sabotaram. Fizemos o possível para atrair a intelectualidade técnica a este trabalho de construção; experimentamos vários caminhos. Não se passou pouco tempo para que a nossa intelectualidade técnica acedesse em apoiar o novo sistema.

Hoje, a melhor parte da intelectualidade técnica está nas primeiras fileiras dos construtores da sociedade socialista. Com esta experiência, estamos longe de subestimar o lado

bom e o lado mau da intelectualidade técnica, e sabemos que uma parte pode causar o mal e a outra pode realizar "milagres". Contudo, as coisas seriam diferentes se fosse possível, de um só golpe, arrancar espiritualmente a intelectualidade técnica do mundo capitalista. Mas isso é utopia. Haverá muitos técnicos que se atreveriam a se desprender do mundo burguês e pôr-se a trabalhar para reconstruir a sociedade? Pensa o senhor que há muita gente dessa classe, digamos na Inglaterra ou na França? Não, há poucos que se desprenderiam voluntariamente dos seus patrões e começariam a reconstruir o mundo.

A transformação do mundo é processo complicado e doloroso. Para esta grande tarefa precisa-se de uma grande classe. Tal classe é a classe operária.

Além disso, podemos perder de vista o fato de que, para transformar o mundo, é necessário ter-se o poder político? Parece-me, Senhor Wells, que o senhor subestima enormemente a questão do poder político, que fica excluída da sua concepção. Que podem fazer os que, ainda que com as melhores intenções do mundo, não estão em condições de traçar o problema da tomada do poder e não têm esse poder em suas mãos? Quando muito, poderão ajudar à classe que toma o poder, porém não podem mudar o mundo. Isso só o pode fazer uma grande classe que tome o lugar da classe capitalista e venha a ser senhor soberano, como esta o era. Tal classe é a classe operária. Certamente o apoio da intelectualidade técnica deve ser aceito, e essa intelectualidade, por sua vez, deve receber ajuda, mas não se pense que ela representa papel histórico independente. A transformação do mundo é processo complicado e doloroso. Para esta grande tarefa precisa-se de uma grande classe. Para viagens longas, grandes barcos.

Wells: Sim, mas para uma longa viagem é preciso um capitão e um navegador.

Stálin: É certo, porém o que se requer em primeiro lugar, para uma viagem longa, é um grande barco. Que é um navegante sem um grande barco? Um homem ocioso.

Wells: O grande barco é a Humanidade, não uma classe.

Stálin: O senhor parte da presunção de que todos os homens são bons. Eu, entretanto, não posso esquecer que há muitos homens perversos. Não creio na bondade da burguesia.

Wells: Recordo-me da situação da intelectualidade técnica há várias décadas. Naquele tempo, era numericamente pequena, porém havia muito a fazer, e cada engenheiro, técnico ou intelectual, encontrava a sua oportunidade. Por isso era a classe menos revolucionária. Agora, entretanto, há excedente de intelectuais técnicos e a mentalidade deles mudou profundamente. Os técnicos, que antigamente não faziam caso da linguagem revolucionária, estão agora muito interessados nela. Assisti recentemente a um banquete da **Royal Society** (Sociedade Real), a nossa maior sociedade científica inglesa.

O discurso do Presidente foi um discurso a favor da planificação social e da gestão científica. Há trinta anos atrás, não se poderia ter escutado algo semelhante. Hoje o homem que preside a **Royal Society** mantém pontos de vista revolucionários e insiste na reorganização científica da sociedade humana. As mentalidades mudam. A vossa propaganda de luta de classes não leva em conta estes fatos.

Stálin: Sim, eu sei disso, e isso se explica pelo fato de a sociedade capitalista se achar agora num beco sem saída. Os capitalistas estão procurando, porém não podem encontrar uma saída deste impasse que seja compatível com a dignidade da sua classe, com os interesses da sua classe.

A mais inteligente, apaixonada e enérgica minoria seria impotente se não contasse com o apoio, pelo menos passivo, de milhões.

Poderiam, até certo ponto, sair da crise arrastando-se nas quatro patas, porém não encontrarão uma porta que lhes permita sair de cabeça erguida, uma porta que não altere fundamentalmente os interesses do capitalismo. Amplos círculos da intelectualidade técnica bem que se dão conta disso. Grande parte

dela está começando a compreender a vinculação dos seus interesses aos interesses da classe capaz de sair desse impasse.

Wells: Senhor Stálin, melhor do que ninguém o senhor sabe algo sobre as revoluções, no lado prático. As massas levantam-se? Não é uma verdade estabelecida que todas as revoluções são feitas pelas minorias?

Stálin: Para levar-se a cabo uma revolução é necessário uma minoria revolucionária dirigente, porém a mais inteligente, apaixonada e enérgica minoria seria impotente se não contasse com o apoio, pelo menos passivo, de milhões.

Wells: Pelo menos passivo? Talvez subconsciente?

Stálin: Digamos semi-instintivo e semi-consciente, mas sem o apoio de milhões de homens a minoria mais capaz será impotente.

Wells: Tenho observado a propaganda comunista no Ocidente, e parece-me que, nas condições atuais, tal propaganda soa muito fora de moda, por ser uma propaganda insurrecional. A propaganda a favor da derrubada violenta do sistema social soava bem quando dirigida contra as tiranias. Mas, nas atuais condições, quando o sistema se desmorona de todas as maneiras seria preciso dar mais destaque à eficiência, à competência, à produtividade, do que à insurreição. Parece-me que o tom insurrecional é antiquado. Do ponto de vista das pessoas de mentalidade construtiva a propaganda comunista no Ocidente é um obstáculo.

A substituição de um sistema social por outro é processo revolucionário complexo e de longo fôlego.

Stálin: Para começar, o velho sistema se desmorona, está em decadência. Isso é certo. Porém também é certo que novos esforços se fazem, por outros métodos, por todos os meios, para proteger, para salvar este sistema agonizante. O senhor tira conclusão errônea de premissa certa. O senhor estabelece, corretamente, que o velho mundo se afunda. Mas o senhor está enganado pensando que se afunda por si mesmo. Não. A substituição de um sistema social por outro é processo revolucionário complexo e de longo fôlego. Não é simplesmente um processo espontâneo, e sim uma luta, um processo relacionado com o choque entre as classes. O capitalismo está em decadência, porém não deve ser comparado simplesmente com uma árvore que haja apodrecido tanto que virá ao chão com seu próprio peso. Não, a revolução, a substituição de um sistema social por outro, foi sempre uma luta, luta cruel e dolorosa, luta de vida e de morte. E cada vez que os representantes do novo mundo chegam ao poder têm de se defender contra as tentativas do velho mundo de restaurar pela força a ordem antiga; os representantes do novo mundo têm sempre de estar alerta, de estar preparados para repelir os ataques do velho mundo contra o sistema novo.

Os comunistas não idealizam em absoluto os métodos violentos, não querem, porém, ser apanhados de surpresa. . .

Sim, o senhor tem razão quando diz que o velho sistema social desmorona, porém não desmorona por si mesmo. Veja o fascismo, por exemplo. O fascismo é uma força reacionária que tenta preservar, por meio da violência, o velho mundo. Que farão os senhores com os fascistas? Discutirão com eles? Tratarão de convencê-los? Isso não teria, absolutamente, nenhum efeito. Os comunistas não idealizam, em absoluto, os métodos violentos, não querem, porém, ser apanhados de surpresa; não podem esperar que o velho regime se retire da cena, espontaneamente; vêem que o velho sistema se defende violentamente, e, por isso, dizem à classe operária: Preparem-se para responder com violência à violência; façam todo o possível para impedir que a ordem agonizante os esmague, não permitam que lhes algemem as mãos, estas mesmas mãos que demolirão o sistema velho. Como o senhor vê, os comunistas consideram a substituição de um sistema social por outro, não simplesmente como processo pacífico e espontâneo, e sim como processo complicado, longo e violento. Os comunistas não podem ignorar os fatos.

Wells: Contudo, observe o que se está passando no mundo capitalista. Não é um simples colapso; é o estouro da violência reacionária que está degenerando em gangsterismo. E

parece-me que, quando se chega ao conflito com a violência reacionária e não-inteligente, podem os socialistas apelar para a lei e, em vez de considerar a polícia um inimigo, devem apoiá-la na luta contra os reacionários. Penso ser inútil trabalhar simplesmente com os rígidos métodos da insurreição do velho socialismo.

H.G.Wells (1866-1946): novelista e escritor inglês.

Stálin: Os comunistas se baseiam na rica experiência histórica, a qual ensina que as classes caducas não abandonam voluntariamente o cenário histórico. Lembre-se da história da Inglaterra no século XVII. Não eram numerosos os que diziam que o velho sistema social estava apodrecido? Entretanto não foi necessário um Cromwell para esmagá-lo pela força?

Wells: Cromwell agiu baseado na Constituição e em nome da ordem constitucional.

Stálin: Em nome da Constituição recorreu à violência, decapitou o Rei, dissolveu o Parlamento, prendeu uns e decapitou outros!

Tome também o exemplo da nossa história. Não foi evidente, durante muito tempo, que o regime tzarista estava decaindo, que estava desmoronando? Mas, quanto sangue se teve de derramar para abatê-lo!

E a Revolução de Outubro? Eram pouco numerosas as pessoas que sabiam que nós, os bolcheviques, éramos os únicos a apontar o caminho certo? Não estava claro que o capitalismo russo achava-se em decadência? Contudo, o senhor sabe quão grande foi a resistência, quanto sangue se teve de derramar para defender a Revolução de Outubro de todos os seus inimigos internos e externos?

Ou tome a França do fim do século XVIII. Muito antes de 1789, era evidente a podridão do Poder Real, do feudalismo. Porém não se pôde evitar uma rebelião popular, um choque de classes. Por que? Porque as classes que devem abandonar o cenário da história são as últimas a se convencerem de que seu papel terminou. É impossível convencê-las disso. Pensam que as fendas do decadente edifício da ordem antiga podem ser remendadas, que o vacilante edifício da ordem antiga pode ser restaurado e salvo. É por isso que as classes agonizantes tomam as armas e recorrem a todos os meios para salvar sua existência de classe dominante.

Wells: Mas havia bastantes advogados à frente da grande Revolução francesa.

Stálin: Nega o senhor o papel da intelectualidade nos movimentos revolucionários? Foi a grande Revolução francesa uma revolução de advogados, e não uma revolução popular, que alcançou a vitória levantando grandes massas do povo contra o feudalismo convertendo-se em chefes do Terceiro Estado? E por acaso atuaram os advogados existentes entre os líderes da grande Revolução francesa de acordo com as leis da ordem antiga? Não instituíram uma legalidade nova, a legalidade revolucionária burguesa?

A rica experiência da história ensina que até hoje nenhuma classe cedeu voluntariamente o lugar a outra. Não há tal precedente na história mundial. Os comunistas assimilaram essa experiência histórica. Os comunistas aplaudiriam a retirada voluntária da burguesia. Mas tal processo é improvável, eis o que ensina a experiência. Por isso é que os comunistas querem estar preparados para o pior e concitam a classe operária a ser vigilante, a estar preparada para o combate. Quem deseja um capitão que se descuide da vigilância do seu exército, um capitão que não compreenda que o inimigo não se renderá, que deve ser esmagado? Tal capitão enganaria, trairia a classe operária. Por isso penso que o que ao senhor parece antiquado é, de fato, método revolucionário oportuno para a classe operária.

Wells: Não nego que se tenha de empregar a força, porém penso que as formas de luta devem adaptar-se o mais estreitamente possível às oportunidades que oferecem as leis existentes, que devem ser defendidas dos ataques dos reacionários. Não há necessidade de desorganizar-se o velho sistema porque ele está se desorganizando, e bastante. Assim, parece-me que a rebelião contra a ordem, contra a lei, é coisa antiquada, fora de moda. Incidentalmente, exagerei de propósito, para apresentar mais claramente a verdade.

Posso formular o meu ponto de vista da seguinte maneira: primeiro, sou pela ordem; segundo, ataco o sistema atual naquilo em que não possa garantir a ordem; terceiro, penso que a propaganda das idéias da luta de classes é capaz de isolar do socialismo as pessoas instruídas de que ele necessita.

A educação é arma cujo efeito é determinado pelas mãos que a esgrimem. Está claro que o proletariado, o socialismo, necessita de gente altamente instruída.

Stálin: Para atingir um grande objetivo, um objetivo social importante, é necessário uma força principal, um baluarte, uma classe revolucionária. Depois, é necessário organizar-se a ajuda de uma força auxiliar para essa força principal; nesse caso, a força auxiliar é o Partido, ao qual pertencem as melhores forças da intelectualidade. Agora, o senhor fala de "círculos instruídos". Porém, que pessoas instruídas tem o senhor em mente? Não havia muitos homens instruídos ao lado da ordem antiga na Inglaterra do século XVII, na França em fins do século XVIII e na Rússia à época da Revolução de Outubro? A ordem antiga tinha a seu serviço muita gente de instrução elevada que defendeu tal estado de coisas, que se opôs à ordem nova. A educação é arma cujo efeito é determinado pelas mãos que a esgrimem. Está claro que o proletariado, o socialismo, necessita de gente altamente instruída, pois é evidente que não são os simplórios que poderão ajudar o proletariado a lutar pelo socialismo, a construir a nova sociedade. Eu não subestimo o papel da intelectualidade, ao contrário, reforço-o. A questão, entretanto, é sobre que espécie de intelectualidade estamos discutindo, porque há diversos tipos de intelectuais.

Wells: Não pode haver revolução sem mudança radical no sistema de instrução pública. Basta assinalar dois exemplos: o da República alemã, que deixou intato o velho sistema educacional e, por isso, nunca chegou a ser uma República; e o do Partido Trabalhista britânico, a quem falta coragem para insistir na mudança radical do sistema de educação.

Stálin: Essa é uma observação acertada. Permita-me agora rebater os seus três pontos de vista.

Primeiro: O principal para a revolução é a existência de um apoio social. Esse apoio é a classe operária.

Segundo: É indispensável uma força auxiliar a que os comunistas chamam Partido. Nele se incluem os trabalhadores intelectuais e os elementos da intelectualidade técnica que estão estreitamente vinculados à classe operária. A intelectualidade somente pode ser forte se se une à classe operária. Se se opõe a ela, anula-se.

Terceiro: É preciso o poder político como alavanca, para se conseguir as mudanças. O novo poder político cria uma legalidade nova, uma nova ordem, que é a ordem revolucionária.

Eu não sou por qualquer ordem. Sou pela ordem que corresponda aos interesses da classe operária. Entretanto, se algumas leis do antigo regime podem ser utilizadas em benefício da luta pela ordem nova, tais leis devem também ser empregadas. Não posso opor-me à sua tese de que é preciso atacar o sistema existente quando ele não assegurar a ordem necessária ao povo.

E, finalmente, o senhor se equivoca ao pensar que os comunistas têm sede de violência. Ficariam muito satisfeitos suprimindo os métodos violentos se a classe dominante consentisse em ceder o lugar à classe operária. Porém, a experiência da história fala contra tal suposição.

Wells: Há na história da Inglaterra, entretanto, o caso de uma classe que entregou voluntariamente o poder a outra classe. No período de 1830 a 1870, a aristocracia — cuja influência era ainda considerável no fim do século XVIII — cedeu o poder voluntariamente, sem luta séria, à burguesia, que serve como apoio sentimental à monarquia. Conseqüentemente, esta transferência do poder conduziu ao estabelecimento do domínio da oligarquia financeira.

Stálin: Porém, o senhor passou, imperceptivelmente, do problema da revolução ao problema das reformas. Não é a mesma coisa. Não crê que o movimento cartista representou o grande papel nas reformas da Inglaterra no século XIX?

Wells: Os cartistas pouco fizeram e desapareceram sem deixar rastro.

Stálin: Não concordo com o senhor; os cartistas e o movimento grevista por eles organizado representaram grande papel; obrigaram as classes dominantes a fazer uma série

de concessões no domínio do sistema eleitoral, na esfera da liquidação do que se chamava os "burgos podres", na realização de certos pontos da "Carta". O cartismo representou papel histórico não pouco importante e incitou uma parte da classe dominante a fazer certas concessões, certas reformas, para evitar grandes choques. Em geral, deve-se dizer que de todas as classes dominantes, as classes dominantes da Inglaterra, a aristocracia e a burguesia, demonstraram ser mais inteligentes, mais flexíveis do ponto de vista de seus interesses de classe, do ponto de vista da manutenção do poder. Tome como exemplo, digamos, da história moderna, a greve geral da Inglaterra em 1926. A primeira coisa que qualquer outra burguesia teria feito para enfrentar a situação, quando o Conselho Geral dos Sindicatos chamou à greve, seria a de encarcerarem os dirigentes dos sindicatos. A burguesia britânica tal não fez e agiu habilmente, segundo seus próprios interesses. Não posso conceber que a burguesia dos Estados Unidos, da Alemanha ou da França empregue estratégia tão flexível. Para manter o predomínio, as classes dominantes da Grã-Bretanha não se têm negado nunca a fazer pequenas concessões, reformas. Mas seria erro pensar-se que estas reformas representam a revolução.

Wells: O senhor tem uma opinião mais elevada das classes dominantes do meu país do que eu mesmo. Porém, há grande diferença entre uma pequena revolução e uma grande reforma? Não é uma reforma uma pequena revolução?

A revolução significa a transferência de poder de uma classe para a outra. Por isso é impossível descrever qualquer reforma como uma revolução.

Stálin: Obedecendo à pressão de baixo, à pressão das massas, pode a burguesia conceder, algumas vezes, certas reformas parciais, enquanto permanecem inalteráveis as bases do sistema social-econômico existente. Agindo dessa maneira, calcula que tais concessões são necessárias para preservar o seu predomínio de classe. Esta, a essência da reforma. A revolução, entretanto, significa a transferência de poder de uma classe para a outra. Por isso é impossível descrever qualquer reforma como uma revolução. Por isso é que não podemos contar com mudanças nos sistemas sociais que se operem como transição imperceptível de um sistema para o outro por meio de reformas, por concessões da classe dominante.

Wells: Fico-lhe grato por esta conversa que muito significou para mim. Ao dar-me esta explicação, o senhor se recordou, provavelmente, de como explicava os fundamentos do socialismo, nos círculos ilegais, antes da Revolução. Atualmente, há no mundo apenas duas pessoas cuja opinião, cada palavra, é ouvida por milhões: o senhor e Roosevelt. Outros poderão pregar tudo que lhes agrade; o que disserem nunca será escrito ou escutado. Ainda não pude apreciar o que os senhores fizeram no país; cheguei ontem. Porém já vi os rostos felizes de homens e mulheres saudáveis, e sei que algo de considerável está-se fazendo aqui. O contraste com 1920 é assombroso.

Stálin: Muito mais teríamos feito nós, bolcheviques, se fôssemos mais capazes.

Wells: Não, se em geral os seres humanos fossem mais inteligentes. Seria uma grande coisa inventar um plano quinqüenal para a reconstrução do cérebro humano que, evidentemente, carece de muitas coisas necessárias para uma ordem social perfeita. (Risos)

Stálin: O senhor não vai ficar para assistir ao Congresso da União de Escritores Soviéticos?

Wells: Infelizmente, não. Tenho vários compromissos e só poderei demorar uma semana na União Soviética. Vim vê-lo, e estou muito satisfeito com a nossa entrevista. Porém, tenho intenção de falar com os escritores soviéticos, para ver se consigo que se filiem ao **P.E.N. Club.** Esta é uma organização internacional de escritores fundada por Galsworthy. Depois da morte dele, o sucedi como presidente. A organização ainda é débil, mas tem seções em numerosos países e, o que é mais importante, as intervenções dos seus membros são amplamente comentadas na imprensa. Essa organização defende o direito da livre expressão de todas as opiniões, nelas compreendidas as de oposição. Espero poder discutir este ponto com Gorki. Não sei se uma tão ampla liberdade pode ser permitida aqui.

Stálin: Nós, os bolcheviques, chamamos a isso "auto-crítica". É amplamente usada na U.R.S.S. Se há algo que eu possa fazer para ajudá-lo, fa-lo-ei com muito prazer.

Wells: Muito agradecido.

Stálin: Agradeço pela entrevista.

*A Política das Superpotências — Perigo de Lançar a Humanidade Numa 3ª Guerra Mundial**

RRUGA E PARTISË

De grande atualidade,
este artigo analisa a política das duas superpotências,
Estados Unidos e União Soviética,
e denuncia vigorosamente os seus preparativos guerreiros.

O desenrolar dos acontecimentos internacionais revela a intensificação da política e das atividades contra-revolucionárias, hegemonistas, expansionistas e agressivas das superpotências. Hoje, não há campo da vida internacional em que não se verifique tal atuação. A aberta interferência nos assuntos internos dos diversos países e a organização de conspirações e golpes encontram-se na ordem do dia da ação do imperialismo norte-americano e do social-imperialismo soviético em todos os lugares onde sua política hegemônica se defronta com resistência e oposição. As relações econômicas internacionais são, outrossim, a esfera na qual se manifestam claramente as suas pressões e imposições, a desigualdade face aos outros países, a lei da selva atuando mais fortemente do que nunca. Os intensos preparativos militares das superpotências são inauditos. A intensificação da sua política de violência e de ditame imperialista é expressão da rivalidade e da desenfreada competição entre ambas no sentido de galgar posições estratégicas mais favoráveis, assim como para realizar a imposição política, econômica e militar-estratégica sobre os países e povos de todos os Continentes.

* * *

* *Publicado na Revista Rruga e Partisë (O Caminho do Partido) — órgão do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, em abril de 1982.*

PROLETARË TË TË GJITHA VENDEVE, BASHKOHUNI!

RRUGA E PARTISE

ORGAN I KOMITETIT QENDROR
TË PARTISË SË PUNËS TË SHQIPËRISË

Logotipo da Revista Rruga e Partisë

A áspera luta por mercados e zonas de influência em escala mundial e pela sua redivisão através de diferentes caminhos e meios, inclusive a força armada, sempre foi, e continua sendo, um dos *aspectos* característicos do imperialismo. Pode-se afirmar que atualmente as condições internacionais em que esse conflito interimperialista se desenvolve já não são as mesmas de algumas décadas atrás, como, por exemplo, as das vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Presentemente, o sistema colonial clássico chegou ao fim. Dezenas de países ex-coloniais converteram-se em Estados com relativa independência política que intentam conquistar a independência econômica frente às potências imperialistas e ao capital monopolista internacional. Contudo, isso não significa que o colonialismo foi liquidado como modo de

dominação, saque e exploração. Em seu lugar surgiu o neocolonialismo, prolongamento, com feição nova, do velho sistema colonial, destinado a realizar, em novos tempos e diferentes condições, os fins das potências imperialistas — fins de domínio, espoliação e saqueio ferozes. Em conformidade com esses objetivos orientam-se a estratégia global e a política imperialista das duas superpotências.

Um dos traços marcantes que caracterizam atualmente a estratégia e a política tanto do imperialismo norte-americano como do social-imperialismo russo é o objetivo e o esforço de ambos pela expansão, hegemonia e dominação.

Após a Segunda Guerra Mundial, mudaram as relações entre as potências imperialistas. Acirrou-se a rivalidade entre elas pela preservação e nova divisão das zonas de influência política, econômica e militar, sobretudo a disputa americano-soviética pela hegemonia mundial, iniciada na segunda década do pós-guerra, com a conversão da URSS revisionista numa superpotência imperialista. Nessa competição não ficam atrás as outras potências da Europa, o Japão e, ultimamente, a China.

Um dos traços marcantes que caracterizam atualmente a estratégia e a política tanto do imperialismo norte-americano como do social-imperialismo russo é o objetivo e o esforço de ambos pela expansão, hegemonia e dominação que ultrapassam os limites regionais ou as áreas geográficas específicas, indo atingir as chamadas zonas de influência de um e do outro, envolvendo todo o Globo. Por isso, o jogo do "equilíbrio" que Washington e Moscou buscam preservar tende a romper-se porque, como acentuou o camarada Enver Hoxha, "a sua expansão já não encontra espaços vazios por onde estender-se". "Cada passo ulterior defronta-se com os interesses do rival, com o perigo de uma reação que não se pode prever" (Informe ao VIII Congresso do PTA). Qualquer região estratégica e possuidora de grandes riquezas econômicas é, simultaneamente, proclamada como sensível aos interesses próprios de uma e da outra superpotência. Nessas condições, a rivalidade pela hegemonia entre elas engloba agora todos os Continentes ao mesmo tempo. Hoje, não há Estado, nação e povo que, direta ou indiretamente, não sinta o risco que representa a ameaça proveniente das potências imperialistas e, em primeiro lugar, das duas superpotências.

Claro exemplo dessa situação são as regiões do Oriente Médio e do Sudoeste da Ásia. A derrubada do Xá do Irã pelo povo foi um acontecimento que trouxe, e trará, novas conseqüências e desdobramentos prejudiciais ao imperialismo, ao social-imperialismo e à reação. O crescente despertar dos povos e a quebra da tranquilidade nessas áreas têm preocupado desmesuradamente os Estados Unidos e a União Soviética. Por isso empreenderam e prosseguem empreendendo atividades complexas que visam a sufocar a luta revolucionária dos povos (nesta questão, encontram um denominador comum e entram em acordo), a manter as posições que detêm, a ampliá-las em prejuízo do rival e a recuperar as que perderam. Comprovação disto foi a ocupação militar do Afeganistão pelos social-imperialistas soviéticos. Nas águas do Golfo Arábico e do Oceano Índico navegam as frotas americana e soviética, prontas para ações militares. As "forças de rápido deslocamento" organizadas pelos Estados Unidos destinam-se a essas zonas. Entre os países desse lado do Globo acentuam-se rivalidades, intensificam-se corridas armamentistas e até ocorrem conflitos militares incitados pelas superpotências, como a guerra irânico-iraquiana. Assim também se apresenta a situação na África e em outras regiões.

A política do imperialismo americano e a do social-imperialismo soviético representam o principal perigo de lançar a Humanidade numa terceira grande guerra.

Mesmo encarando apenas esses fenômenos, torna-se evidente que a política do imperialismo americano e a do social-imperialismo soviético, expansionistas e hegemonistas, com vistas ao domínio mundial, são igualmente agressivas, de preparação e desencadeamento de conflitos armados. Representam o principal perigo de lançar a Humanidade numa terceira grande guerra. Contra semelhantes políticas, deve-se lutar com energia e firmeza, sem alimentar a mínima ilusão face a nenhuma

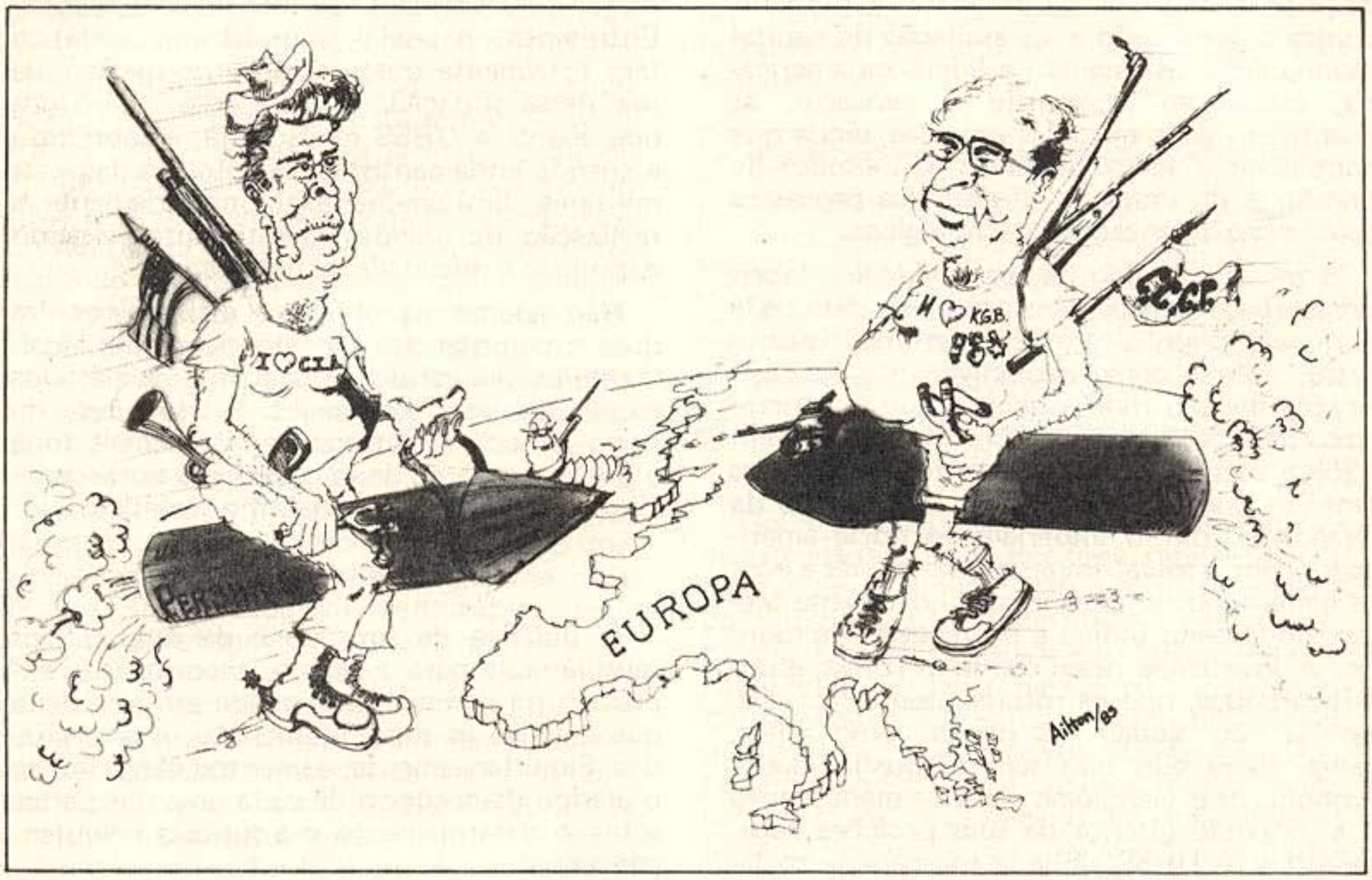


Ilustração Ailton.

potência imperialista. Como acentuou o camarada Enver Hoxha no VIII Congresso do PTA: "Os interesses das superpotências e os dos povos não são concordantes nem convergentes em momento algum e em nenhum caso. A sobrevivência do imperialismo impõe a escravidão, ao passo que a libertação dos povos exige a destruição do imperialismo".

Nos últimos tempos, observam-se certas modificações na orientação do imperialismo norte-americano que se distinguem da de alguns anos atrás. Exprimem-se estas modificações nos meios escolhidos por Washington para pôr em prática sua política externa. Imprimindo-lhe acentos mais graves de agressividade e aventureirismo, como métodos adequados à sua viabilização, adquiriram relevo as ameaças militares abertas e os febris preparativos de guerra. Desde que assumiu as rédeas do poder, Reagan e sua equipe governamental falam constantemente do aumento do potencial de choque militar americano, da elevação do nível das despesas bélicas, da produção de armas mais sofisticadas, dos engenhos termonucleares e da bomba de nêutrons, do "efeito" de todos esses petrechos na "preservação da posição norte-americana de maior potência militar mundial". Nesse contexto, inserem-se os gastos com a construção e o fortalecimento das bases estadunidenses nos diversos quadrantes do mundo, importantes pontos de apoio para a aplicação da política de agressão e guerra dos Estados Unidos, a atenção com o contínuo reforçamento das alianças e dos pactos político-militares e com os esforços por ressuscitar os pactos que se decompuseram ou se romperam em virtude da formação de novos blocos nessas zonas, do aumento e dispersão das esquadras em todos os mares e oceanos, e da sua modernização.

O emprego de uma política mais dura, mais agressiva e aventureira por parte do imperialismo norte-americano não é casual. A ênfase nos métodos de ameaça militar e de guerra na execução dessa política tem como meta preencher o vazio criado pelo debilitamento da eficácia de outros procedimentos que usou no passado para conseguir dominar diversos países e regiões do mundo. A questão é que, como maior potência econômica mundial, os EE.UU. alcançavam mais facilmente seus objetivos de assegurar e manter posições políticas, econômicas e estratégico-militares em toda uma série de países e regiões, com a penetração de seus capitais e de sua tecnologia. Hoje, quando o desenvolvimento desigual dos países capitalistas, o aprofundamento da concorrência interimperialista e da crise mundial, bem como a ampliação e a intensificação

da luta dos povos oprimidos e explorados contra a dominação e a espoliação do capital monopolista restringiram a liderança americana, assumiram prioridade as ameaças, as chantagens e as agressões armadas, ainda que continuem a ser empregados os métodos de pressão e de domínio através dos processos econômico-financeiros e tecnológicos.

O mesmo sentido de agressividade e febris preparativos bélicos vem caracterizando cada dia mais a política do social-imperialismo russo, não só como prolongamento da política de invasão militar aberta, que se concretizou na ocupação da Checoslováquia em 1968 e, recentemente, na do Afeganistão, mas também como expressão do acirramento da rivalidade com o imperialismo norte-americano, com o social-imperialismo chinês e com os demais países imperialistas no Oriente Médio, no Oceano Índico e no restante do mundo. A insistência nesse caminho revela, entre outras coisas, que os rótulos pseudo-socialistas, já não ajudam os russos como antes, assim como eles não têm as possibilidades econômicas e tecnológicas para a manutenção e a extensão ulterior de suas posições hegemonistas. A URSS ainda se mascara de socialista e internacionalista, mormente nos países e regiões onde instituiu o seu controle político, econômico e militar. No entanto, desmascara-se na ocasião em que se vê obrigada a responder rapidamente às tentativas de abalo de suas posições nesses países ou a enfrentar a rivalidade da outra superpotência — o imperialismo americano. Em tais condições, dá primazia ao emprego das forças militares. O caso do Afeganistão indica que quando os seus interesses hegemonistas e expansionistas são afetados, ela não se contenta com o atiçamento de diferentes camarilhas em guerras locais nos vários Continentes, nem com a ativação militar dos amigos. Aciona os seus tanques e aviões, embora tente, posteriormente, camuflar os atos de agressão e ocupação com o disfarce de "ajuda internacionalista". O social-imperialismo soviético tem igualmente outros motivos para realçar os métodos de pressão, ameaça, chantagem e agressão armada na aplicação de sua estratégia e de sua política expansionista e hegemonista. Embora seja grande potência, não possui as condições nem os recursos necessários a fim de concorrer com o imperialismo americano, o europeu e o japonês no campo econômico. A tecnologia soviética não é um meio eficaz para a expansão econômica na Ásia, África e América Latina, na medida em que, quantitativa e qualitativamente, está impossibilitada de fazer frente à concorrência da tecnologia ocidental. Entretanto, o social-imperialismo soviético tem totalmente obscurecida a perspectiva de sair dessa situação. A grave crise econômica que abarca a URSS revisionista, e sobretudo a corrida armamentista e as colossais despesas militares, limitam-lhe extraordinariamente a realização de grandes investimentos visando aprimorar a qualidade tecnológica.

Não apenas os objetivos estratégicos das duas superpotências são idênticos, mas igualmente os caminhos que trilham e os métodos escolhidos para alcançá-los. O uso direto da força armada caracteriza cada vez mais toda a política externa do imperialismo norte-americano e do social-imperialismo soviético.

* * *

A política de agressão e de preparativos multilaterais para a guerra encontra sua expressão na desenfreada corrida armamentista que envolve as superpotências e os seus aliados. Simultaneamente, aumentou como nunca o alarido demagógico de cada uma das partes sobre o desarmamento e a suposta manutenção da paz.

Segundo alguns dados da imprensa internacional, em 1981 foram gastos no mundo, em armamentos, cerca de 600 bilhões de dólares, ou seja, 1 bilhão e 640 milhões de dólares por dia.

De ano para ano vem sendo observada rápida escalada do armamentismo. A competição entre os Estados Unidos e a União Soviética nesse campo alcançou proporções que, faz poucos anos, não poderiam sequer ser imaginadas. Os limites de 80 a 100 bilhões de dólares atingidos pelos orçamentos bélicos anuais das superpotências há um decênio atrás não constituem hoje mais que as verbas militares de cada uma durante alguns meses. Atualmente, o orçamento militar anual norte-americano ultrapassa 220 bilhões de dólares. O nível das despesas das forças armadas soviéticas, por ano, está em torno dessa cifra. E assim atuam também os demais países imperialistas aliados das superpotências. Segundo alguns dados da imprensa internacional, em 1981 foram gastos no mundo, em arma-

mentos, cerca de 600 bilhões de dólares, ou seja, 1 bilhão e 640 milhões de dólares por dia.

Certamente, essa desenfreada corrida armamentista e os preparativos guerreiros como método para "resolver" as renhidas disputas interimperialistas e todas as profundas contradições que corróem o sistema econômico-social capitalista, burguês e revisionista, neste estágio de aprofundamento de sua crise geral, fala não da força, mas da fragilidade, da degeneração e do parasitismo ainda maiores desse sistema, o que pôs objetivamente a revolução na ordem do dia, como problema colocado para solução. Mas isso não significa que o imperialismo esteja de dentes quebrados. Ele luta com todas as forças no sentido de desfechar golpes contra as lutas revolucionárias que se desenvolvem no mundo, bem como para lançar a Humanidade em aventuras tenebrosas, como a deflagração de outra grande guerra, caso os povos e as forças progressistas não se mostrem vigilantes e ativos a fim de destruir-lhe os planos. A corrida armamentista e a preparação para a eclosão da guerra sempre marcharam lado a lado. Também hoje assim sucede, independentemente da propaganda e da suposta pretensão da busca do "equilíbrio militar", que seria o caminho para o "asseguramento da paz".

Após a chegada de Reagan ao poder, os porta-vozes do imperialismo norte-americano declararam haver um "atraso" no arsenal nuclear dos EE.UU. face ao da URSS, "atraso" esse que se deveria vencer a todo custo e o mais rapidamente possível. Em vista disso, o governo dos Estados Unidos elaborou planos e determinou orçamentos militares sem precedentes. Ainda recentemente, Reagan voltou a acentuar que "o incessante aumento das despesas com objetivos militares cria a verdadeira esperança de se alcançar um acordo relacionado com a redução dos armamentos". O comandante-em-chefe da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), general Bernard Rogers, ampliando a esfera dessa orientação, afirmou, em fevereiro do ano em curso, que "a Aliança Atlântica está atrás da URSS no que respeita às armas nucleares. O único caminho para alcançá-la é aumentar em 4% os gastos anuais com a defesa durante o período de 1983 a 1988". Por seu lado, os social-imperialistas soviéticos proclamam que "não permitirão a ninguém a superioridade militar", pois isso lesaria o "equilíbrio militar" e os "interesses de defesa" da URSS. Enquanto as duas partes desenvolvem ensurdecedora propaganda pelo estabelecimento ou manutenção do chamado equilíbrio, o incremento das suas despesas militares não tem paralelo.

No contexto dessa generalizada corrida armamentista, e de outros preparativos bélicos, chama especialmente atenção o armamento da Europa, onde se defronta a política dos blocos militares dos EUA e da URSS.

No contexto dessa generalizada corrida armamentista e de outros preparativos bélicos, chama especialmente atenção o armamento da Europa, onde se defronta a política dos blocos militares dos EUA e da URSS. Esta política preocupa tanto pela feroz rivalidade interimperialista aí verificada como pelo perigo que encerra para os povos europeus e para a paz no mundo. Faz-se grande barulho em torno dos mísseis estratégicos das duas superpotências. Ronald Reagan, aplicando sua doutrina de intensa e aberta preparação militar, apresentou a proposta do envio à Europa de 600 mísseis de raio médio de ação como contrapeso aos mísseis semelhantes que a URSS colocou no território europeu. No quadro do estabelecimento da balança estratégica na Europa, ele tenta convencer os aliados da OTAN a aceitarem sem contestação o seu plano. Por seu turno, a URSS, tendo como principais porta-vozes na questão dos mísseis Leonid Brezhnev e seus mais íntimos colaboradores, declara que "adotará medidas para a contra-resposta", caso os aliados dos EUA na OTAN decidam aceitar os novos mísseis americanos na Europa Ocidental.

Esta região, objeto da disputa em torno dos mísseis entre as superpotências, sente a ameaça que constitui para si o arsenal nuclear soviético. Entretanto, possui sua própria posição nas relações interimperialistas chamadas Leste-Oeste e desafia a exigência norte-americana de obediência absoluta ao aliado de além-mar no que tange à instalação desses mísseis. Nem todos os Estados europeus da OTAN aceitaram que sejam postos em seus territórios os mísseis "Pershing" ou "Kruise". Mesmo os que estão de acordo, impuseram para isso a necessidade de um entendimento entre as duas superpotências. Nessa questão, não deixa de exercer influência o objetivo de alguns dos principais países europeus da OTAN

de não levar as tensões com a URSS até o ponto culminante. Os seus interesses políticos, econômicos e estratégicos os obrigam a manter posições cautelosas, tanto com os Estados Unidos, quanto com a União Soviética. Daí porque a Europa Ocidental manobra cuidadosamente e busca sair da difícil situação em que se encontra. Estabeleceu o ano de 1983 como prazo para que as duas superpotências cheguem a um compromisso em torno dos mísseis de ogivas nucleares de médio raio de ação. Mas, sobre que bases?

O objetivo das superpotências é justificar a corrida armamentista e evitar o crescente descontentamento dos povos europeus, apresentando-se ambas como se fossem pela "paz e segurança" na Europa.

O imperialismo estadunidense apresentou a chamada "alternativa zero" que tem por finalidade desmontar todos os mísseis "SS" da URSS como condição para a não instalação dos mísseis "Kruise" e "Pershing" na Europa Ocidental. O social-imperialismo soviético propôs nova "moratória" e procura um acordo com Washington. Esse perigoso jogo em desenvolvimento com armas de extermínio em massa não é outra coisa, em sua essência, senão a rivalidade entre as superpotências e a execução de igual política belicista. O objetivo das superpotências é justificar a corrida armamentista e evitar o crescente descontentamento dos povos europeus, apresentando-se ambas como se fossem pela "paz e segurança" na Europa.

Outro aspecto dos preparativos de guerra é constituído pelo fortalecimento, armamento e ulterior ativação da OTAN e do Pacto de Varsóvia como colunas-mestras do domínio e da aplicação da política externa dos EUA e da URSS. O traço geral de sua atuação é a crescente agressividade, com todas as perigosas conseqüências que pode acarretar para os destinos dos povos. A OTAN e o Pacto de Varsóvia mantêm na Europa mais de 170 divisões equipadas com armamentos modernos. E seu arsenal vai-se incrementando. Vastas proporções assumiram as medidas tomadas no sentido do aprofundamento da integração militar dos países participantes desses tratados. Contínuos esforços são feitos pela uniformização do armamento e da técnica de combate, por maior coordenação das produções bélicas através da cooperação entre as empresas, pelo aperfeiçoamento das táticas e dos métodos de treinamentos militares que têm o objetivo de fortalecer a colaboração entre os exércitos membros das alianças etc. A estes fins servem as freqüentes manobras militares de grande envergadura da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Atualmente, não só a Europa é palco dessas manobras, mas também outras regiões, o que revela que os blocos militares (e seus adestramentos) são importantes instrumentos na aplicação da política global bélica e de agressão dos EUA e da URSS.

Este desenfreado armamentismo é acompanhado por ruidosa demagogia. Qualquer das superpotências e, com elas,os seus aliados na OTAN e no Pacto de Varsóvia, proclama como seu único propósito a "preservação da paz" e da "segurança" na Europa. Mas os povos deste Continente, não podem ter nenhum tipo de segurança enquanto ali permanecerem milhões de soldados e incontáveis armas e mísseis que constituem enorme perigo para a soberania das nações européias e para a independência dos seus povos.

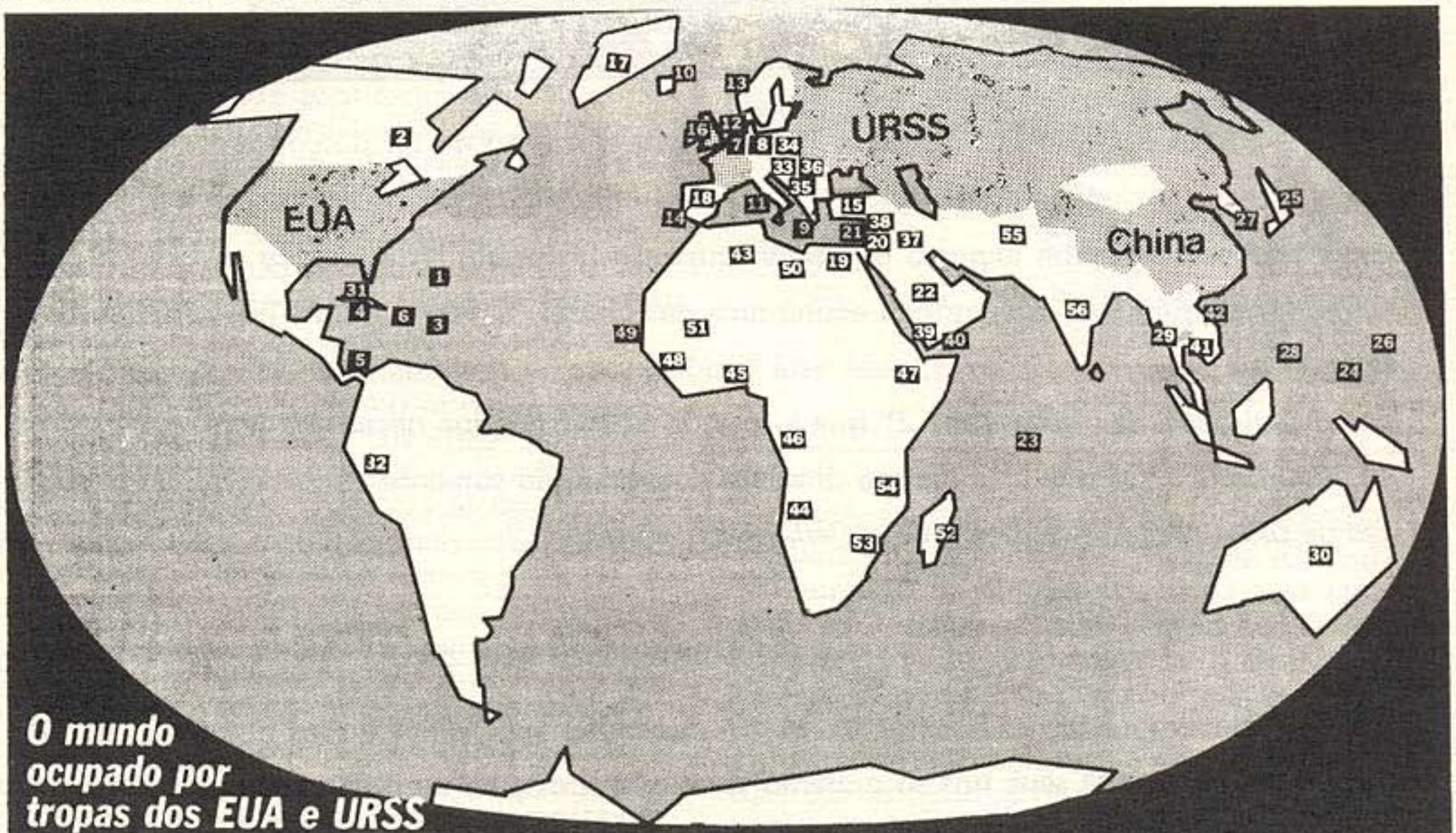
A intensificação da política agressiva das superpotências encontra igualmente sua expressão no fato de que aumentaram bastante as pressões no sentido de uma subjugação política, econômica e militar cada vez maior dos países que se acham nas suas zonas de influência.

"A luta dos povos e a revolução encontram-se na ordem-do-dia não apenas como aspiração e dever imediato para a libertação do jugo e da opressão capitalista-imperialista, mas também como necessidade histórica a fim de lançar por terra os planos guerreiros do imperialismo e evitar nova conflagração mundial". (Enver Hoxha)

A realização da política aventureira, agressiva e expansionista das superpotências e das demais potências imperialistas e, juntamente com isso, as despesas sempre maiores com objetivos militares, encontram cada dia mais a reprovação e a oposição dos povos amantes da liberdade, das forças progressistas em todo o mundo. Na situação atual, ressaltou o camarada Enver Hoxha no VIII Congresso do PTA, "a luta dos povos e a revolução encontram-se na ordem do dia não apenas como aspiração e dever imediato para a libertação do jugo e

da opressão capitalista imperialista, mas também como necessidade histórica a fim de lançar por terra os planos guerreiros do imperialismo e evitar nova conflagração mundial". A análise das relações internacionais e da realidade que vivemos indica que nem a política de violência e ditame, nem os engodos das muitas teorias que buscam dissimular e justificar as políticas das superpotências e das demais potências a elas aliadas, têm possibilidade de deter a presente tendência revolucionária. A classe operária nos países capitalistas amplia e aprofunda sua luta contra a exploração, a opressão e o domínio estrangeiro. Os povos oprimidos em todos os Continentes estão despertando. O Irã, a Nicarágua, El Salvador, a luta libertadora do povo afegão e dos povos dos países da América Latina comprovam esse despertar. Ao lado deles, muitos outros vêm intensificando os seus sentimentos nacionais e ampliando os embates para serem livres, independentes e soberanos. De modo geral, os movimentos libertadores cobram novo impulso em todos os recantos e seu caráter antiimperialista, anti-social-imperialista e anticolonialista reforçou-se mais. Nenhuma chantagem, nenhuma pressão da força militar do imperialismo é capaz de abater essa poderosa onda antiimperialista e libertadora.

Contudo, o exitoso desenvolvimento do movimento revolucionário dos povos não deve ser concebido sem o fortalecimento qualitativo de sua luta pela derrocada do sistema capitalista-revisionista através da violência. Também esta luta só pode desenvolver-se corretamente se se avaliar com realismo as situações que mostram a tendência da ulterior intensificação da política agressiva do imperialismo norte-americano, do social-imperialismo soviético e dos seus aliados, bem como do aumento das rivalidades e dos complôs imperialistas em geral e dos soviético-norte-americanos em particular. Tudo bem avaliado, surgem possibilidades para que se elaborem táticas corretas e justos posicionamentos, a fim de que a luta dos povos se mantenha em ascenso e a revolução mundial marche adiante sem se deter. ●



O mundo ocupado por tropas dos EUA e URSS

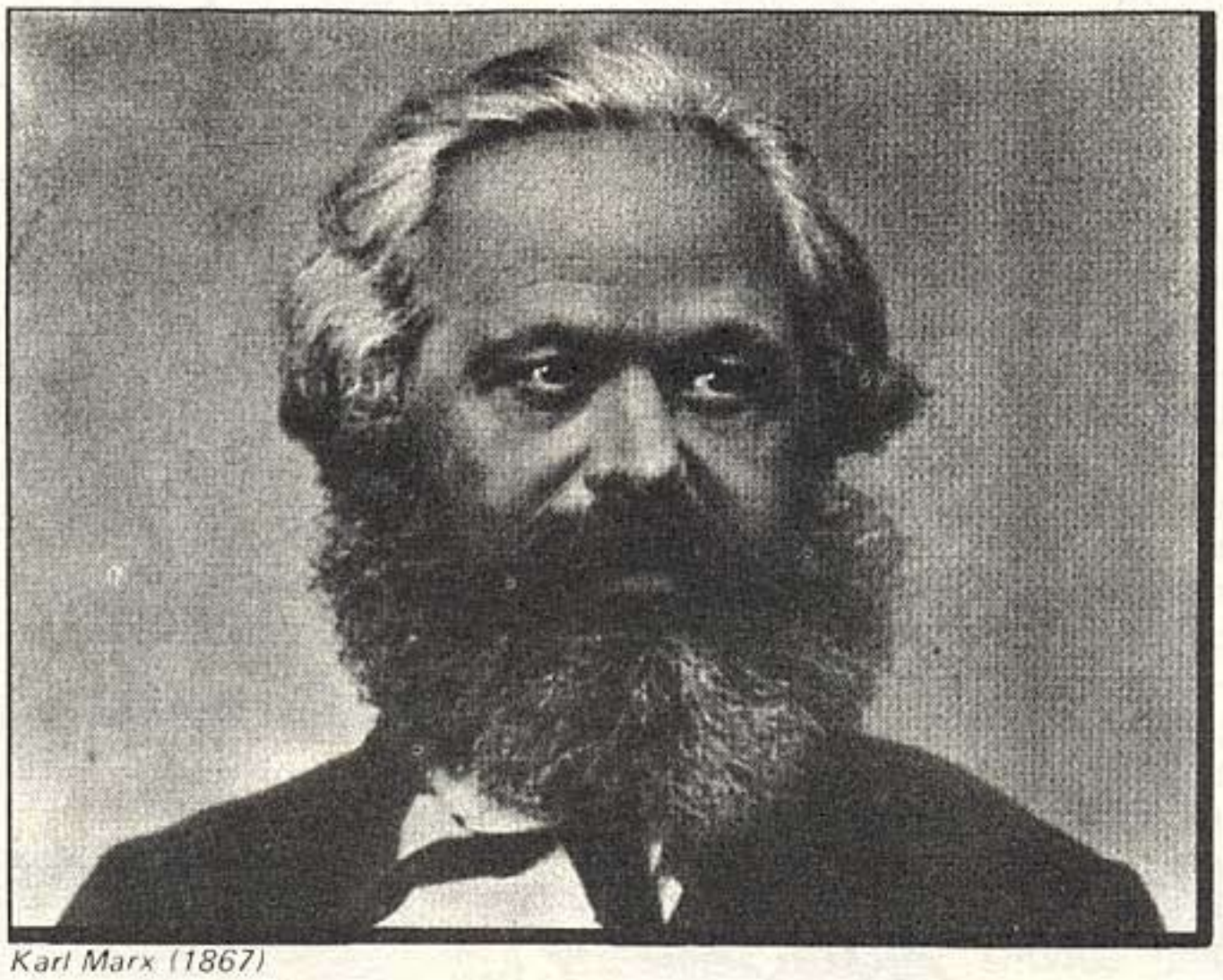
O mapa mostra onde estão os 722 mil soldados soviéticos e os 455 mil americanos fora das fronteiras dos EUA e da URSS. Não foram assinalados os contingentes inferiores a cem homens. Nem as tropas da Inglaterra (76 mil), França (57 mil), ou de Cuba (25 mil) no exterior, entre outras. Contando tudo, há no mundo de hoje 1.800.000 soldados ocupando terra estrangeira.

Os países assinalados em cinza são considerados potências nucleares: Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra e China.

TROPAS AMERICANAS	
América do Norte	
1. Bermudas	1.540
2. Canadá	710
América Latina	
3. Antigua	120
4. Cuba	2.250
5. Panamá	9.150
6. Porto Rico	2.940
Europa	
7. Bélgica	2.380
8. Alemanha Oc.	256.740
9. Grécia	3.520
10. Islândia	3.130
11. Itália	12.760
12. Holanda	2.090
13. Noruega	210
14. Portugal	1.660
15. Turquia	5.170
16. Inglaterra	26.720
17. Groelândia	320
18. Espanha	7.700
Oriente Médio	
19. Egito	180
20. Israel	110
21. Líbano	300
22. Arábia Saudita	520
23. Diego García	1.840
Extremo Oriente	
24. Ilha de Guam	8.680
25. Japão	50,450
26. Atol Johnston	120
27. Coréia do Sul	37.560
28. Filipinas	14.050
29. Tailândia	100
30. Austrália	700
TROPAS SOVIÉTICAS	
América Latina	
31. Cuba	12.000
32. Peru	175
Europa	
33. Checoslováquia	78.000
34. Alemanha Or.	406.000
35. Hungria	50.000
36. Polônia	50.000
Oriente Médio	
37. Iraque	8.000
38. Síria	4.000
39. Iemen	475
40. R.P. do Iemen	2.500
Extremo Oriente	
41. Camboja	300
42. Vietnã	4.000
África	
43. Argélia	8.500
44. Angola	700
45. Benin	1.200
46. Congo	850
47. Etiópia	2.400
48. Guiné	375
49. Guiné-Bissau	600
50. Líbia	2.300
51. Mali	636
52. Madagascar	370
53. Moçambique	500
54. Tanzânia	300
Ásia Meridional	
55. Afeganistão	87.000
56. Índia	1.550

Ilustração TLO

HOMENAGEM AO CEN
KARL MARX



Karl Marx (1867)

"...No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi demonstrar: 1) que a *existência das classes* está ligada apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção;* 2) que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado;* 3) que esta mesma ditadura constitui tão somente a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes...*"

(Carta de Marx a J. Weydemeyer — 5 de março de 1852).

"Os comunistas não se rebaixam em dissimular suas idéias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela, a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.

Proletários de todos os países, uní-vos!"

(Manifesto do Partido Comunista — Karl Marx — F. Engels — 1848).

TENÁRIO DA MORTE DE (1883—1983)

". . .Apreciando em todo o seu justo valor o emprego dos meios legais de luta em período de estagnação política e de domínio da legalidade burguesa, Marx condenou vigorosamente, em 1877 e 1878, depois da promulgação da lei de exceção contra os socialistas, a 'frase revolucionária' de um Most; mas combateu com a mesma energia, se não mais, também o oportunismo que então se tinha apoderado temporariamente do partido social-democrata oficial, que não tinha sabido dar imediatas provas de firmeza, de tenacidade, de espírito revolucionário e de prontidão, em resposta à lei de exceção, e passar à luta ilegal".

(Do artigo Karl Marx — V.I.Lênin).

"Os burgueses, tanto os conservadores como os ultra-democratas, competiam em lançar difamações contra ele. Marx punha de lado tudo isso como se fossem teias de aranha, não fazia caso; só respondia quando isso era exigido por uma necessidade imperiosa. E morreu venerado, querido, pranteado por milhões de operários da causa revolucionária, como ele, espalhados por toda a Europa e a América, desde as minas da Sibéria até a Califórnia. E posso atrever-me a dizer que se pôde ter muitos adversários, teve somente um inimigo pessoal".

"Seu nome viverá através dos séculos, e com ele a sua obra!"

(Trechos do discurso pronunciado por F. Engels no cemitério de Highgate, a 17 de março de 1883).

K. Marx, F. Engels e as filhas de Marx, Jenny, Eleanor e Laura (1860)

Ilustração Fernando

A Crise no Paraná

FÁBIO CAMPANA*

Aponta-se aqui uma série de modificações ocorridas na estrutura sócio-econômica do Paraná e revela-se como se refletem nesse Estado as mazelas da crise por que passa o sistema capitalista dependente e latifundiário.

Nos últimos meses, a realidade vem se encarregando de desmentir as previsões otimistas do governo do PDS no Estado. A economia paranaense, fundada sobretudo na atividade agropecuária, vai dando mostras de dificuldades cada vez maiores. No campo, a falta de

* *Fábio Campana: Jornalista, escritor paranaense.*

recursos financeiros para a comercialização da safra condiciona a paralisação de negócios, atingindo com vigor os pequenos proprietários rurais que não têm condições de suportar esta situação. O desestímulo à produção cresce com o estabelecimento, pelo governo, de valores básicos de custeio insuficientes. E os preços internacionais dos principais produtos de exportação — soja, café, açúcar e cereais, estão em baixa e ameaçando de prejuízos mesmo os produtores médios.

Crescem os bolsões de miséria em algumas regiões, especialmente na periferia das grandes cidades e das grandes obras em construção.

Esta situação se reflete na economia como um todo. Temos uma média de 8 falências por dia no Paraná. As empresas maiores reduziram seus investimentos e níveis de atividades. A carência de recursos financeiros determina a ampliação da especulação bancária e a elevação do custo do dinheiro. O próprio governo, que detém ainda os principais instrumentos de intervenção na economia, vê-se obrigado a pedir novos empréstimos externos para tentar manter em atividade seus organismos.

Agrava este quadro a distribuição preferencial dos recursos disponíveis aos grandes grupos econômicos de caráter monopolista. Para citar exemplos mais recentes, os empréstimos a juros subsidiados à multinacional Agroceres-PIC e aos usineiros, especialmente a Usina Central do Paraná, do grupo Atalla. O Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná — BADEP, inicia a execução de um plano que pretende a captação de 4 milhões de dólares.

O ônus mais pesado deste processo vai sendo jogado sobre os ombros dos trabalhadores. O desemprego, descontado o alto índice de subemprego, alcança níveis elevadíssimos. No Paraná, a taxa de desempregados seria de 10,6% da população economicamente ativa. E tende a crescer. Ao mesmo tempo, acentua-se uma política geral de redução de salários. O paranaense, segundo recente pesquisa, é o trabalhador que mais horas de trabalho realiza pelo menor salário médio.

Os índices de preços ao consumidor também se elevam. O custo de vida nunca foi tão elevado. Alguns ítens básicos, como alimentação, transportes e vestuário pressionam constantemente a alta. Crescem os bolsões de miséria em algumas regiões, especialmente na periferia das grandes cidades e das grandes obras em construção. Uma massa de deserdados a procura de oportunidades de sobrevivência. A conclusão de obras, como Itaipu, deve agravar esta situação.

A CRISE REVELA PROBLEMAS CRÔNICOS

O quadro de crise ajuda a revelar, com nitidez, os fatores básicos de um processo de transformação estrutural da sociedade paranaense nos últimos 10 anos e que se constituem em problemas crônicos de nosso Estado. Destacamos alguns aspectos desse processo, importantes para o entendimento da situação atual:

Entre 1970 e 1980, enquanto a população urbana cresceu 79%, aumentando do seu contingente em quase 2 milhões, a população rural caiu em 40%.

— A sociedade paranaense experimentou três décadas de crescimento populacional contínuo. Na última década, entretanto, apresentou o menor crescimento demográfico do país, com taxa bem inferior ao que seria o crescimento vegetativo da população. Com exceção de algumas regiões, como Londrina e Norte novo, onde houve um pequeno crescimento absoluto, o Paraná teve sua população reduzida em termos absolutos. De paraíso da imigração, transformou-se em um dos grandes expulsores de migrantes. Em 1980, 1.100.000 pessoas, no resto do país, declararam ter emigrado do Paraná nos últimos anos. Outra parcela significativa transferiu-se para países vizinhos como o Paraguai.

— Entre 1970 e 1980, enquanto a população urbana cresceu 79%, aumentando seu contingente em quase 2 milhões, a população rural caiu em 40%. De um Paraná predominantemente rural, com 64% da população no campo em 1970, passamos a um Paraná urbanizado, com 55% de sua população vivendo nas cidades.

— Há dez anos, a população economicamente ativa correspondia a 33% do total. Desta, 63% trabalhava no campo, 10% na indústria e 27% no setor terciário (comércio, serviços). Hoje, a população economicamente ativa é maior, de 38%. No campo, 41%, na indústria 18% e 39% no setor terciário. Isso significa que temos 1.196.000 pessoas trabalhando basicamente no campo, contra 1.439.000 dez anos antes. Ou seja, 243.000 menos do que em 1970.

— Em 1970, apenas 40% das pessoas que trabalhavam eram assalariadas. Hoje, na economia como um todo, os assalariados predominam. São 60% do total. E embora a maioria trabalhe na indústria ou no setor de serviços, a grande mudança se deu no campo. Os assalariados rurais passam a representar 33% dos que trabalham no campo. São cerca de 400 mil assalariados, 115.000 a mais do que em 1970. Devemos levar em conta que isto se dá num período em que o emprego total caiu.

— As transformações na indústria e no setor de serviços implicam em mudanças sociais nas cidades. O novo tipo de indústria que se instala no Paraná tem sua produção concentrada em poucas unidades. O comércio e serviços ligados à agricultura também passam a ser exercidos por grandes empresas. As grandes indústrias, as grandes companhias comerciais e de serviços e as grandes cooperativas vão eliminando os antigos produtores industriais, os pequenos comerciantes. A indústria e o comércio que se desenvolveram estão voltados, basicamente, para a atividade principal da economia paranaense, a agricultura.

O campo paranaense se transformou em produtor intensivo de ítens para a exportação, especialmente a soja, o café, a cana e cereais.

— Se cresceu a produção e a produtividade, isto não equivaleu a uma expansão correspondente dos empregos. No campo, a mecanização da lavoura dispensou grande número de trabalhadores. Na indústria, o aumento do número de empregos é reduzido, dada a alta intensidade de capital nos investimentos industriais. É o setor terciário (comércio e serviços) que mais expande a utilização do trabalho.

— Na base destas transformações está o processo de monopolização da economia paranaense. No campo, a concentração da propriedade fundiária é rápida. Em poucos anos, desapareceram cerca de 150 mil pequenas propriedades. A explicação deste processo está na rápida penetração do capitalismo no campo e na adequação da economia paranaense ao modelo determinado pela política econômica estabelecida no país nos últimos tempos. O campo paranaense se transformou em produtor intensivo de ítens para a exportação, especialmente a soja, o café, a cana e cereais. Vai sendo substituído o sistema tradicional de produção agrícola, baseado na pequena propriedade de economia familiar, para surgir a grande propriedade, de exploração moderna, com uso intensivo do capital.

Na medida em que os serviços e a indústria são concentrados em grandes companhias, provocam o esvaziamento dos centros urbanos menores, de onde desaparecem os antigos agentes econômicos de poucos recursos. Em contrapartida crescem alguns centros que passam a sediar as grandes empresas. E aqui a monopolização se encarrega de fazer desaparecer as pequenas iniciativas.

A CRISE E O CARÁTER DA SOCIEDADE PARANAENSE

O que vimos nestes últimos dez anos no Paraná foi uma transformação de sua economia e de sua estrutura social que resultam da **monopolização provocada pela intervenção cada vez mais poderosa do grande capital. Especialmente do capital estrangeiro,** que passa a dominar todos os setores da vida do Estado. Na produção agropecuária, no comércio e serviços, na indústria, vê-se o aprofundamento da dependência econômica ao capital estrangeiro.

A monopolização vai determinando o desaparecimento da pequena propriedade no campo e na cidade, determinando o assalariamento dos pequenos produtores, ou submetendo-os à grande empresa monopolista, especialmente de capital estrangeiro. Os assalariados passam a predominar.

A concentração e uso de capital intensivo conduz ao surgimento de um **grande exército de reserva da força de trabalho.** Cerca de dois milhões são liberados da produção, principalmente no campo. Pressionados e mesmo estimulados pela política governamental, grande parte migra para outras regiões. O restante se localiza na periferia de grandes cidades e

obras, constituindo uma enorme massa marcada pela miséria e pelo desajustamento sob as novas condições de produção.

Como resultado da concentração, cresceu a produção e a produtividade em taxas bastante altas. A renda interna do Paraná cresceu 244% entre 1970 e 1980. Das dezenove principais indústrias do Estado, 13 apresentaram elevação da relação lucro/salários. Esse **crescimento e lucratividade do capital também é concentrado de forma violenta.** Uma parcela bastante reduzida da riqueza gerada fica em mãos dos trabalhadores.

A crise atual da economia paranaense é a crise de uma economia em rápido processo de monopolização, marcada pela crescente dependência ao capital estrangeiro.

Estabelece-se uma política de **superexploração da força de trabalho.** Na indústria, o setor que melhor paga aos operários é a indústria mecânica, onde os salários médios mensais atingem apenas 2,93 salários mínimos. Os mais baixos, da indústria do vestuário e calçados, alcançam 1,34 salários mínimos. No campo, a exploração é ainda mais aguda. Milhares de trabalhadores recebem em média menos de um salário mínimo mensal.

A crise atual da economia paranaense é, portanto, a crise de uma economia em rápido processo de monopolização, marcada pela crescente dependência ao capital estrangeiro que orienta seus investimentos no sentido de consolidá-la como economia agropastoril-exportadora. E que alcança altas taxas de lucratividade pelo uso intensivo de capital e superexploração da força de trabalho.

O PAPEL DO ESTADO

Nos últimos 18 anos, o grupo político que empalmou o poder no Estado, constituiu-se em representante e instrumento do regime militar no Paraná. De um lado, colocou o Estado a serviço do processo de rápida concentração do capital e da progressiva dependência da economia ao capital estrangeiro. De outro, e como parte de suas tarefas, exerceu firme repressão social e política contra o conjunto da população, como condição para que se operassem tais mudanças.

No plano econômico, o governo privilegiou a aplicação de recursos, a construção de obras de infra-estrutura e a própria política financeira no sentido de propiciar as melhores condições de penetração e exploração do Paraná pelo grande capital estrangeiro. Por um breve período, esta tendência procura se modificar pela aplicação de uma política que pretendia a recuperação de uma economia baseada em interesses tradicionais. Especialmente aqueles com vistas ao fortalecimento do capital bancário aqui sediado. Mas são interesses contraditórios com os que passam a determinar a vida econômica do Estado.

No plano social, o governo estadual exerceu duplo papel. O primeiro, de diluição das tensões sociais, seja por uma política que procurou estimular a migração e com ela a exportação da crescente marginalidade de amplas massas do sistema produtivo, seja pela aplicação de programas assistenciais e paliativos. O segundo, de intensa repressão a todas as manifestações sociais, ao mesmo tempo que procurou atrair a direção dos segmentos organizados da população.

O governo do PDS é subserviente e corrupto, cujos integrantes vão se identificando e se submetendo como parceiros menores ou beneficiários do grande capital, do capital bancário nacional e de grupos que utilizam o Estado como instrumento de seus interesses.

Sua política, marcada pelo entreguismo e subserviência, procura impedir a expressão e organização política da sociedade, buscando apoio apenas na força política limitada que contém pelo clientelismo e corrupção. É assim que transforma o Estado em agente dos novos interesses do grande capital, retirando inclusive qualquer autonomia e representatividade do Estado perante o governo central. É neste processo que o Paraná perde por completo a direção efetiva de seus principais instrumentos, como o BADEP, a COPEL, a TELEPAR etc. E não tem condições de intervir em defesa dos interesses de sua população no que diz respeito à utilização de seu território e de seus recursos naturais.

Um governo subserviente e corrupto, cujos integrantes vão se identificando e se submetendo como parceiros menores ou beneficiá-

rios do grande capital, do capital bancário nacional e de grupos que utilizam o Estado como instrumento de seus interesses.

O ISOLAMENTO DO REGIME E DO GOVERNO

É profundo o fosso que separa os interesses representados no governo do Estado e os da ampla maioria da população paranaense. Isto veio determinando um progressivo isolamento do governo, do regime que representa e das forças políticas que lhe emprestam apoio. Hoje, a base social de apoio do grupo político no governo é estreita. Perdeu sua capacidade de convencimento ideológico perante, inclusive, os segmentos sociais que nele confiaram quando chegou ao governo pela primeira vez, atravéz do voto, o que conseguiu, na época, com base nos pequenos proprietários rurais, nos pequenos industriais e comerciantes urbanos, nos profissionais autônomos, ou seja, nas camadas médias da sociedade. Setores que foram submetidos à falência e ao assalariamento e mesmo à migração pelo processo de monopolização que se utilizou do governo como instrumento efetivo.

Este isolamento comprova-se nas crescentes manifestações não só de operários e camponeses ou de estudantes que sempre lhe fizeram oposição. A insatisfação alcançou amplos setores da sociedade paranaense. Na década de 70, o governo foi vencido em todas as eleições majoritárias. Também nas eleições de Novembro de 1982 sofreu contundente derrota. Seu partido, o PDS, passa por contínuos momentos de desagregração interna e a coesão só é mantida à base da corrupção mais voraz.

AS LUTAS SOCIAIS NO PARANÁ

Nos últimos tempos, o movimento social no Paraná se caracterizou por contínuas manifestações que vão das reivindicações mais imediatas por melhores condições de vida e trabalho às de oposição declarada à política do regime. Mas são ainda manifestações isoladas, algumas de grande intensidade e importância, mas que encontram seu freio em suas próprias limitações de consciência e direção política, e de organização.

O **movimento operário** não consegue repetir, desde 1978, greves e manifestações gerais de categorias. Tem recorrido a greves parciais em algumas empresas, especialmente no sul. As categorias que apresentam nível de luta mais intenso são as da construção civil, dos gráficos, dos operários na indústria de papel. Em sua maioria, estas manifestações que chegam à paralisação, exigem o pagamento de salários, melhores salários e alguns protestos contra a demissão massiva numa mesma empresa. Reações constantes ao rebaixamento salarial e à instabilidade no emprego, mas isoladas e de pequeno porte.

É no campo que se travam as lutas sociais mais importantes no Estado hoje. Nele estão se dando grandes transformações de caráter capitalista e aí vive e trabalha a ampla maioria dos trabalhadores paranaenses.

Isto não quer dizer que não haja luta e que ela não possa se expandir e assumir nova qualidade. O certo é que o movimento operário ainda é dirigido por grupos ou forças atrasadas, conciliadoras ou mesmo representativas, majoritariamente, da política do regime. A ampla maioria dos sindicatos operários no Paraná estão sob a direção de pelegos. E alguns sob a direção de elementos sob a influência do reformismo. Este é um freio ao desenvolvimento do movimento operário no Estado. Esta direção sindical tem procurado estabelecer formas de diluição da luta e de conciliação com os interesses das grandes empresas. Para manter sua direção, utilizam-se da tradicional política assistencialista que não encontra, em qualquer categoria da classe operária, resistência ou oposição de uma corrente mais identificada com os reais interesses da classe.

É no **campo** que se travam as lutas sociais mais importantes no Estado, hoje. Compreende-se este fenômeno sabendo-se que na agricultura se baseiam as transformações de caráter capitalista no Estado. E que no campo vivem e trabalham a ampla maioria dos trabalhadores paranaenses. Os que trabalham nas áreas rurais constituem a principal força social no Paraná, pelo número, pela sua atividade na produção e pelas lutas que desenvolvem em contradição com a penetração do capitalismo no campo, seus efeitos, e a progressiva dependência econômica que os submete às determinações do capital estrangeiro.

A principal luta que se desenvolve no campo paranaense é pela posse da terra. Segundo fontes do próprio governo (INCRA-PR), existem no Paraná 270 áreas de tensão social abrangendo 64 municípios. Em luta constan-

te, registram-se 16 casos que envolvem 60 mil pessoas (11.931 famílias) que disputam com latifundiários, grandes empresas e companhias de colonização, 2,1 milhões de hectares. Querem a propriedade definitiva da terra e reagem, inclusive pelo confronto armado, às ameaças de expulsão (veja os quadros).

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Variação na Área de Lavouras 1970 - 75		Participação no Total da Área de Lavouras (%)	
	Variação Absoluta (ha)	Variação Relativa (%)	1970	1975
Menos de 5 ha	110.732	24,1	9,7	6,2
5 a menos de 10 ha	147.675	18,3	17,0	11,6
10 a menos de 20 ha	87.048	7,7	22,9	17,7
20 a menos de 50 ha	192.097	17,6	23,1	22,8
50 a menos de 100 ha	235.394	58,5	8,5	11,3
100 a menos de 200 ha	232.394	82,9	5,9	9,1
200 a menos de 500 ha	262.176	88,8	6,3	10,0
500 a menos de 1000 ha	115.575	80,4	3,0	4,6
1000 ha a mais	211.724	129,8	3,4	6,7
TOTAL	908.929	19,3	100,0	100,0

FONTE: IBGE — Censo Agropecuário do Paraná 1970-1975

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREAS DE LAVOURA NO PARANÁ

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970			1975		
	ESTABELECIMENTO		ÁREA DE LAVOURAS	ESTABELECIMENTO		ÁREA DE LAVOURAS
	Nº	%		Nº	%	
Até 50 ha	513.897	92,7	72,8	431.814	90,3	58,4
50 ha e mais	40.591	7,3	27,2	46.639	9,7	41,6

FONTE: IBGE — Censo Agropecuário do Paraná 1970-1975

Hoje, no campo paranaense, temos um grande contingente de assalariados rurais.

Um proletariado rural que se vai forjando sob as condições de superexploração pelas grandes empresas de produção agrícola. Iniciam movimentos por melhores condições de vida e trabalho, pela organização própria em defesa de seus interesses, inclusive pelo acesso à terra. Os mais destacados destes movimentos estão localizados nas grandes concentrações de trabalhadores, no Norte e no Oeste do Paraná. Tivemos greves recentes nestas duas regiões.

No Oeste, onde milhares de pequenos proprietários rurais foram submetidos ao assalariamento num processo mais recente, ainda em curso, surgem movimentos organizados que reivindicam o acesso à terra, a reforma agrária. O mais significativo desses movimentos é o MASTRO — Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste do Paraná, que vem reunindo em assembléias milhares de trabalhadores.

Do ponto de vista da direção política, estes movimentos no campo paranaense estão sob a direção ou influência também de correntes atrasadas e reformistas, com destaque para a participação de organizações sob a influência direta da Igreja. Mesmo ali onde se observa a presença das formas mais avançadas de luta, prevalecem as perspectivas mais atrasadas do ponto de vista político, que submetem à expectativa de justiça do governo a solução para os confrontos.

O campo é fértil, produz choques importantes. Falta a direção política daquela que deve ser a força dirigente do processo como um todo — a classe operária e seus instrumentos de direção, para dar a estas lutas o sentido que devem alcançar a fim de que se convertam em força de transformação.

No plano dos movimentos da **pequena burguesia,** destaca-se o **movimento dos professores,** que demonstra contínua combatividade. Este movimento, entrando anualmente em greve, tem marcado o movimento social em geral pelo seu alto grau de contestação e utilização das formas de luta mais radicais. No entanto, aqui também se observa a contradição entre a combatividade de seus participantes e a direção política insuficiente, caracterizada pela presença de dirigentes atrasados, pelegos, na direção da entidade dos professores. Na base, uma disposição constante de luta por melhorias salariais e de condições de trabalho. Na cúpula da entidade dirigente, um grupo político cujo esforço principal é o de reduzir esta luta ao nível mais baixo da reivindicação das massas. Esse grupo, por seu trabalho organizador, sua tradição no movimento, mantém a confiança e o controle político da maioria. Controle que só perdeu nos momentos em que a própria luta determinou a sua radicalização. A ausência de uma corrente mais avançada no seio da massa, com disposição ao trabalho paciente de elevação do nível político da categoria, tem determinado a derrota e o isolamento de setores mais conseqüentes que, por seus métodos e pela sua prática, ainda não conseguiram conquistar apoio mais significativo. No recente confronto eleitoral, de renovação do órgão dirigente da entidade, constituíram uma frente e foram derrotados pelos dirigentes tradicionais no pleito geral. A experiência mostrou que ali onde se desenvolve um trabalho mais correto de relações com a massa, foram conquistadas vitórias significativas e inclusive o controle de núcleos regionais.

Estamos diante de um quadro que apresenta como traço mais relevante a luta dos diversos segmentos da sociedade. O pano de fundo é a crise econômica, social e política.

As **demais categorias** de profissionais da pequena-burguesia têm-se manifestado esporadicamente pelas suas reivindicações específicas, revelando a insatisfação que as acompanha e ao mesmo tempo a baixa capacidade de reação diante do quadro a que estão submetidas.

O **movimento estudantil universitário,** vem exigindo de seus principais dirigentes uma autocrítica que possibilite a retificação de uma prática de direção que lhe retirou as características de forte movimento de massas. Esta experiência específica demonstra que deter a direção das entidades que organizam a massa não é o suficiente do ponto de vista da aplicação de determinada política. Nas últimas manifestações mais importantes, observamos que a disposição de luta das massas é grande. E elas chegaram a ditar a continuidade do processo de luta contra a avaliação imperfeita de seus setores mais avançados.

O certo é que estamos diante de um quadro que apresenta como traço mais relevante a luta dos diversos segmentos da sociedade. O pano de fundo é a crise econômica, social e política que agrava os efeitos de um violento processo de transformação da sociedade paranaense nos últimos anos.

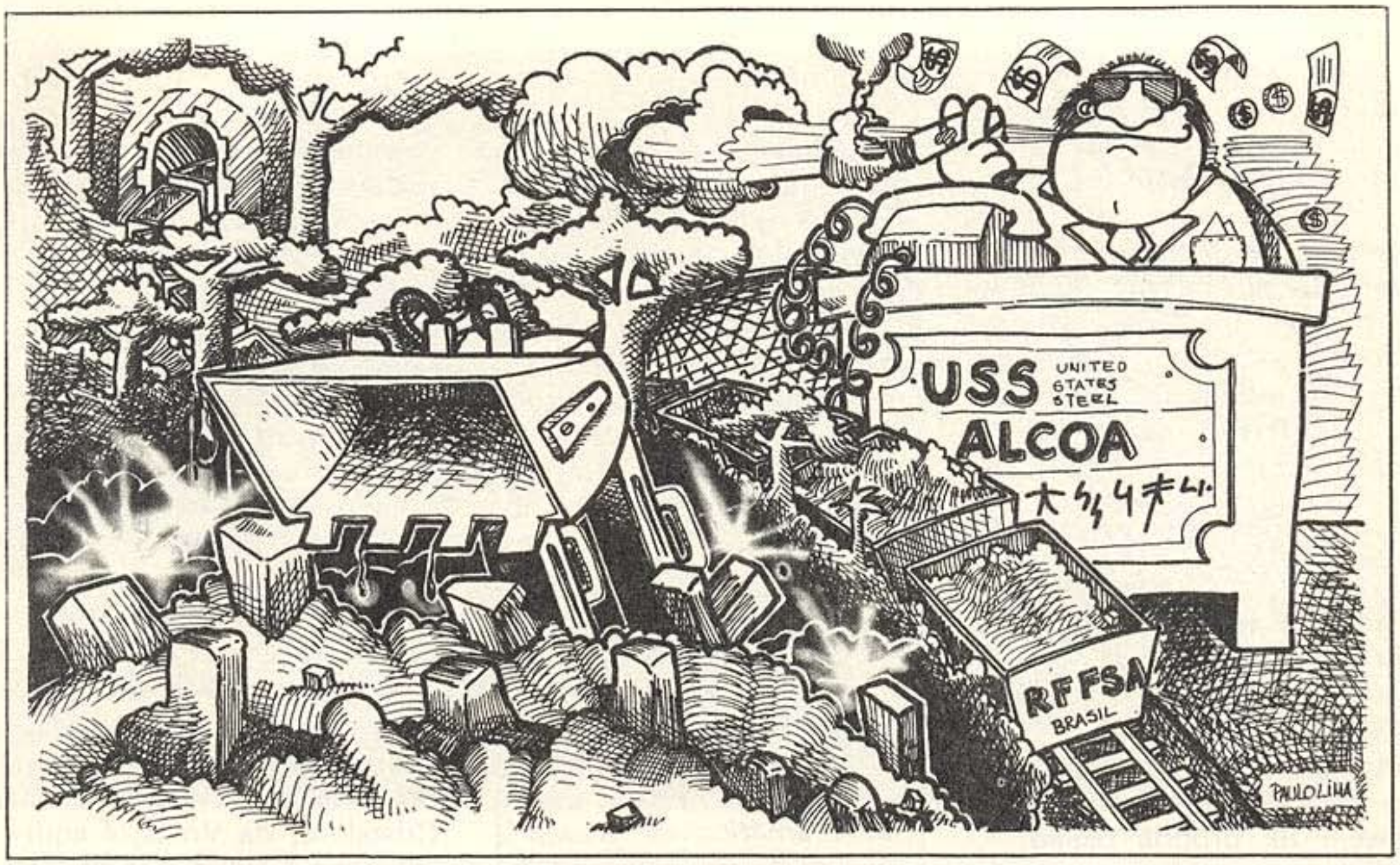


Ilustração Paulo Lima.

Carajás — Exploração e Entreguismo

JAIME SAUTCHUK*

Com abundância de dados, o autor põe a nu os objetivos do governo, urdidos com os monopólios estrangeiros, visando entregar Carajás.

Assistimos hoje, no Brasil, a um festival de entreguismo jamais visto na história do País. O Governo dos militares recorreu ao Fundo Monetário Internacional para obter recursos, dando em troca um liberalismo ainda maior nos cuidados com a evasão de capitais, levados pelas empresas estrangeiras, e jogando sobre os trabalhadores uma política de mais arrocho. E a dívida externa já ultrapassou a barreira dos US$ 100 bilhões. Enquanto isso, continua-se tramando, por debaixo do pano ou descaradamente, fórmulas falsas de pagar essa dívida.

Uma dessas fórmulas mágicas é a do Projeto Grande Carajás, não raro apresentado como o empreendimento de "salvação do Brasil", por aqueles que o querem rapidamente implantado. No entanto, todas as evidências levam a um só caminho: a exploração das riquezas naturais da região do Araguaia/Tocantins,

* *Jaime Sautchuk — Jornalista e escritor radicado em Brasília.*

da forma em que foi planejada e já está em execução, só fará aumentar a dívida externa do Brasil e colocará sobre o controle do capital estrangeiro uma das maiores províncias minerais do mundo. De quebra, o **Carajazão**, no conjunto dos seus subprojetos, oferece sérios riscos ao meio-ambiente da Amazônia Oriental.

ASSALTO PREMEDITADO

Com certa freqüência, vemos a questão da Amazônia brasileira ser tratada de forma romântica, de defesa do "verde pelo verde". Em outros casos — especialmente o de alguns intelectuais que vivem na própria região — afirma-se que o assunto só pode ser tratado com o rigor necessário por habitantes daquela região. Os dois enfoques são visivelmente incorretos. O primeiro, porque é reacionário, por ser contra o progresso sem fazer distinção entre o desenvolvimento que atende aos interesses do povo brasileiro e aquele que apenas satisfaz ao imperialismo e seus aliados internos. O segundo, porque restringe a questão a seus aspectos regionais. Não leva em conta que a ocupação da Amazônia, na forma "planejada" pelo regime militar, é antinacional e, portanto, contrária aos interesses de todo o povo brasileiro, que pode e deve levantar, em uníssono, sua voz em oposição a essa política.

Não há dúvidas, entretanto, de que o processo de exploração da Amazônia em curso não dá atenções à manutenção do equilíbrio ecológico da região. O solo da Amazônia é, em grande parte, um solo pobre, arenoso. Em várias áreas, já se observa o efeito dramático da erosão que as torna inaproveitáveis. Já em fevereiro de 1976, o jornalista Lúcio Flávio Pinto citava o caso de rios, como o Gurupi e o Caeté, que em curto espaço de tempo deixaram de ser navegáveis, como decorrência do desmatamento(1). Também é de alguns anos a constatação da mudança no regime de chuvas em partes da Amazônia.

> *O solo da Amazônia é, em grande parte, um solo pobre, arenoso. Em várias áreas já se observa o efeito dramático da erosão que as torna inaproveitáveis.*

Experiências do passado, como a do Noroeste do Paraná, onde a erosão é hoje um problema grave, não são levadas em conta. Nenhum novo projeto implantado na Amazônia é precedido de estudos científicos criteriosos e as conseqüências do desmatamento de vastas áreas contínguas de florestas, incluindo as proximidades de cabeceiras de rios, são imprevisíveis. O processo de ocupação da região, no entanto, resume-se a um assalto premeditado e indiscriminado às suas riquezas, sem atentar-se para nenhum outro aspecto.

A partir de 1965, quando o **Hudson Institute**, dos Estados Unidos, fez o primeiro levantamento aerofotogramétrico da região e foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foram sendo fixadas condições favoráveis aos grandes investimentos na Amazônia. De um modo geral, grandes empresas apossam-se, a preços irrisórios, de vastas extensões de terra e nelas investem pouco ou nenhum capital próprio. A principal fonte de recursos é a própria SUDAM, que administra o sistema de incentivos fiscais para a região. Grupos estrangeiros, da Volkswagen ao Barclays Bank, beneficiam-se dessas facilidades, detendo enormes extensões de terra. Só a fazenda Vale do Rio Cristalino, da Volks, é equivalente a 1.400 glebas de 100 hectares. A preços de 1974, quando foi aprovado esse projeto, a multinacional recebeu Cr$ 116,4 milhões de incentivos fiscais e investiu Cr$ 38,8 milhões em recursos próprios.

O caso mais típico de incentivos e favorecimentos, porém, é o do Projeto Jari, do americano Daniel Ludwig. O projeto de reflorestamento, produção de celulose e papel, de arroz e exploração mineral do Jari ficou isento de quase todos os impostos, inclusive o de importação de máquinas e equipamentos, além de se beneficiar dos incentivos da SUDAM. Durante a fase mais intensa de implantação, o Jari acumulou uma dívida externa, com aval do governo brasileiro, de US$ 526 milhões, que à época representava um por cento do total da dívida do Brasil no exterior. Mais recentemente, o Jari foi "nacionalizado", no que se refere ao projeto de

(1) Artigo publicado na imprensa do Pará e reproduzido no livro "Amazônia - O Anteato da Destruição". (Gráfica, Belém, 1977)

papel e celulose, sendo transferido para um consórcio de empresas, que têm à frente o Grupo Azevedo Antunes, enquanto o Banco do Brasil assumiu sua dívida. Por duas razões, porém, o projeto continuou sendo controlado por Ludwig: primeiro, porque Azevedo Antunes é seu velho sócio e testa-de-ferro no Brasil; segundo, porque Ludwig continuará tendo uma participação de cinco por cento nos lucros até o ano 2014.

A maior parte das reservas de minérios conhecidas na Amazônia também está sob o controle de grandes grupos econômicos, na maioria estrangeiros, embora algumas sejam da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa estatal, como é o caso da hematita (minério de ferro) da Serra dos Carajás. As principais reservas de minérios estratégicos, como a bauxita, no entanto, estão em mãos estrangeiras.

A QUEM INTERESSA O CARAJÁS?

O ferro da Serra dos Carajás foi descoberto em 1967, pela CVRD, que logo iniciou negociações para associar-se à Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel, para uma possível exploração conjunta das reservas. Em 1970 foi criada a Amazônia Mineração S.A. (AMZA), com capital dividido entre a CVRD (50,9%) e a Meridional (49,1%), submetendo-se com isso o próprio cronograma de exploração das reservas aos interesses do grupo americano. O projeto ficou parado até que, em 1977, a CVRD comprou de volta a parte da Meridional pela quantia de US$ 50 milhões, embora a AMZA pudesse ser considerada uma empresa fantasma.

Ao longo dos anos, pesquisas geológicas feitas na região, especialmente pela Docegeo, subsidiária da CVRD, registraram a ocorrência de outros minérios, em abundância. Logo Carajás passou de uma reserva de minério de ferro cuja viabilidade econômica de exploração causava polêmicas a uma das maiores províncias minerais do mundo. Sem contar a área de minério de ferro, a CVRD investiu, de 1971 a 1980, US$ 112,3 milhões em pesquisa geológica. Na região de Carajás, foram descobertas jazidas de manganês (60 milhões de ton.), bauxita (50 milhões de ton.), níquel (125 milhões de ton.), estanho (100 mil ton.), ouro (300 ton.) e vários outros, como cassiterita, prata, zinco, cromo e chumbo, cuja dimensão ainda não foi precisada.

Em 1980, seguindo a mesma linha de grandes projetos e obras faraônicas, o Governo elaborou o Programa Grande Carajás, ou **Carajazão**, como passou a ser chamado. Em verdade, o projeto extrapolou a exploração mineral e passou a ser um "plano global de desenvolvimento para a Amazônia Oriental", como o definiu o empresário Sérgio Quintella[2], um de seus defensores. A concepção geral do projeto saiu do Ministério do Planejamento, sob a batuta do ministro Delfim Netto, e desde logo foi alvo de veementes críticas vindas de diversos setores da sociedade, incluindo empresários, cientistas e partidos políticos.

(2) Sérgio Quintella é presidente da Internacional Engenharia e ocupou o mesmo cargo no projeto Jari, por indicação de Azevedo Antunes.

"Dentro do quadro atual, a participação de empresários nacionais em Carajás só pode ser simbólica. Esse patrimônio é de importância estratégica para o Brasil construir sua independência, mas o nosso problema não é mobilizar intensa e urgentemente esses recursos. A questão é mobilizá-los de acordo com a nossa capacidade, de acordo com um projeto a longo prazo, a serviço dos interesses da Nação". (Severo Gomes, senador do PMDB)

Na área empresarial, a mais potente voz levantada contra a execução do projeto, nos moldes e no cronograma previstos, foi a de Antônio Ermírio de Morais, superintendente do Votorantin, o maior grupo privado nacional. O eixo central do posicionamento desse empresário é o de que as dimensões dadas ao projeto fazem com que ele seja acessível apenas aos capitais estrangeiros. Luiz Dutra Câmara, diretor da Companhia Brasileira de Alumínio, subsidiária do Votorantin, afirmou em entrevista à **Folha de São Paulo**, em 31 de agosto de 1982:

— O governo está vendendo uma coisa que não é dele. O minério de Carajás pertence à Nação e o governo não pode negociá-lo dessa maneira, sem nenhum sentido eco-

nômico. Isso é uma barbaridade.

O empresário, ex-ministro da Indústria e do Comércio e atual Senador Severo Gomes (PMDB-SP), em entrevista ao mesmo jornal, afirmou:

— Dentro do quadro atual, a participação de empresários nacionais em Carajás só pode ser simbólica. Esse patrimônio mineral é de importância estratégica para o Brasil construir sua independência, mas o nosso problema não é mobilizar intensa e urgentemente esses recursos. A questão é mobilizá-los de acordo com a nossa capacidade, de acordo com um projeto a longo prazo, a serviço dos interesses da Nação.

O cientista José Walter Bautista Vidal, ex-secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, em artigo intitulado "Domínio do Subsolo, Uma Questão de Soberania", publicado pela **FSP**, escreveu: "Devemos reconhecer que será difícil pensar-se em real desenvolvimento quando os recursos não-renováveis nacionais estiverem comprometidos com a manutenção dos níveis de consumo das sociedades desenvolvidas". E vai mais além: "As condições em que essas decisões têm surgido, sem o referendo nacional, podem dificultar futuramente o cumprimento dos compromissos agora assumidos".

Em setembro de 1981 foi realizado em Brasília o simpósio "Alternativas para Carajás", organizado pelo senador Henrique Santillo (PMDB-GO), em que foram levantadas críticas aos diversos aspectos do **Carajazão**, partidas inclusive do ex-ministro Reis Velloso, do Planejamento. No mês seguinte, um documento da Direção Nacional do PMDB defendia a inconstitucionalidade do decreto-lei 1813, que criou incentivos fiscais especiais para os investimentos em Carajás.

PAGAR OU AUMENTAR A DÍVIDA?

Apesar dos protestos, no entanto, os militares e tecnocratas entreguistas empoleirados no Poder continuam a tocar o projeto normalmente. A administração do projeto global saiu das mãos da CVRD e passou para um Conselho Interministerial criado para este fim, cujo primeiro secretário foi o empresário Oziel Carneiro, que deixou o cargo para candidatar-se pelo PDS ao governo do Pará, sendo derrotado. Tanto ele quanto o secretário que o substituiu, Nestor Jost, afirmaram mais de uma vez terem recebido orientação para tocarem o projeto o mais rapidamente possível. Os setores mais velozes têm sido os de minério de ferro, que inclui uma ferrovia de 900 quilômetros ligando a Serra dos Carajás a Ponta da Madeira (Maranhão) e um porto; e os complexos de alumínios de São Luiz (Maranhão) e Barcarena (Pará).

A CVRD ficou com a parte menos nobre do **Carajazão**, que é a da exploração do minério de ferro, e com a construção da ferrovia e do porto, cujas obras estão andando normalmente, segundo a empresa. Os investimentos previstos inicialmente para essas obras são de US$ 3,6 bilhões, assim divididos: pelo menos US$ 1 bilhão em empréstimos externos diretos à CVRD, de US$ 1 bilhão a US$ 1,5 bilhão em empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o restante de diversas outras fontes, incluindo algum capital próprio da empresa.

No entanto, ocorre que o financiamento do BNDE deverá ser, total ou parcialmente, simples repasse de empréstimos externos (o Banco não discrimina a origem do capital ao emprestá-lo). Além disso, os recursos vindos de "outras fontes" incluem vendas antecipadas de minério de ferro no mercado externo. Este tipo de negócio consiste em vender o produto a preços especiais para entrega futura, recebendo o pagamento no ato da venda. Por implicar em pagamento de uma taxa, a venda antecipada representa um financiamento externo, embora não seja incluída no total da dívida externa.

A CVRD tomou para si a custosa tarefa de criar a infra-estrutura de transportes (ferrovia e porto) para favorecer os capitais estrangeiros. A empresa multinacional explora o minério em algum país e o exporta **in natura** *para o seu país-sede, onde a própria empresa o processará (não raro exportando o produto final ao país de origem do minério).*

Em outras palavras, isto tudo quer dizer que a CVRD está fazendo essas obras de viabilização técnica da exploração de minério com a maior

parte dos recursos obtidos em fontes externas. E não se sabe de onde é que a empresa estatal vai obter o retorno desse capital, já que o minério de ferro, que em 1956 era exportado a US$ 26 por tonelada, só conseguiu ultrapassar a barreira dos US$ 20 por tonelada em 1982, com tendência a estabilizar nessa faixa de preços. A óbvia conclusão a que se chega, então, é a de que a CVRD tomou para si a custosa tarefa de criar a infra-estrutura de transportes (ferrovia e porto) para facilitar a implantação de outros empreendimentos que, pelo que tudo indica, estarão sob o controle de capitais estrangeiros(3).

A CVRD estará, assim, repetindo sua interessante história. A empresa foi criada em 1942 com o propósito de desenvolver o Vale do Rio Doce, em Minas e Espírito Santo. Um dos ex-presidentes da empresa, Fernando Roquette Reis escreveu, em artigo publicado pelo **Jornal do Brasil**, em 22 de fevereiro de 1981: "A CVRD tem quase quatro décadas de experiência em como não desenvolver uma região". Mais adiante, arremata: "(. . .) a alta direção da CVRD dificilmente escapará ao destino de só extrair e transportar minério de ferro nesse novo túnel (a ferrovia Serra dos Carajás/ Ponta da Madeira)". As reservas de ferro em Carajás somam 17,8 bilhões de toneladas e a empresa pretende exportar 50 milhões de toneladas anuais, a partir de 1985.

A QUESTÃO DO ALUMÍNIO

Os investimentos da CVRD para explorar o ferro de Carajás, pelas previsões iniciais, superam em algumas centenas de milhões de dólares os da implantação do campo petrolífero de Prudhoe Bay, no Pólo Norte, se não contarmos o oleoduto lá construído. Para o economista americano Michael Tanzer(4), que foi alto funcionário da Esso, os maiores problemas de um projeto mineral estão no seu estágio de implantação, durante o qual podem ocorrer quatro imprevistos: o minério pode não ser tão abundante, o custo de produção pode revelar-se mais elevado, os investimentos podem ser maiores do que o esperado e os preços do produto no mercado podem não seguir uma tendência desejada. No caso de Prudhoe Bay, que levou dez anos para ser implantado, o empreendimento deu certo, segundo Tanzer, porque as reservas eram de fato de 9,6 bilhões de barris de petróleo e, principalmente, porque os preços do produto no mercado internacional cresceram rapidamente. O projeto da CVRD, que levará sete anos para ser implantado, poderá não ter a mesma sorte simplesmente por tratar-se de minério de ferro e não de petróleo.

Pela estratégia utilizada pelas grandes companhias multinacionais do setor mineral, pode-se assegurar que nenhuma delas faria o que a CVRD está fazendo em Carajás — o que, obviamente, não quer dizer que se alguma delas o fizesse seria bom para o Brasil. Demonstra apenas o quanto a empresa estatal brasileira está sendo útil aos gaviões estrangeiros, que obviamente se interessam pelo filé-mignon de Carajás. No capitalismo monopolista, segundo Michael Tanzer, a questão do risco adquire maior importância no campo mineral do que em outros setores. O casamento perfeito entre o aumento dos lucros com a redução dos riscos é o segredo das grandes companhias mineradoras.

A principal tática dos grandes cartéis do setor mineral sempre foi a de controlar e explorar o maior volume de minério possível em todo o mundo e agregar a ele o menor valor possível. Em outras palavras, sempre que possível e economicamente interessante, a empresa multinacional explora o minério em algum país e o exporta **in natura** para o seu país-sede, onde a própria empresa o processará (não raro exportando o produto final ao país de origem do minério). No entanto, ao longo dos anos, essas grandes empresas adaptaram-se às novas condições surgidas. E esse é um aspecto fundamental para quem quiser entender a concepção do **Carajazão**.

Vários ministros (Delfim Netto, Cesar Cals, Camilo Penna, por exemplo) têm repetidas vezes dito que é uma conquista do Governo brasileiro o fato de multinacionais estarem implantando no Bra-

(3) A exploração de jazidas de outros minérios nas proximidades da Serra de Carajás e a implantação de projetos agropecuários de grande porte ainda estão para serem definidos, embora sejam previstos investimentos globais de mais de US$ 60 bilhões.

(4) Em seu livro "The Rale for Resources — Continuine Streuggles Over Mineral and Fuels" (Monthly Revew Press, Nova Iorque).

sil indústrias de processamento de bauxita (minério de alumínio). Não se poderia, segundo esses porta-vozes, dedicar aos projetos de alumínio em implantação em São Luíz do Maranhão e no Pará, as mesmas críticas que se faz à Bethlehem Steel (americana), que, em associação com o grupo Azevedo Antunes, há mais de 20 anos suga à exaustão o manganês da Serra do Navio, no Amapá, e o exporta. No entanto, trata-se apenas de mais uma tentativa de "vender" uma idéia falsa sobre os verdadeiros objetivos do Projeto Grande Carajás.

A disputa pelo controle de reservas minerais, especialmente na área dos metais não-ferrosos, continua tão intensa quanto era décadas atrás. Na obra já citada, Michael Tanzer afirma: "Uma vez que uma boa reserva mineral é descoberta (. . .), a empresa que a encontrou faz o que pode para evitar que outras encontrem reservas semelhantes". Uma vez de posse da reserva, a empresa a utiliza da forma que mais a interessa. É muito comum a prática do que se chama de "sentar na mina" — ou seja, a empresa segura reservas às vezes décadas sem explorar e sem deixar que outros o façam.

Em 1967, Daniel Ludwig obteve do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a concessão de vinte áreas de bauxita na região dos rios Trombetas e Paru, próximo do Projeto Jari. A intenção de Ludwig era a de ingressar no fechado setor do alumínio, controlado pelo cartel das Seis Irmãs (Alcoa, Alcan, Péchiney, Kaiser, Reynolds e Alusuisse)[5]. O empresário ficou "sentado" nas reservas até 1980, quando decidiu vendê-las à Aluminium Company of America (Alcoa), também americana, numa transação nebulosa autorizada pelo Ministério das Minas e Energia. Já à época, o presidente da Alcoa no Brasil, Alain Belda, afirmou que não era do interesse da empresa "a exploração imediata" das reservas que acabava de adquirir.

Os cartéis minerais fazem o que for preciso para controlar reservas. Em alguns casos, mantém truculentas ditaduras militares. Em outros, preferem modos mais "civilizados", como o de fazer associações com governos locais e controlar reservas através dos estatutos da empresa que é criada. Esse é o caso, por exemplo, do Projeto Trombetas, considerado integrante do Grande Carajás, embora situe-se à margem norte do rio Amazonas. As reservas do Trombetas estavam com a Alcan até 1974, quando a CVRD resolveu associar-se à multinacional canadense para explorar a bauxita ali existente.

A Mineração Rio do Norte (MRN), até então de propriedade da Alcan, passou a ter a seguinte composição acionária: CVRD (48,9%), Alcan (20,2%), Companhia Brasileira de Alumínio (10,6%), Shell (5,3%) e Reynolds, Norsk Hydro e Aluesa (15,0%). A MRN passava, assim, a ter 59,5% de capital nacional, se somadas as partes da CVRD e da CBA (Grupo Votorantin). Na prática, porém, é a Alcan e demais sócios estrangeiros que controlam a empresa, já que, pelo acordo de acionistas que a CVRD concordou em assinar, qualquer decisão de maior importância só pode ser tomada com a aprovação de mais de 75% (em alguns casos 90%) do capital votante, inclusive alterações de preços do minério[6]. E pior: a CVRD utilizou-se de recursos externos para integralizar sua parte na MRN[7].

As reservas de bauxita de Paragominas, no Pará, estavam, até 1977, em boa parte, em mãos da CVRD, de um lado, e do grupo inglês Rio Tinto Zinc, de outro. Naquele ano, porém, a Vale associou-se minoritamente à RTZ na Mineração Vera Cruz, atrelando a utilização de suas reservas aos interesses da multinacional. Com os acordos de Trombetas e Paragominas, não há risco da CVRD sequer tentar entrar no mercado mundial de bauxita ou processar o minério por conta própria. O cartel das Seis Irmãs, do qual a RTZ participa através da sua associada Péchiney, ficou muito satisfeito com a estatal brasileira.

Quanto ao processamento do minério, produzindo alumina e alumínio em solo brasileiro, a coisa não é diferente.

---

(5) As seis irmãs, juntas, controlam perto de 60% da mineração, 70% da produção de Alumina e 60% da produção de Alumínio Metálico do mundo.

(6) O fato foi denunciado pelo jornalista Marcos Dantas, em tese apresentada no I Congresso de Defesa da Amazônia, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1980.

(7) No livro já citado, ao fazer breve referência ao Brasil, Michael Tanzer afirma, após dar a composição acionária do projeto trombetas: "(...) portanto, pelo menos em termos de propriedade, o projeto não é dominado por capital americano."

Como se sabe, o alumínio é obtido através de um processo eletrolítico que o separa do óxido de alumínio (alumina). Assim, as duas matérias-primas básicas, de igual importância, para a fabricação desse metal são a bauxita (nome dado a qualquer minério com teor mínimo de 32 por cento de alumina) e energia elétrica. Para qualquer multinacional seria, como sempre foi, fácil extrair o minério no Brasil (ou na Jamaica, Guiana, Suriname, Guiné e Austrália) e processá-lo em seu país-sede. Mas teria, então, que enfrentar os altos custos dos 16 mil quilowatts/hora de energia gastos na produção de cada tonelada de metal. Por isso, a indústria de alumínio tem seguido duas tendências, quanto à localização: uma, secundária, que busca os países do Oriente Médio, para utilizar energia termoelétrica (obtida do gás natural); outra, a principal, que prefere os países que tenham energia de fonte hídrica abundante e barata. Este é o caso do Brasil. Além disso, elas fogem de rígidas legislações de controle da poluição, já que se trata de uma das indústrias mais poluentes.

Os cabos de alta tensão que vão transportar a energia produzida em Tucurui, no Pará, passam por cima de casas de caboclos, camponeses e comunidades inteiras que nem sonham com luxo maior do que lamparina de querosene. As indústrias Albrás, no Pará, e a da Alcan, em São Luiz, serão responsáveis sozinhas por 20 por cento da energia a ser gerada pela hidrelétrica de Tucurui, segundo Nestor Jost informou em entrevista à revista **Veja**. As obras da usina estão sendo tocadas, em grande parte, com recursos externos. E o mais grave é que o Governo, em portaria assinada em 13 de agosto de 1979 pelo ministro Cesar Cals, autorizou a Eletronorte a vender a energia a um preço 15 por cento inferior ao normal, para as indústrias de alumínio que se instalarem na Amazônia.

É por essa razão, em particular, que o Japão, que teve de reduzir a quase a metade sua produção de alumínio nos últimos anos, por causa dos custos da energia, resolveu produzir o metal em outros países: Venezuela, Indonésia e Brasil. Aqui, um consórcio de empresas japonesas formou a Nippon Amazon Aluminium Co. (Nalco), que se associou à Valenorte, subsidiária da CVRD, no Projeto Albrás/Alunorte. Sua produção, de 320 mil toneladas anuais de alumínio, será metade colocada no mercado interno e o restante exportado para o Japão. Como os americanos, ingleses e canadenses, os japoneses, embora detendo 49 por cento do empreendimento, terão direito a veto em questões importantes e, de quebra, garantiram num acordo assinado com a CVRD que o preço do metal exportado para o Japão seja inferior ao do vendido no Brasil.

O caso do alumínio é bastante elucidativo e pode servir de referência para o tratamento que o regime militar pretende dar aos outros setores do **Carajazão**, ainda em fase de estudos e negociações. Trata-se, portanto, de um projeto tocado autoritariamente, contrário aos interesses nacionais e um verdadeiro ultraje às aspirações do povo brasileiro. É uma questão que merece um combate vigoroso e permanente de todos os setores democráticos e populares.

Mapa da região de Carajás e sua localização no Brasil

Graciliano Ramos e a Constituinte

Graciliano Ramos retratado por Portinari

No ano de 1945 o povo estava nas ruas exigindo a redemocratização do Brasil. O nazi-fascismo fora derrotado na segunda guerra mundial e abriam-se perspectivas em escala planetária para o avanço da democracia. O Estado Novo de Getúlio vivia os seus últimos dias. A constituição outorgada em 10 de Novembro de 1937 deveria ser substituída por outra que correspondesse aos anseios democráticos dos brasileiros. A palavra de ordem de uma nova Constituição tomou conta de todos os setores democráticos organizados. E a exigência da convocação de uma constituinte que elaborasse uma nova carta capaz de ordenar juridicamente a sociedade civil que saía da ditadura sensibilizou as camadas mais representativas da consciência política nacional.

A intelectualidade democrática neste contexto tomou posição aberta a favor da convocação de uma constituinte livre e soberana, através da qual aquelas garantias que a carta outorgada em 37 tirara ao povo brasileiro fossem a ele restituídas. Escritores, cientistas, artistas, representantes de todos os setores da intelectualidade uniram-se às demais classes e camadas que clamavam e exigiam uma nova Constituição. À frente deles estava a intelectualidade comunista que, juntamente com membros das demais tendências políticas, liderava a luta pela convocação de uma constituinte livre e soberana.

Não ficou indiferente a este movimento o grande romancista e escritor Graciliano Ramos. Como militante e democrata participou ativamente da campanha de convocação de uma constituinte que desse ao povo brasileiro uma nova Constituição. Em várias ocasiões e oportunidades manifestou-se publicamente sobre o assunto. O texto que transcrevemos abaixo foi lido por ele em uma dessas manifestações. Pela sua coerência política e oportunidade resolvemos transcrevê-lo para conhecimento dos leitores. Um texto que tem atualidade absoluta em face da nossa atual situação política e da necessidade de reencontrarmos a legalidade democrática que nos foi tirada pela ditadura militar.

Clóvis Moura *

* *Clóvis Moura; Presidente do IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas). Autor de diversos livros sobre História.*

Senhoras
Senhores
Camaradas.

Exigimos uma Assembléia Constituinte livremente eleita — é preciso dizer isto, repetir isto sempre, em todos os recantos do País. Esta reclamação impõe-se, entra nas consciências, e os políticos que a princípio desejavam a Constituinte, e depois não a desejavam, começam a desejá-la de novo, mas de maneira singular: como dádiva de um presidente escolhido na vigência de leis que se fazem, desfazem, refazem, voltam a desfazer-se. Louvam um presente, coisa outorgada, ouço mais ou menos a reprodução do que sucedeu em 1.937, com mais aparato, máscara de legitimidade.

É contra isso que protestamos. Descontenta-nos a idéia de, encobertos nos remendos da carta mais fascista ainda existente, remendos cada vez mais encolhidos e esgarçados, eleger um ditador, confiantes nesta promessa generosa: receberemos aquilo que de fato nos pertence. Realmente, se nos falta uma Constituição, se a que nos rege é apenas um simulacro de Constituição, só poderemos eleger um tirano, e nenhuma vantagem haverá nisso, embora ele seja a melhor das pessoas, absolutamente digna. Se aceitássemos tal arranjo, ficaríamos a depender dessa estranha magnanimidade, a depender de um indivíduo, situação que a experiência nos diz ser por todas as razões inconveniente. Que nos alvitra um dos candidatos?

— Escolham-me, e eu permitirei que a Câmara edifique uma espécie de lei básica.

Mas donde vem essa linguagem? Estamos cansados de ouvir salvadores vaidosos que nos trituram a paciência, nos amolam com o pronomezinho irritante: **eu, eu, eu, eu.** Não temos a ingenuidade necessária para confiar nos messias que se arrogam o direito de conduzir as massas arbitrariamente e nos concedem liberalidades no papel e em discursos, arengam com outros messias, uma lavagem pública de roupa suja, como se tivéssemos interesse em remexer mazelas pessoais, e não nos entendem, não nos conhecem, nunca nos entenderão e nunca nos conhecerão. Afastaram-se em demasia de nós, nem percebem que acumulamos decepções sobre decepções, anos, séculos de decepções, e vêm repisar-nos cantigas velhas, caducas, sugeridas por um individualismo estreito e mesquinho.

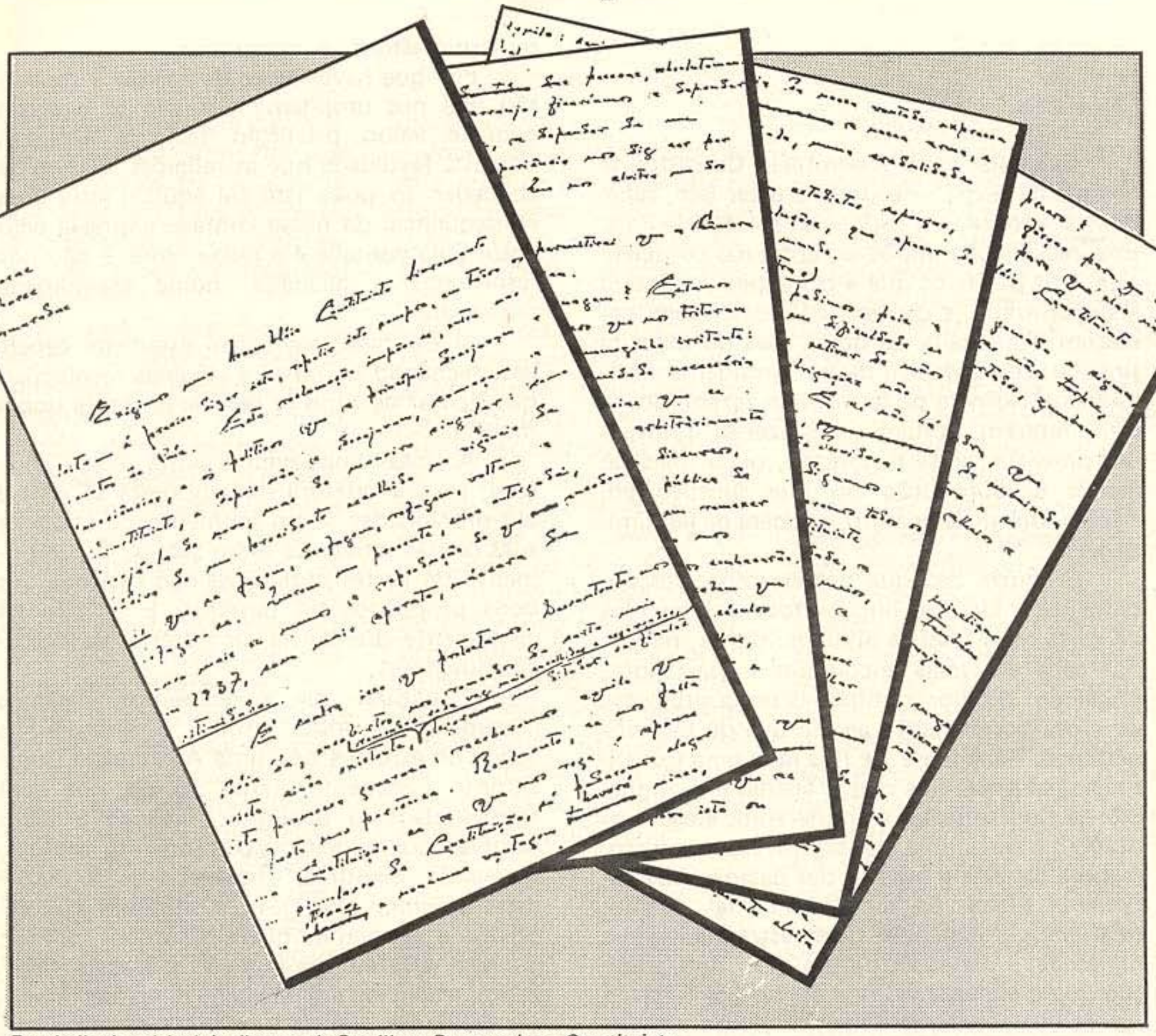
Por que haveríamos de aceitar a concessão que nos propõem? Ela não se basearia naquele velho privilégio real, já ninguém possui a faculdade que as religiões criaram de conceder ao povo isto ou aquilo: seria uma conseqüência da nossa vontade expressa pelo voto. Esta vontade é a nossa arma, e não nos resolvemos a aliená-la, numa credulidade talvez fatal.

— Eu farei, asseveram estadistas capengas, fechando os olhos a algumas revoluções, que apesar de tudo se realizaram neste pobre mundo.

A nossa linguagem é outra. Nada pedimos, pois a criatura mais honesta se achará em dificuldades se no momento de saldar as suas contas estiver de mãos vazias. O cumprimento de certas obrigações não depende dos bons propósitos do devedor. E aí não há exatamente dívida: há uma oferta, de execução duvidosa.

É natural que a recusemos, digamos claramente o nosso intuito. Empregaremos todos os esforços por uma Assembléia Constituinte livremente eleita. Só ela nos dará tranquilidade, a paz que a reação procura estorvar por vários meios, forjando intrigas, semeando mentiras, estabelecendo a desordem, fingindo corrigi-la e atirando nos espíritos o gérmen de novas desordens, porque é dessas desarmonias que vive a reação. Desejamos trabalhar em sossego, livres das ameaças estúpidas que há dez anos tornaram isto uma senzala. O nosso pequenino fascismo tupinambá encheu os cárceres e o campo de concentração da Ilha Grande, meteu neles sujeitos inofensivos, até devotos do padre

Graciliano Ramos



Fac-simile *do original do discurso de Graciliano Ramos sobre a Constituinte.*

Cícero, gente de penitência e rosários, pobres seres tímidos que nos perguntavam com surpresa verdadeira:

— Por que é que estamos presos?

Usaremos todas as nossas forças para que essas infâmias não se repitam. E para que elas não se repitam, exigimos uma Assembléia Constituinte livremente eleita.

Fascistas confessos, de cruz gamada e sigma, despiram as camisas sujas, lavaram as mãos torpes, são agora uns inocentinhos bem comportados, zumbem com sorriso de sujos:

— Não temos nada com isso.

Profissionais da política malandra, que recebiam instruções da embaixada alemã, da embaixada italiana, possibilitaram o golpe de Novembro e se beneficiaram com ele, purificaram-se, estão alheios a indecências e apontam um culpado.

— Foi ele.

E jornalistas que aplaudiram as injustiças mais terríveis, as violências mais ferozes, também se distanciaram do amo, cospem no prato, arranjam um bode expiatório.

Desses grupos, mais ou menos avariados, surgem cavaleiros andantes, Quixotes resolvidos a pôr as coisas nos eixos e desfazer agravos. É intuitivo que não acreditamos neles. Impossível responsabilizarmos um homem só pelas misérias que choveram sobre nós. Há muitos autores delas — e os piores são os que hoje simulam essa pureza tardia e querem democratizar o País de cima para baixo. É o que sempre fizeram. Na democracia deles o povo não entra. Fugimos dessa mistificação. E reclamamos com insistência, gritamos cem vezes, mil vezes, exibindo esta necessidade: uma Assembléia Constituinte livremente eleita. ●

PUBLICAÇÕES DA EDITORA ANITA GARIBALDI

FARABUNDO MARTÍ, HERÓI DO POVO DE EL SALVADOR: Este livro apresenta a biografia de Farabundo Marti, herói de El Salvador, bem como a luta revolucionária do povo deste país centro-americano nas décadas de 20 a 30. Deu-se o nome de Farabundo à Frente de Libertação que dá continuidade, hoje, à luta libertadora do povo de El Salvador.

PREÇO: Cr$ 200,00 *COD. 102*

O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO: Com este livro de Enver Hoxha temos em mãos uma poderosa arma de combate. Nele, o autor examina o desenvolvimento da luta de classes no mundo de hoje. Revela os planos dos exploradores, desmascara as teorias oportunistas; delineia a estratégia e a tática revolucionárias dos povos.

COD. 103 *PREÇO: Cr$ 800,00*

O REVISIONISMO CHINÊS DE MAO TSETUNG: Um livro de João Amazonas que sintetiza o combate dos marxistas-leninistas brasileiros à teoria oportunista dos três mundos e ao chamado pensamento Mao Tsetung - causa e efeito da desastrosa politica anti-socialista da China Popular.

PREÇO: Cr$ 800,00 *COD. 104*

OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES: Coletânea de artigos de Wladimir Ilich Lênin sobre a participação dos comunistas no Parlamento e o papel das eleições no conjunto das lutas do povo.

COD. 107 *PREÇO: Cr$ 400,00*

RELATÓRIO AO 8º CONGRESSO DO PARTIDO DO TRABALHO DA ALBÂNIA: Neste informe, o Secretário Geral do PTA aborda o desenvolvimento da economia albanesa, a vida do Partido e suas tarefas. Fala da educação comunista dos trabalhadores, da situação internacional, da luta contra o revisionismo, do movimento revolucionário e de libertação nacional atual.

PREÇO: Cr$ 800,00

COD. 108

PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA POPULAR

Este livro apresenta diversos artigos de João Amazonas que abordam problemas políticos e ideológicos do movimento revolucionário brasileiro – principalmente sobre a tática – em diversos períodos dos últimos anos.

COD. 109 *Cr$ 500,00*

A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO COMUNISTA

Esta é uma coletânea de artigos de Diógenes Arruda publicados no jornal A Classe Operária. Eles abordam sobretudo problemas da educação ideológica dos comunistas e a formação e seleção de quadros.

Cr$ 500,00 *COD. 110*

GUERRILHA DO ARAGUAIA – 1972-1982

Revista-livro elaborada a partir de grande pesquisa que envolveu entrevistas com participantes da guerrilha, pessoas da região, estudiosos das lutas populares, jornais da época, materiais publicados no exterior e, especialmente, a ajuda dos familiares dos mortos e desaparecidos no Araguaia.

COD. 111 *Cr$ 1.200,00*

Peço enviar-me ..... exemplar(es) da(s) publicação(ões) abaixo assinalada(s). Para tanto, estou enviando o cheque nº ..... no valor de Cr$ ..... em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.
Travessa Brigadeiro Luiz Antônio, 53 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: 01318.

COD. 102 ☐ *COD. 103* ☐ *COD. 104* ☐ *COD. 107* ☐ *COD. 108* ☐ *COD. 109* ☐ *COD. 110* ☐ *COD. 111* ☐ *COD. 112* ☐

NOME: .....

ENDEREÇO: .....*Bairro:* .....

CIDADE: .....*Estado* .....*CEP* .....*Fone* .....

PRÓXIMO LANÇAMENTO DA EDITORA ANITA GARIBALDI

SOCIALISMO – IDEAL DA CLASSE OPERÁRIA, ASPIRAÇÃO DE TODOS OS POVOS

de JOÃO AMAZONAS

Neste livro, o veterano dirigente comunista João Amazonas levanta opiniões esclarecedoras sobre o que é o socialismo, como se conquista e constrói esse sistema social, suas diferenças antagônicas com o capitalismo e o revisionismo. Atendo-se aos princípios do marxismo-leninismo, com espírito criador e científico, João Amazonas demonstra a ação objetiva das leis econômicas e sociais, a necessidade e mesmo a inevitabilidade da revolução proletária, o insubstituível papel do partido comunista até a construção de uma sociedade sem classes. Reafirma, desse modo, a vitalidade da ideologia do proletariado, a iminência histórica do socialismo e sua superioridade sobre o capitalismo. Com esta nova publicação, a EDITORA ANITA GARIBALDI presta mais um subsídio à formação da consciência socialista em nosso país.

Preço: Cr$ 600,00

Cód. 112

Princípios

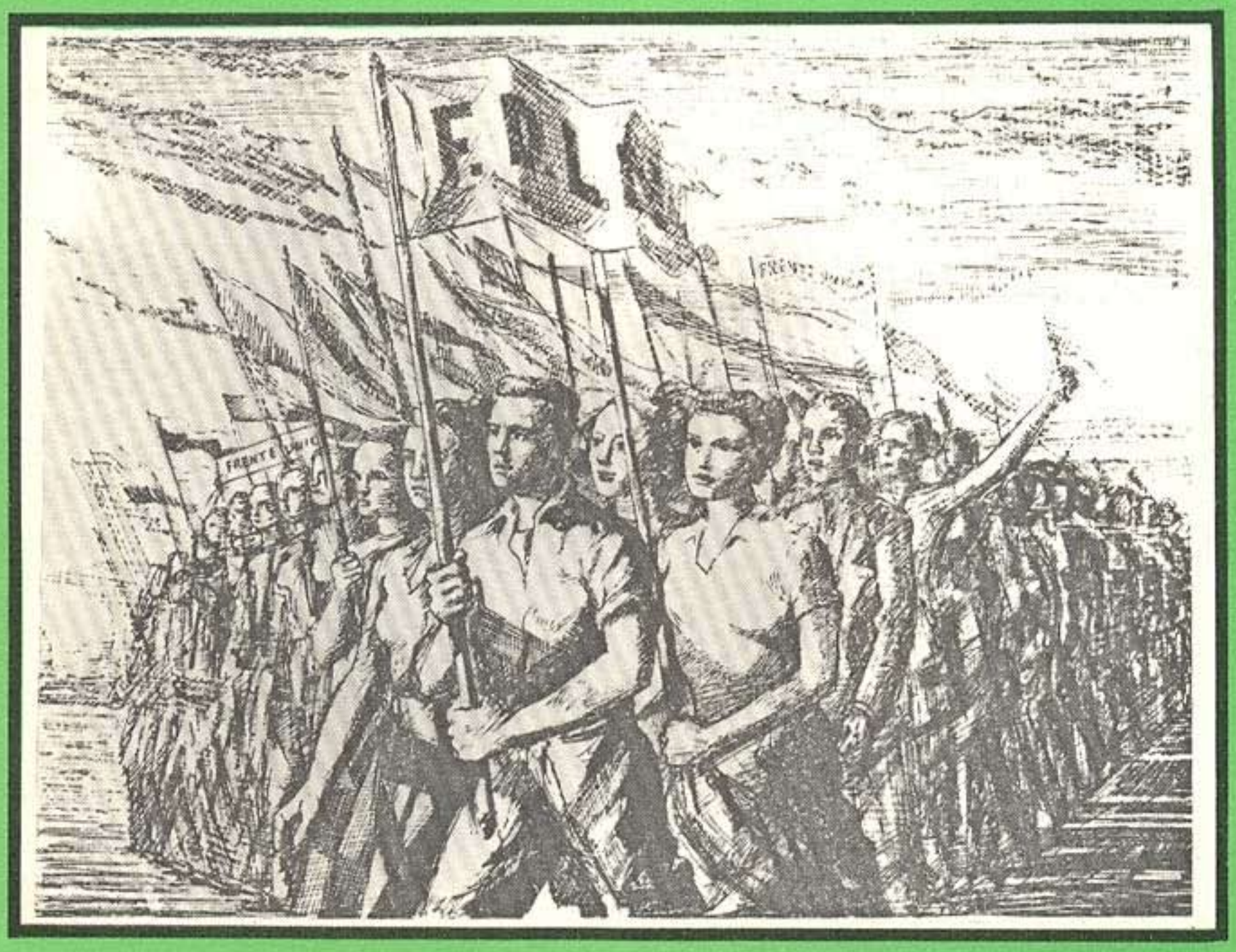
Revista teórica, política e de informação Março/1983 - Cr$400,00

Carajás — Exploração e Entreguismo

ENTREVISTA DE STÁLIN COM H.G. WELLS

A POLÍTICA GUERREIRA DAS SUPERPOTÊNCIAS

GRACILIANO RAMOS E A CONSTITUINTE



EDITORA ANITA GARIBALDI

5

Princípios

SUMÁRIO

Falência, Política e Violência 1

Carta a um Leitor
João Amazonas 3

Para Transformar o Mundo é Indispensável o Poder Político nas Mãos da Classe Operária
Josef Stálin 9

A Política das Superpotências — Perigo de Lançar a Humanidade numa Terceira Guerra Mundial
Rruga e Partisë . . . 19

No Centenário da Morte de Karl Marx . . 26

A Crise do Paraná
Fábio Campana . . . 28

Carajás — Exploração e Entreguismo
Jaime Sautchuk . . . 35

Graciliano Ramos e a Constituinte 42

PARA TRANSFORMAR O MUNDO É INDISPENSÁVEL O PODER POLÍTICO NAS MÃOS DA CLASSE OPERÁRIA

Nesta entrevista com o escritor inglês H.G.Wells, os argumentos precisos e convincentes de Stálin põem em contraste o marxismo e o liberalismo, demonstram a impossibilidade de mudar a fisionomia política do mundo sem uma autêntica revolução proletária.

PÁGINA 9

A POLÍTICA DAS SUPERPOTÊNCIAS — PERIGO DE LANÇAR A HUMANIDADE NUMA TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

De grande atualidade, este artigo do órgão teórico dos comunistas albaneses analisa com profundidade a política das duas superpotências e denuncia vigorosamente os seus preparativos guerreiros que levam a insegurança a toda a humanidade.

PÁGINA 19

CARAJÁS — EXPLORAÇÃO E ENTREGUISMO

O Regime militar, em completa bancarrota, agrava ainda mais a situação do país franqueando a penetração do capital estrangeiro. Inescrupulosamente, leiloa o solo pátrio e as suas riquezas minerais, comprometendo ao extremo a soberania nacional. Com abundância de dados, este artigo do jornalista Jaime Sautchuk põe a nu os planos do governo, urdidos com os monopólios imperialistas, para a entrega de Carajás, uma das maiores províncias minerais do planeta.

PÁGINA 35

GRACILIANO RAMOS E A CONSTITUINTE

Este vibrante discurso de Graciliano Ramos, além de ser documento político que conserva atualidade, representa uma ilustração do papel que desempenha o intelectual na sociedade, quando se coloca em sintonia com o momento que está vivendo, com os sentimentos e aspirações populares.

PÁGINA 42

A Revista PRINCÍPIOS é uma publicação trimestral da Editora Anita Garibaldi Ltda. — Travessa Brigadeiro Luís Antônio, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 — Jornalista Responsável: João Amazonas — Reg. Profissional nº 1.258 — Fls. 196 — livro 4 — de Porto Alegre, em 27.8.58 — Assinatura (4 números) Cr$ 1.600,00. Para o Exterior: US$ 15. Enviar cheque nominal para Editora Anita Garibaldi Ltda.

Capa: desenho de Cândido Portinari

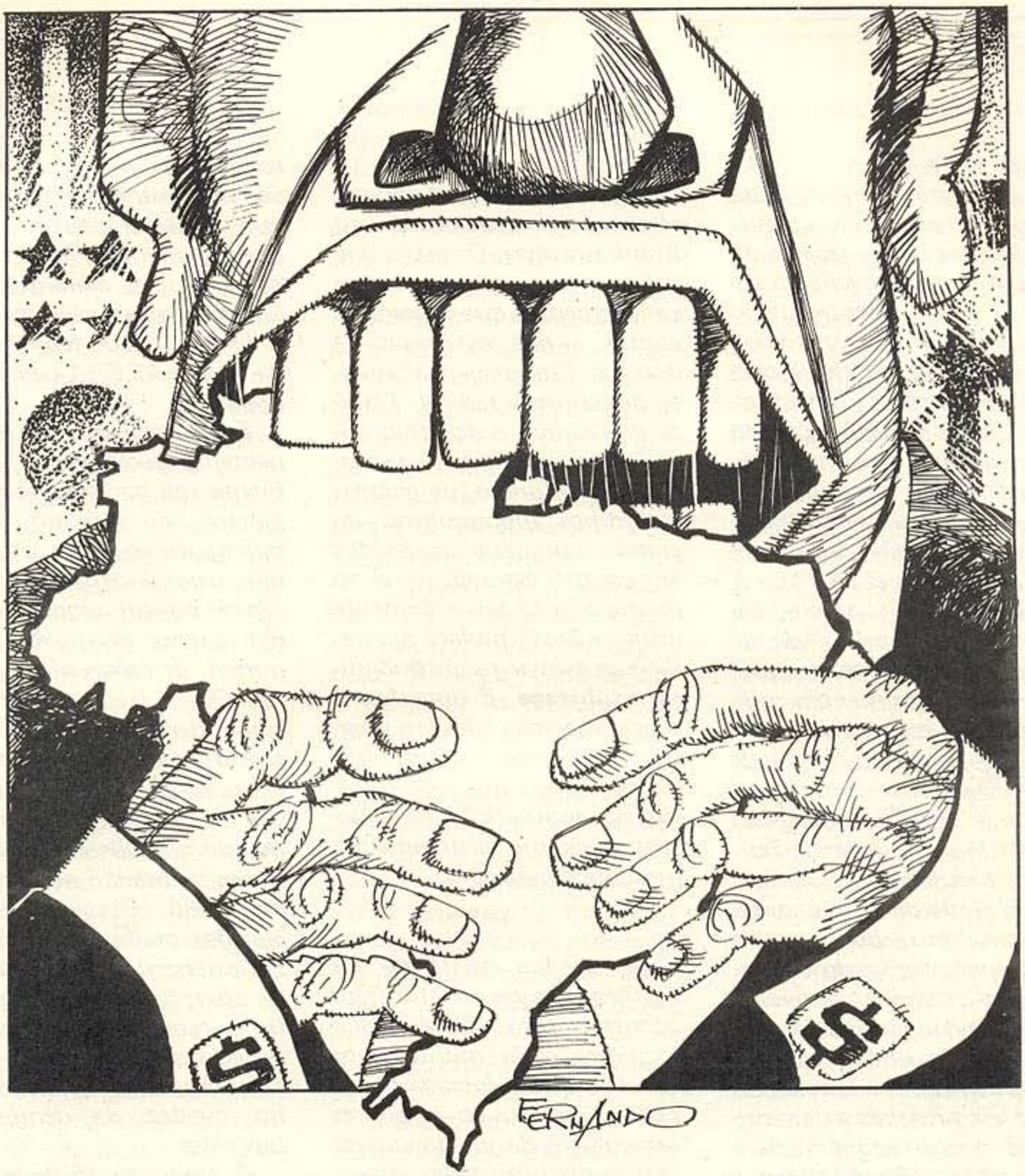


Ilustração Fernando.

Falência, Política e Violência

Vibrou forte o alarma do patriotismo, despertando a nação. É que depois de haver negado várias vezes o entendimento com o Fundo Monetário Internacional, o governo admitiu as negociações que, na verdade, já se vinham processando há muito com essa instituição financeira. Ao mesmo tempo, chegava ao Brasil Mr. Struckmeyer, chefe da missão do FMI, disposto, como se viu, a examinar as contas e os projetos estatais, a política cambial e salarial, os tributos e subsídios concedidos internamente, as fontes de recursos do país e algo mais que, nas esferas da economia e das finanças, se faz por baixo do pano, como diz a canção popular. O alarma ecoou forte porque a intervenção estrangeira nos negócios internos do país fere profundamente a linha demarcatória da soberania e independência nacional, deixando claro que chegamos ao limiar da falência, com os credores dentro de casa, fazendo o levantamento do ativo e passivo do Tesouro Nacional, do patrimônio dos bancos oficiais. O fato chocante calou na alma da nação que se ergue para protestar

contra tão aviltante capitulação. Os responsáveis por esse estado de coisas são chamados justamente de lacaios do imperialismo, serviçais do capital estrangeiro, entreguistas consumados.

Especula-se acerca da causa da bancarrota. Dizem alguns que foi precipitação no desenvolvimento econômico; outros alegam imprevidência no endividamento externo; e há os que culpam a crise mundial do sistema capitalista. A causa verdadeira, porém, encontra-se no "modelo" de desenvolvimento posto em prática pelos governantes militares. Eles pretendiam converter o Brasil numa grande potência, sem tocar no imperialismo, no latifúndio, nos grupos monopolistas da burguesia brasileira. Ou melhor: com a ajuda direta e copiosa do capital estrangeiro, com a maior penetração do capitalismo no campo, conservando e estendendo a grande propriedade territorial, com o alargamento das empresas estatais e a proteção a determinados setores econômicos e financeiros. "Modelo" que exigia, no plano político, a supressão pela força do movimento popular e democrático, com a questão social tratada no âmbito de uma pretensa segurança nacional e as liberdades cedendo lugar ao arbítrio.

Foi esse "modelo" que fracassou totalmente e conduziu o país à falência. Ao invés de superar as contradições básicas atuais da sociedade brasileira, agravou-as ao extremo. E o resultado é a subordinação, a dependência maior ao imperialismo.

Nenhuma panacéia superará a crise de estrutura que o Brasil atravessa. Os males que sofre o país não se curam com remédios que atacam os efeitos e não as causas da doença. Esta exige tratamento de natureza radical. Trata-se de liquidar o domínio imperialista, de pôr fim ao sistema do latifúndio, de golpear os grupos monopolistas da grande burguesia associados ao capital estrangeiro e ao monopólio da terra. Somente assim o Brasil poderá progredir e se tornar nação poderosa e soberana. É uma decorrência inevitável das leis objetivas do desenvolvimento histórico. Único meio de resolver as contradições que geram o quadro alarmante da presente conjuntura.

* * *

As eleições de 15 de novembro passado constituíram acontecimento de destaque invulgar. Após muitos anos de abstinência forçada na escolha direta dos governadores estaduais e de parlamentares sem as discriminações impostas por atos institucionais e leis arbitrárias, o povo brasileiro acorreu às urnas, maciçamente, para exprimir suas preferências e fazer o julgamento político do regime.

A oposição venceu amplamente: 9,2 milhões de sufrágios a mais do que os outorgados ao partido do governo, que sofreu contundente derrota. Embora expressivos, esses números ainda não dizem tudo. Porque em favor do agrupamento situacionista pesou a corrupção numa escala jamais vista, a Lei Falcão, os casuísmos de toda a espécie, as fraudes organizadas, o clientelismo apoiado na máquina administrativa. Se houvesse eleições realmente limpas, pouco teria restado da antiga ARENA com nome novo.

Em qualquer país medianamente democrático, semelhante resultado eleitoral implicaria, no mínimo, na renúncia do governo, uma vez que, segundo propalados princípios constitucionais, o poder emana do povo. Aqui, porém, as coisas são diferentes. Quem levou a pior continua dando as cartas, adotando represálias contra os vencedores, impondo medidas antidemocráticas e afirmando que não cederá as posições de mando nem mesmo em 1985. Deste modo, as eleições perdem seu conteúdo essencial como elemento de aferição da vontade popular e fator de recomposição do governo sempre que ocorram insucessos nas urnas. Isto no quadro da democracia burguesa.

O pleito de 15 de novembro, na realidade, não é ainda o mecanismo do funcionamento normal de um sistema jurídico razoavelmente instituído. Sua importância reside em ter sido um episódio marcante da luta de quase quatro lustros que o povo vem sustentando contra o regime militar. Valeu pela condenação incisiva desse regime, pela revelação da carga de descontentamento popular em crescimento, pela intensa mobilização e conscientização da opinião pública no conjunto

do país. Não obstante a desfaçatez dos governantes, eles sabem, e muito bem, que a maioria da nação não os apóia, que seu campo de manobras políticas tornou-se mais estreito, suas chances de continuar mandando reduziram-se bastante.

Entrementes, a conduta do governo, posterior ao pleito, indica não haver margem para ilusões: o arbítrio ainda continua, não desaparecerá tão facilmente. Enquanto persistir o domínio militar, mesmo recauchutado, a democracia não passa de miragem. É o que se infere da situação presente.

* * *

Com as derrotas e o isolamento dos generais argentinos, instalados pela força das armas na Casa Rosada desde 1976, a questão dos "desaparecidos" adquiriu novas dimensões. Anteriormente, só mesmo as "loucas da Plaza de Mayo" ousavam enfrentar os brutamontes fardados na esperança de obter informações sobre a sorte de seus filhos, maridos, irmãos levados pelo turbilhão da brutalidade fascista que varreu o país vizinho. Agora, são milhões os que não somente reclamam notícias dos que "sumiram", mas denunciam também a terrível tragédia que envolveu milhares de presos políticos e manchou a história de todo um povo submetido a prepotentes "guardiães da ordem".

Surgem inúmeros depoimentos. De testemunhas das monstruosidades ocorridas nos órgãos de repressão, de alguns sobreviventes da chacina policial-militar, dos que procuram fugir à sua responsabilidade pelo sucedido, de vários torturadores insolentes. Páginas inteiras dos jornais relatam o martírio sem remissão de jovens que sonharam com a liberdade, as técnicas sofisticadas de torturas físicas e mentais ali praticadas, os métodos dos inquisidores para se desfazerem rapidamente dos corpos imobilizados para sempre. Nesses relatos, espelha-se com nitidez os crimes horripilantes da época de Hitler, que deixaram a Humanidade traumatizada e revoltada.

Desgraçadamente, tais crimes não se verificaram apenas na Argentina. Em toda a nossa América, onde se fala o espanhol, o português, o francês, o inglês, registraram-se (e ainda se registram) fatos semelhantes. Os autores têm a mesma face, a face do ódio ao povo e à democracia, a mesma mentalidade tacanha. Têm igualmente medo da averiguação dos acontecimentos nos quais estiveram metidos. Eles recusam o julgamento da opinião pública, temem a severidade da sentença popular irrecorrível.

Silenciar ou esconder tais crimes somente contribui para estimular a sua repetição. É sabido que, depois da II Grande Guerra, criou-se o Tribunal de Nuremberg a fim de julgar os expoentes do nazismo. Uns poucos, apenas. A grande maioria dos que implantaram o terror por toda a parte, dos que enviaram para a morte, nos fornos crematórios, milhões de democratas sinceros, de mulheres, crianças e inocentes ficaram impunes, quando muito cumpriram penas irrisórias. O fascismo e seus cúmplices não mereceram o devido julgamento. Não custou muito para que essas aberrações se repetissem.

Mal encerravam-se os trabalhos de Nuremberg e um novo tipo de banditismo percorria o mundo arvorando a ameaça da bomba atômica, sob a batuta de Truman. O **maccartysmo** *invadiu os Estados Unidos, perseguiu homens e mulheres progressistas, artistas e intelectuais, o movimento negro sobretudo. E depois vieram as guerras da Coréia e do Vietnã onde as tropas norte-americanas usaram a mais requintada selvageria. Crimes, todos esses, amplamente comprovados, reprovados, mas não castigados. Muito cedo rolaram para os recantos esconsos do esquecimento com a ajuda daqueles que dominam a máquina da comunicação social.*

Certamente, a punição dos culpados é necessária. Em liberdade, os protagonistas dessas ações constituem um escárnio, um desafio à sociedade. Mais importante, porém, do que a punição, é ajudar o povo a compreender onde está a origem do mal que se repete com tanta freqüência e num plano tão vasto. Sua raiz encontra-se na decomposição irreversível do sistema capitalista, apodrecido até a medula. É daí que provém o fascismo e a brutalidade terrorista que o acompanha. É daí que deriva o lado escuro e sinistro da vida atual.

Por isso, a aspiração a acabar definitivamente com esse tipo de violência só será alcançada com a passagem da Humanidade a outro estágio de desenvolvimento social, o estágio do socialismo proletário, do comunismo científico. ●

Carta a Um Leitor

Em resposta a um leitor, João Amazonas levanta questões candentes da luta política e ideológica contra o revisionismo soviético.

Ao sr.
Kardeck do Nascimento

Peço desculpas pela demora em responder a sua carta.

Antes de mais nada devo dizer que a considero oportuna e sincera. Não importa que o signatário, como diz, seja um ardoroso espírita. O importante é que levanta algumas questões que preocupam muita gente e cujas dúvidas precisam ser esclarecidas.

Sem pretender possuir o monopólio da verdade, tentarei expor nossa opinião relativamente ao assunto tratado na carta.

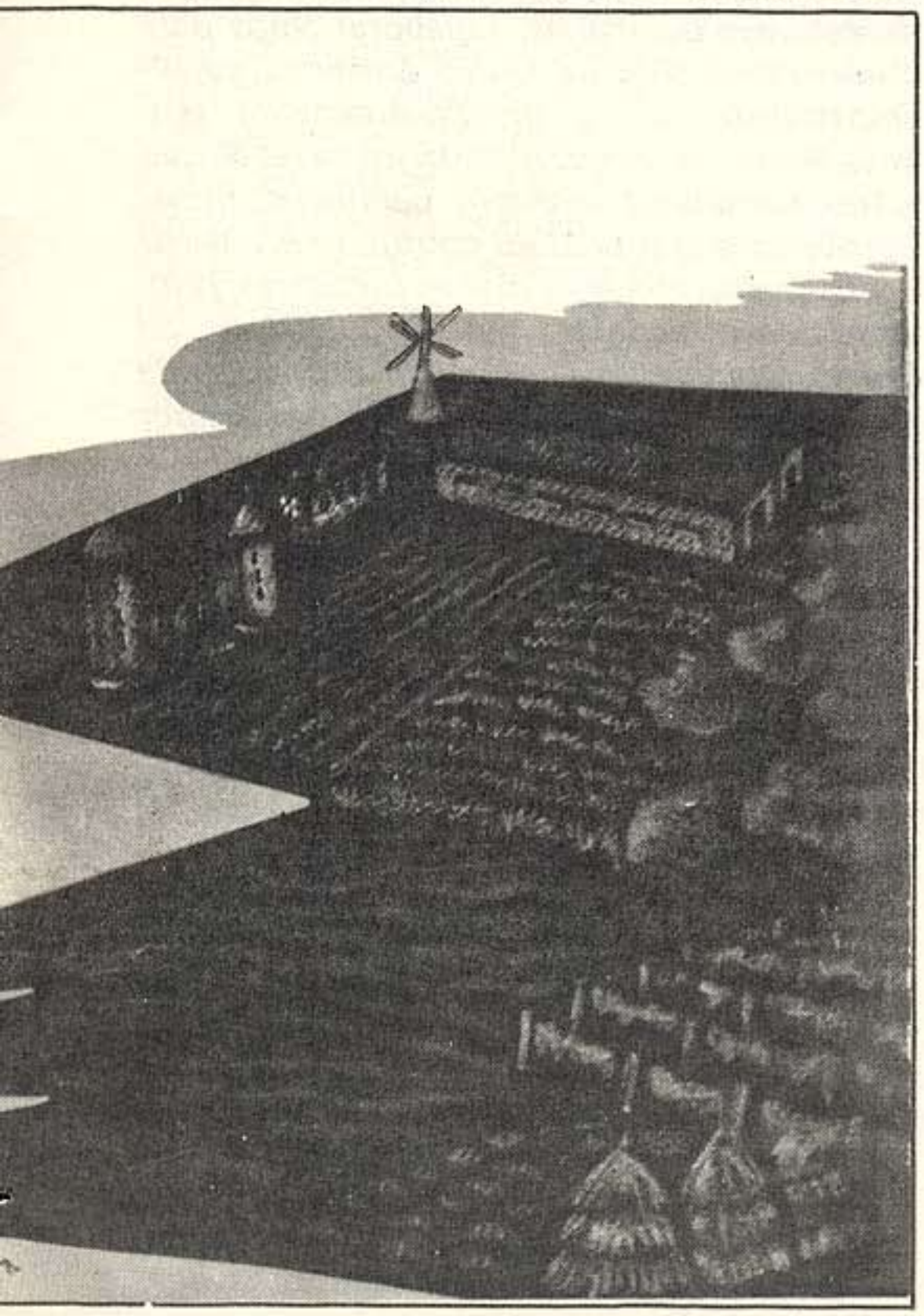
1– *O problema central de suas indagações refere-se ao tratamento político que se deve dar ao revisionismo e à União Soviética. Você admite que a União Soviética é revisionista, "desviou-se da rota". Acredita, no entanto, que "apesar desse retrocesso" continua sendo uma aliada das forças antiimperialistas e revolucionárias. Segundo suas opiniões, seria um erro combatê-la duramente, pois "ainda leva seu tijolinho na edificação do edifício do socialismo no mundo".*

Pensamos diferente. A União Soviética da época de Lênin e de Stálin estabeleceu e construiu o socialismo numa luta gigantesca de vida ou morte, transformou-se na esperança dos explorados e oprimidos de todo o Globo. Porém, desde a metade da década de 50, com a traição de seus dirigentes aos ideais do proletariado, deixou de ser socialista, voltou ao capitalismo, um capitalismo distinto na forma *dos demais países capitalistas, mas idêntico no conteúdo. À primeira vista parece que a União Soviética continua socialista. Ali as fábricas e usinas, como também os bancos, o transporte, o comércio etc não foram devolvidos a proprietários privados. No campo, se bem que se liquidaram muitos* sovkoses *(empresa inteiramente estatal) prosseguem existindo os antigos* kolkoses *(propriedade coletiva). Assim, visto de maneira superficial, tem-se a impressão que funciona uma economia coletivizada, socialista, como a de outrora. Na realidade, tal não sucede. Coletivizada, sim. Mas nas mãos de quem?*

Gravura albanesa de Dimitri Ligori

Do proletariado? Não. Nas mãos de usurpadores do poder que o utilizam em benefício próprio e de uma camada de burocratas, tecnocratas, militares, aproveitadores de todo tipo. Esta camada apossa-se de boa parte dos valores criados pelos trabalhadores, o que lhe assegura um alto nível de vida.

Num regime autenticamente socialista, a classe operária, os produtores em geral, devem ser os principais beneficiários do sistema socialista. Todavia, na União Soviética da atualidade, esses beneficiários são os dirigentes do Estado e do Partido, os administradores das empresas e kolkoses, os oficiais de elevada graduação, os técnicos, os funcionários destacados do aparelho partidário etc. Todos eles ganham salários muitas vezes maiores do que o salário médio do operariado. Sem dúvida, na primeira fase, a sociedade socialista admite diferenças salariais, não há igualitarismo. Mas essas diferenças tendem sempre a reduzir-se à medida em que se eleva a qualificação geral da mão-de-obra e o padrão tecnológico da produção. Dirigir o Estado, o Partido, as Forças Armadas, não dá direito, no socialismo, a privilégios de qualquer natureza. Não podemos esquecer que Marx e Engels apoiaram e elevaram a nível de princípios, as medidas da Comuna de Paris que atribuíam aos funcionários do Estado um salário igual ao da média do salário dos operários. É uma função social à qual se devem integrar as amplas massas de trabalhadores. Lênin dizia que uma cozinheira precisa saber dirigir o Estado.



As vantagens que aquela camada de beneficiários do regime desfruta provêm, como no capitalismo, do trabalho de outrem, da mais-valia *tirada dos operários e dos camponeses. Além de salários altíssimos em relação à média da remuneração dos trabalhadores, esses elementos dispõem de verdadeiras mordomias: casas de campo, automóveis de luxo, clínicas especializadas, facilidades para viagens de recreio ao exterior, armazéns especiais de produtos de consumo de boa qualidade a preços reduzidos, acesso fácil aos melhores espetáculos de arte, ampla utilização dos meios de comunicação etc. São os burgueses da Rússia.*

No campo, acelerou-se igualmente a marcha para o capitalismo. Os kolkoses, *que pouco a pouco deviam passar de propriedade de grupo a propriedade de todo o povo (como são as empresas), converteram-se em cooperativas de tipo capitalista. Extinguiram-se praticamente todos os meios que asseguravam essa passagem, entre os quais as Estações de Máquinas e Tratores em poder do Estado. Os* kolkoses *tornaram-se proprietários de meios de produção.*

No que se refere às relações da URSS com outros países, sua política tem cunho capitalista-imperialista. Participa do comércio desigual, vendendo às nações atrasadas (e também aos aliados próximos) seus produtos por altos preços e comprando matérias-primas e produtos manufaturados por baixos preços. Enquadra no seu sistema de opressão e exploração os países nos quais tem influência, acobertada com a capa de "ajuda internacionalista" ou sob o pretexto de integração na chamada comunidade socialista. Quando tais países reagem à espoliação, Moscou recorre à força armada, à pressão econômica e militar. Foi assim na Checoslováquia, na Polônia, no Afeganistão etc. Pode-se alegar que, se não

fosse a União Soviética, a Checoslováquia teria caído nas garras do imperialismo ocidental. O que é verdade, pois aí também o revisionismo havia liquidado o socialismo. Mas a intervenção militar soviética só teve um móvel: garantir o domínio imperialista da URSS naquele país. O fato se repete na Polônia. Ao contrário do que você afirma ("a União Soviética salvou a Polônia de retornar ao capitalismo, foi uma vitória dos comunistas") — o que a URSS fez foi "salvá-la" do capitalismo ocidental, se é que a salvou, para manter ali o seu exclusivo domínio. Se o movimento intitulado Solidarnosc *vencesse, o povo polonês iria viver sob o jugo da reação e da exploração imperialista ocidental, de braços dados com o Vaticano. Em decorrência da proclamação do estado de sítio do general Jaruzelski, a Polônia, onde o socialismo já não existe há quase três décadas, continuará atada de pés e mãos à União Soviética.*

2– *Você diz que a Rússia "apesar de ser revisionista tem colaborado para o enfraquecimento do capitalismo". Será? Pensamos de outra maneira. Até a metade da década de 50, a URSS desfrutava de imenso prestígio, plenamente justificado pela sua posição socialista, internacionalista. Era um poderoso baluarte da revolução proletária mundial. Junto com a URSS criara-se todo um campo socialista que ia da Europa ao Oriente, englobando metade da população do Planeta. Nos países capitalistas existiam fortes Partidos Comunistas, revolucionários, marxistas-leninistas, fundados na época da III Internacional. Se essa situação tivesse perdurado (e certamente progredido), hoje estaríamos ajustando definitivamente as contas com o sistema capitalista-imperialista em todo o mundo. Atravessaríamos uma fase de profundas transformações radicais na sociedade, apoiadas no processo objetivo do desenvolvimento social. Que ocorreu, no entanto? A URSS enveredou pelo caminho revisionista, abandonou a senda revolucionária, desmantelou a construção do socialismo. E influiu decisivamente na conversão dos partidos proletários-revolucionários em partidos revisionistas, agentes da burguesia, defensores da colaboração de classes, do caminho pacífico etc. O campo socialista sofreu um golpe esmagador. É claro que isto representou* o maior serviço já prestado ao capitalismo, *salvou-o da derrocada próxima. Vê-se, assim, que o que a União Soviética fez (e faz) não foi enfraquecer o capitalismo mas, ao contrário, tentar fortalecê-lo, alimentar por mais algum tempo a já longa agonia de sua existência final. É certo que o capitalismo vive uma fase de enfraquecimento contínuo, como sistema econômico-social. Isto é devido não à posição da Rússia e sim à atuação de leis objetivas que corróem inevitavelmente os seus fundamentos.*

3– *Em tais condições, pode-se admitir a União Soviética revisionista como aliada das forças revolucionárias? Você afirma que sim. Também nesta questão divergimos. O revisionismo é o perigo principal no movimento operário mundial. Semeia a confusão ideológica, desvia os trabalhadores da luta conseqüente. Aliando-nos ao revisionismo soviético contribuiríamos para sustentar a corrente que minou e continua minando as forças revolucionárias, colaboraríamos para fomentar ilusões na União Soviética social-imperialista, ainda insuficientemente desmascarada. Se somos partidários da revolução e do socialismo devemos denunciar firmemente os que procuram confundir e enganar a classe operária e as massas populares, principalmente aqueles que se disfarçam de marxistas-leninistas invocando o passado da Revolução Russa a fim de camuflar melhor sua traição aos ideais socialistas.*

Há ainda outras razões. Em que pese a demagogia pacifista e a propaganda de uma pretensa solidariedade internacionalista, a União Soviética realiza uma política expansionista e belicista. Faz a guerra no Afeganistão, usando diretamente tropas e armamentos russos; faz a guerra na Etiópia contra a Eritréa, aliada aos nacionalistas etíopes; faz a guerra ao Irã através do farto material bélico vendido ao Iraque; em certo sentido, faz também a guerra na Polônia contra os trabalhadores. Está por trás dos chauvinistas sérvios que atacam brutalmente os albaneses de Kosova. Acaso semelhante conduta pode ser denominada de política de paz, como repetem freqüentemente os dirigentes de Moscou? A cada dia observa-se que uma nova guerra mundial está em preparação. Quem a prepara? Evidentemente, as duas

Ilustração Paulo Lima

superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, envolvidas na maior e mais dispendiosa corrida armamentista de todos os tempos. O motivo da guerra reside na disputa exasperada entre esses dois competidores pela dominação mundial. Os Estados Unidos são adversários de morte dos povos, com eles não pode haver a mínima compla - cência. Mas a União Soviética não se mostra muito diferente: mais sofisticada, porém tão exploradora e opressora quanto os imperialistas norte-americanos. Justo, portanto, declarar que esses dois países, no mesmo grau, são inimigos dos povos e da paz. Se apoiarmos um deles contra o outro, estaremos traindo os interesses fundamentais dos trabalhadores. Porque fortaleceremos a política imperialista e de hegemonia mundial de um deles, em prejuízo da luta revolucionária emancipadora do proletariado e das massas populares.

4– *Você diz que os comunistas fazem alianças com o capitalismo ("quando chegam à conclusão que estas ajudam a causa da revolução"), e pergunta por que então não fazer também aliança com a União Soviética? Você argumenta que "Lênin fazia alianças com o capitalismo". Ainda aqui nossos pontos de vista não coincidem.*

É verdade que os comunistas fazem alianças, as mais variadas, com países e forças de natureza capitalista e mesmo imperialista. Durante a II Grande Guerra, Stálin fez aliança com os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo. Essa aliança tinha objetivo claro e justificado, era, nas condições em que se efetuou, obrigatória. Visava derrotar o principal inimigo da revolução, que constituía grave e imediata ameaça à URSS socialista e à liberdade e independência de todos os povos. Embora os Estados Unidos e a Inglaterra fossem também inimigos da revolução, o principal *inimigo, naquele momento, era a Alemanha nazista. Hoje, como se apresenta semelhante questão? Acaso, como colocam os chineses, alegando que a União Soviética é o inimigo principal? Ou como os soviéticos e seus seguidores, afirmando que esse inimigo são os Estados Unidos? Com tais afirmativas os chineses pretendem que se faça aliança com os imperialistas norte-americanos contra a URSS; e os soviéticos querem que se concerte tal aliança com eles contra os Estados Unidos. Nem uma coisa, nem outra. Na situação atual são dois (e não apenas um)* os inimigos principais *da revolução, do socia-*

lismo, dos povos — os Estados Unidos e a União Soviética. Ambos perseguem os mesmos fins — o domínio do mundo. E são numerosos os exemplos do que significa viver sob a bota dos imperialistas norte-americanos ou sob o tacão dos revisionistas soviéticos. Lênin, em caso assemelhado, antes e durante a I Grande Guerra, não ficou do lado da Rússia czarista e seus aliados (França, Inglaterra), nem do lado da Alemanha e seus parceiros. Atacou os dois blocos, tomou posição contra uns e outros, inimigos na mesma medida da revolução e dos povos. Somente desse modo pôde aproveitar as contradições no campo imperialista e levar a cabo a tomada do poder pelo proletariado russo.

Haverá o perigo de, atacando a União Soviética e seu revisionismo, levar água ao moinho dos monopolistas norte-americanos e dos reacionários em geral? Não. Os marxistas-leninistas têm posição independente e atacam no mesmo nível e ao mesmo tempo as duas superpotências e os reacionários. É o que fazemos no caso da Polônia e, em certa medida, no do Afeganistão. Nisto nos distinguimos também dos pseudo-socialistas, do tipo do Partido dos Trabalhadores (PT), que não fazem mais do que bater palmas aos agentes do Vaticano e do imperialismo, empenhados em utilizar o proletariado polonês colocando-o ao serviço de seus objetivos.

5 — *Você considera que combatendo duramente a União Soviética "jogaremos esse país no inferno juntamente com os verdadeiros comunistas que ali devem existir", o que seria, no seu entender, negação do internacionalismo proletário. E aduz: "a nossa tarefa devia ser ganhar esse país para a rota da qual se afastou".*

Um país como a União Soviética que abandonou, renegou, espezinhou o socialismo, não será recuperado através da conciliação e de táticas hábeis. Sua volta ao socialismo depende de uma nova revolução, pois nenhum país capitalista cede posições de mando pacificamente. Por acaso estaríamos ajudando a revolução na Rússia se marchássemos de braços dados com os traidores do socialismo? Desse modo não faríamos senão ajudar os revisionistas e continuar enganando os trabalhadores soviéticos e, o pior, concorreríamos para facilitar a execução dos seus planos de domínio do mundo. Somente há um meio para mudar essa situação: desmascarar decididamente e com argumentos convincentes o caráter social-imperialista do atual sistema dominante na URSS, impedir dessa forma que as ilusões no falso socialismo soviético adormeçam a vontade de luta das massas pela revolução. Que os operários soviéticos saibam que estamos do seu lado contra os revisionistas, que apoiamos o seu combate para pôr abaixo os opressores e burgueses soviéticos de hoje a fim de reimplantar a ditadura do proletariado e avançar no rumo do comunismo. Esse o verdadeiro internacionalismo. O argumento que você invoca (atacar a União Soviética é jogar no inferno os comunistas que lá existem) não é justo. Se o aceitássemos, então tampouco poderíamos atacar duramente os Estados Unidos porque lá também há comunistas.

6 — *Por fim, manifestamo-nos inteiramente de acordo com você quando diz que "nossa luta será vitoriosa, porque os ventos sopram a nosso favor, mas não tenhamos dúvidas de que será árdua e que ainda vai exigir muito sacrifícios". Estamos persuadidos que assim será. A falta de experiência e de vigilância revolucionária permitiu, em boa parte, que os revisionistas desviassem da rota revolucionária o primeiro país a edificar o socialismo. Atualmente nossa luta é mais difícil, contamos porém com fatores favoráveis. Mais difícil porque perdemos um poderoso reduto revolucionário e porque há ainda muita ilusão na União Soviética revisionista, bem como certo desânimo entre determinadas camadas do povo devido ao que ali sucedeu. Todavia, atua a nosso favor a situação em que se encontra o capitalismo, engolfado na maior crise da sua história, mais parasitário do que antes, mais vulnerável, incapaz de resolver os problemas graves que engendrou para a maioria da população do Planeta. Contudo, a fim de que triunfe a nossa causa, devemos ser inflexíveis na defesa dos princípios revolucionários, no combate obstinado a tudo o que entrava a marcha da revolução.*

Não sei se fui suficientemente claro na exposição de nossas idéias e em que medida esta carta poderá ajudá-lo. De qualquer modo, essa foi a nossa intenção.

João Amazonas

J.V.Stálin, falando na fábrica Dínamo em 7/11/24

Para Transformar o Mundo É Indispensável o Poder Político Nas Mãos da Classe Operária

JOSEF STÁLIN

Entrevista com H.G. Wells, famoso romancista e jornalista inglês, em julho de 1934, na União Soviética.

Presentemente, quando voltam a proliferar idéias de renovação socialista sem grandes choques e comoções sociais, através de reformas graduais contínuas, tendo por base as teses liberais de convivência pacífica com o capitalismo — as opiniões de Stálin na entrevista a H. G. Wells ganham enorme significação.Os argumentos precisos e convincentes do eminente pensador e dirigente comunista põem em contraste o marxismo e o liberalismo, demonstram a impossibilidade de mudar a fisionomia política do mundo sem uma autêntica revolução proletária. Documento pouco conhecido, a entrevista de Stálin precisa ser amplamente divulgada como contribuição valiosa ao debate que prossegue em torno dos caminhos para a construção da nova sociedade.

Wells: Fico-lhe muito grato, senhor Stálin, por ter aceitado ver-me. Estive recentemente nos Estados Unidos. Mantive longa conversa com o Presidente Roosevelt e procurei saber quais eram suas idéias principais. Agora venho perguntar ao senhor o que está fazendo para mudar o mundo. . .

Stálin: Na verdade, não muita coisa. . .

Wells: Vagueio pelo mundo e como um homem comum, observo o que se passa em volta de mim.

Stálin: Os homens públicos importantes, como o senhor, não são "homens comuns". Evidentemente, só a história pode determinar quão importante foi este ou aquele homem público. Em todo o caso, o senhor não vê o mundo como um "homem comum".

Wells: Não pretendi ser modesto. Quis dizer que procuro ver o mundo com os olhos do homem comum, e não como um político de partido ou um estadista. A minha visita aos Estados Unidos me causou forte impressão. O velho mundo financeiro está desabando, e a vida econômica do país sendo reorganizada sobre novas linhas. Lênin disse que era "preciso aprender a fazer negócios" aprendendo com os capitalistas. Hoje, os capitalistas têm de aprender com os senhores, devem captar o espírito do socialismo. Parece-me que nos Estados Unidos se está levando a cabo profunda reorganização — a criação de uma economia planificada, isto é, socialista.

O senhor e Roosevelt partiram de dois pontos de vista diferentes. Porém, não há uma relação de idéias, uma espécie de parentesco de idéias, entre Washington e Moscou?

Em Washington, impressionaram-me as mesmas coisas que se passam aqui: ampliação do aparelho de direção, criação de uma série de novos organismos reguladores do Estado, organização de um serviço público universal. Como os senhores, necessitam de habilidade na direção.

Stálin: Os Estados Unidos buscam propósito diverso do que buscamos na U.R.S.S. O propósito que perseguem os norte-americanos surgiu das dificuldades econômicas, da crise econômica. Os norte-americanos pretendem desembaraçar-se das crises à base da atividade capitalista privada sem mudar a base econômica. Estão tratando de reduzir ao mínimo a ruína, as perdas causadas pelo sistema econômico existente. Aqui, entretanto, como o senhor sabe, foram criadas, em lugar do velho sistema econômico destruído, bases inteiramente diferentes; uma nova base econômica. Embora os americanos citados pelo senhor atinjam parcialmente o seu propósito, quer dizer, reduzam ao mínimo tais dificuldades, não destruirão as raízes da anarquia que é inerente ao sistema capitalista.

Estão preservando o sistema econômico que deve conduzir inevitavelmente — e não pode senão conduzir — à anarquia na produção. De modo que, na melhor das hipóteses, o que atingirem será, não a reorganização da sociedade, não a abolição do velho sistema social que engendra a anarquia e as crises, mas a limitação de algumas de suas características negativas, certa restrição aos seus excessos. Subjetivamente, talvez os norte-americanos pensem que estão reorganizando a sociedade; objetivamente, entretanto, estão preservando as bases atuais dela. É por isso, objetivamente, que daí não resultará nenhuma reorganização da sociedade.

> *. . . Sem se abolir o princípio da propriedade privada sobre os meios de produção, é impossível criar-se uma economia planificada.*

Nem haverá absolutamente economia planificada. Que é economia planificada? Quais são alguns dos seus atributos? A economia planificada cuida de abolir o desemprego. Suponhamos que seja possível, enquanto se preserva o sistema capitalista, reduzir o desemprego até certo mínimo. Porém, nenhum capitalista aceitará jamais a abolição total do desemprego, a abolição do exército de reserva dos desempregados, cuja razão de ser é fazer pressão no mercado do trabalho para garantir a oferta de trabalho barato. Aí tem o senhor uma das fendas da "economia planificada" da sociedade burguesa. E ainda mais, a economia planificada pressupõe aumento da produção naqueles ramos da indústria que produzem as mercadorias de que o povo mais necessita. Mas o senhor sabe que a expansão da produção, sob o capitalismo, se dá por motivos inteiramente diferentes; sabe que o capital flui para aqueles ramos da economia onde é mais alta a taxa de lucro. O senhor jamais conseguirá que um capitalista aceite uma taxa de lucro menor para satisfazer as necessidades do povo. Por isso, sem se desembaraçar dos capitalistas, sem se abolir o princípio da propriedade privada sobre os meios de produção, é impossível criar-se uma economia planificada.

Wells: Estou de acordo com muita coisa que o senhor disse, porém gostaria de insistir sobre o fato de que se um país adota o princípio da economia planificada, se os governantes, de modo gradual, passo a passo, começam conseqüentemente a aplicar esse princípio, a oligarquia financeira será por fim abolida e se estabelecerá o socialismo, no sentido anglo-saxão da palavra. O efeito das idéias do **New Deal** de Roosevelt é muito poderoso, e elas são, na minha opinião, idéias socialistas. Parece-me que, em vez de se por em tensão o antagonismo entre os dois mundos, deveríamos, nas circunstâncias atuais, esforçarmo-nos por estabelecer uma linguagem comum para todas as forças construtivas.

Stálin: Ao falar da impossibilidade de realizar os princípios da economia planificada enquanto se conserva a base econômica do sistema capitalista, não desejo, de forma alguma, diminuir as destacadas qualidades pessoais de Roosevelt, sua iniciativa, sua coragem e determinação. Indubitavelmente, Roosevelt se projeta como uma das figuras mais fortes entre todos os capitães do mundo capitalista contemporâneo. Por isso gostaria, ainda uma vez, de repisar que a minha convicção de que a economia planificada é impossível sob as condições do capitalismo, não significa que tenha dúvidas sobre a qualidade pessoal, o talento e a coragem do Presidente Roosevelt. Mas quando as circunstâncias são desfavoráveis, nem o capitão de maior talento pode atingir a meta a que o senhor se referiu.

O Estado é uma instituição que organiza a defesa do país, organiza a manutenção da "ordem": é um aparelho para cobrar impostos.

Para começar, teoricamente não está excluída a possibilidade de se caminhar gradualmente, passo a passo, sob as condições do capitalismo, até a meta pelo senhor chamada socialismo no sentido anglo-saxão da palavra. Mas que "socialismo" será esse? Na melhor das hipóteses, será um freio aos representantes mais obstinados do lucro capitalista, certo reforçamento do princípio regulador na economia nacional. Tudo isso está muito bem. Porém, assim que Roosevelt, ou qualquer outro capitão do mundo contemporâneo burguês, comece a empreender algo de sério contra os fundamentos do capitalismo, sofrerá inevitavelmente séria derrota. Os bancos, as indústrias, as grandes empresas, as grandes fazendas, não estão nas mãos de Roosevelt. São todas propriedades privadas. As estradas de ferro, a marinha mercante, tudo isso pertence a proprietários privados. E, finalmente, o exército dos trabalhadores especializados, os engenheiros, os técnicos, não estão tampouco sob o mando de Roosevelt, mas dos proprietários privados; todos trabalham para eles. Não devemos esquecer as funções do Estado, no mundo burguês. O Estado é uma instituição que organiza a defesa do país, organiza a manutenção da "ordem": é um aparelho para cobrar impostos. O Estado capitalista não se ocupa muito com a economia no sentido estrito da palavra; a economia não está nas mãos do Estado. Ao contrário, o Estado é que está nas mãos da economia capitalista. Por isso, receio que, apesar de toda a sua energia e capacidade, Roosevelt não alcance a meta a que o senhor se refere, se essa é, em realidade, a sua meta. Talvez, no curso de várias gerações, seja possível aproximar-se um pouco dessa meta, porém pessoalmente considero que nem mesmo isso seja provável.

Wells: Talvez eu creia mais fortemente que o senhor na interpretação econômica da política. As invenções e a ciência moderna puseram em movimento enormes forças dirigidas para a organização melhor, para o melhor funcionamento da comunidade, isto é, para o socialismo. A organização e a regulamentação da ação individual tornaram-se necessidades mecânicas, independentemente das teorias sociais.

Se principiássemos pelo controle estatal dos bancos e continuássemos com o controle dos transportes, das indústrias pesadas, da indústria em geral, do comércio etc., tal controle universal equivaleria à propriedade do Estado sobre todos os ramos da economia nacional. Este será o processo da socialização. Socialismo e individualismo não se opõem como o preto ao branco. Há muitos estados de permeio entre eles. Há o individualismo que roça no bandoleirismo, e há o espírito de disciplina e de organização que são equivalentes ao socialismo. A introdução da economia planificada depende, em grau considerável, dos organizadores da economia, dos técnicos, os quais, passo a passo, podem ser convertidos aos princípios socialistas de organização. E isso é da maior importância, porque a organização precede o socialismo. Sem organização, a idéia socialista não passa de mera idéia.

Stálin: Não há, nem deve haver, contraste

irreconciliável entre o indivíduo e a coletividade, entre os interesses individuais e os interesses da coletividade. Não deve haver tal contraste, porque o coletivismo, o socialismo, não nega e sim combina os interesses individuais com os interesses da coletividade.

Não há contraste irreconciliável entre o indivíduo e a coletividade. . . o socialismo não nega e sim combina os interesses individuais com os interesses da coletividade.

O socialismo não pode se esquecer dos interesses individuais. Somente a sociedade socialista pode satisfazer completamente esses interesses pessoais. Ainda mais: só a sociedade socialista pode salvaguardar firmemente os interesses do indivíduo. Neste sentido, não há contraste irreconciliável entre "individualismo" e socialismo. Porém, podemos negar o contraste entre as classes, entre a classe dos proprietários, a classe dos capitalistas, e a classe dos trabalhadores, a classe dos proletários? De um lado, temos a classe dos proprietários, que é dona dos bancos, das fábricas, das minas, do transporte, das plantações nas colônias. Tais pessoas não vêem senão seus próprios interesses, sua ambição pelos lucros. Não se submetem à vontade da coletividade; esforçam-se, isso sim, por subordinar cada coletividade à sua vontade. De outro lado, temos a classe dos pobres, a classe explorada, a que não possui nem fábricas, nem usinas, nem bancos, a que é obrigada a vender sua força de trabalho aos capitalistas e que carece de oportunidades para satisfazer as suas necessidades mais elementares. Como se podem conciliar interesses tão opostos? Pelo que sei, Roosevelt não teve êxito em encontrar a senda da conciliação entre esses interesses. E é impossível, como já o demonstrou a experiência. Afinal, o senhor conhece a situação dos Estados Unidos melhor do que eu, que nunca estive lá e observo os assuntos norte-americanos sobretudo através do que se escreve sobre esse assunto. Porém tenho alguma experiência de luta pelo socialismo e esta experiência me diz que, se Roosevelt tentar satisfazer os interesses da classe proletária, à custa da classe capitalista, esta porá outro Presidente no lugar dele. Os capitalistas dirão: os Presidentes passam, porém nós permaneceremos; se esse ou aquele Presidente não defende os nossos interesses, encontraremos um outro. Pode o Presidente opor-se à vontade da classe capitalista?

Wells: Oponho-me a essa classificação simplista da Humanidade em pobres e ricos. Evidentemente há uma categoria de pessoas que visa o lucro. Mas não são essas pessoas olhadas como obstáculos, tanto no Ocidente como aqui? Não há no Ocidente muita gente para quem o lucro não é um fim em si, gente que possui certa quantidade de recursos e que deseja inverter e obter lucros com as suas inversões, porém que não faz disso o seu objetivo principal? Para essa gente as inversões são uma inconveniência necessária. Não há grandes núcleos de engenheiros capazes e estudiosos, organizadores da economia, cujas atividades são estimuladas por alguma coisa mais que o lucro? Na minha opinião, há uma classe numerosa de pessoas capazes que admitem ser o sistema atual não-satisfatório e que estão destinadas a um grande papel na futura sociedade socialista. Durante os últimos anos tenho pensado muito na necessidade, tenho-me dedicado muito à tarefa de levar a cabo a propaganda em favor do socialismo e do cosmopolitismo entre amplos círculos de engenheiros, aviadores, elementos técnicos militares etc. É inútil aproximar-se desses círculos com a propaganda direta da luta de classes. Essas pessoas compreendem a situação em que se encontra o mundo, que se transforma num pântano sangrento, mas para tais pessoas o antagonismo primitivo da luta de classes é algo sem sentido.

Antes de mais nada a Humanidade está dividida em ricos e pobres, entre proprietários e explorados.

Stálin: O senhor se opõe à classificação simplista das pessoas em ricos e pobres. É claro que há as camadas médias, há a intelectualidade técnica a que o senhor se referiu e, entre elas, há pessoas muito boas e honradas. Entre elas há também pessoas desonestas e perversas, toda espécie de gente. Porém, antes de mais nada, a Humanidade está dividida em ricos e pobres, entre proprietários e explorados; e abstrair-se dessa divisão fundamental e do antagonismo entre pobres e ricos significa abstrair-se do fato fundamental. Não nego

a existência de camadas intermediárias, que podem ficar do lado de uma ou de outra dessas duas classes em conflito, ou podem tomar posição neutra ou semineutra nessa luta. Todavia, repito, abstraír-se dessa divisão fundamental da sociedade e da luta fundamental entre as duas classes principais significa ignorar os fatos. Esta luta continua e continuará. O resultado dela será determinado pela classe proletária, a classe dos trabalhadores.

Wells: Porém, não há muitas pessoas que, não sendo pobres, trabalham produtivamente?

Stálin: Para começar, há pequenos proprietários de terras, artesãos, pequenos comerciantes, mas não são esses os que decidem da sorte de um país, e sim as massas trabalhadoras que produzem todas as coisas requeridas pela sociedade.

Wells: Contudo há muitas classes diferentes de capitalistas. Há capitalistas que só pensam nos lucros; mas há também os que estão preparados para fazer sacrifícios. Tomemos o velho Morgan por exemplo: só pensou nos lucros; foi um parasita da sociedade. Acumulou riquezas simplesmente. Agora tomemos Rockfeller. É um organizador brilhante, tendo dado o exemplo de como organizar a produção do petróleo, exemplo esse digno de ser imitado. Ou tomemos Ford. É claro que Ford é egoísta. Porém, não é um organizador apaixonado da produção racionalizada, de quem os senhores tomaram lições?

> *O capitalismo será liquidado, não pelos "organizadores" da produção, não pela intelectualidade técnica, e sim pela classe operária. . .*

Desejaria insistir no fato de que recentemente se deu importante mudança de opinião a respeito da U.R.S.S. nos países de língua inglesa. A razão da mudança está ligada, antes de mais nada, à posição do Japão e à situação da Alemanha. Mas há outras razões que não decorrem somente da política internacional. Há uma razão mais profunda: refiro-me ao reconhecimento, por muita gente, do fato de que o sistema baseado no lucro privado está desmoronando. Sob estas circunstâncias, parece-me que não devemos pôr em primeiro plano o antagonismo entre os dois mundos, e sim devemos nos esforçar para combinar todos os movimentos construtivos, todas as forças construtivas, na medida do possível. Parece-me que estou mais à esquerda do que o senhor, pois considero que o mundo está mais próximo do fim do velho sistema.

Stálin: Quando falo dos capitalistas que se esforçam somente em obter lucros, somente em tornarem-se ricos, não quero dizer que sejam os últimos dos homens, incapazes de mais nada. Muitos deles, inegavelmente, possuem grande talento de organização que nem penso negar. Nós, o povo soviético, temos aprendido muito com os capitalistas. E Morgan, a quem o senhor descreveu de maneira tão desfavorável, foi sem dúvida um bom organizador, capaz. Porém, se o senhor se refere a pessoas que estejam preparadas para reconstruir o mundo, não poderá, para começar, encontrá-las nas fileiras daqueles que servem fielmente a causa dos lucros. Eles e nós estamos em campos opostos. O senhor mencionou Ford. Certamente que ele é um eficiente organizador da produção. Mas conhece o senhor a atitude dele para com a classe operária? Sabe o senhor quantos operários ele põe na rua? O capitalista está preso aos lucros, e força alguma no mundo poderá separá-lo deles. O capitalismo será liquidado, não pelos "organizadores" da produção, não pela intelectualidade técnica, e sim pela classe operária, uma vez que aquelas camadas não desempenham um papel independente. O engenheiro, o organizador da produção, não trabalha como gostaria, mas como lhe ordenam, no sentido de servir aos interesses dos patrões. Há exceções, é claro; há pessoas nessa camada média que se libertaram do ópio capitalista. A intelectualidade técnica pode, sob certas condições, fazer "milagres" e beneficiar altamente a Humanidade. Porém, pode também fazer-lhe muito mal. Nós, o povo soviético, temos experiência, e não pouca, sobre a intelectualidade técnica. Depois da Revolução de Outubro, certa parte da intelectualidade técnica se recusou a participar do trabalho de construir uma nova sociedade. Opuseram-se a esse trabalho de construção e o sabotaram. Fizemos o possível para atrair a intelectualidade técnica a este trabalho de construção; experimentamos vários caminhos. Não se passou pouco tempo para que a nossa intelectualidade técnica acedesse em apoiar o novo sistema.

Hoje, a melhor parte da intelectualidade técnica está nas primeiras fileiras dos construtores da sociedade socialista. Com esta experiência, estamos longe de subestimar o lado

bom e o lado mau da intelectualidade técnica, e sabemos que uma parte pode causar o mal e a outra pode realizar "milagres". Contudo, as coisas seriam diferentes se fosse possível, de um só golpe, arrancar espiritualmente a intelectualidade técnica do mundo capitalista. Mas isso é utopia. Haverá muitos técnicos que se atreveriam a se desprender do mundo burguês e pôr-se a trabalhar para reconstruir a sociedade? Pensa o senhor que há muita gente dessa classe, digamos na Inglaterra ou na França? Não, há poucos que se desprenderiam voluntariamente dos seus patrões e começariam a reconstruir o mundo.

A transformação do mundo é processo complicado e doloroso. Para esta grande tarefa precisa-se de uma grande classe. Tal classe é a classe operária.

Além disso, podemos perder de vista o fato de que, para transformar o mundo, é necessário ter-se o poder político? Parece-me, Senhor Wells, que o senhor subestima enormemente a questão do poder político, que fica excluída da sua concepção. Que podem fazer os que, ainda que com as melhores intenções do mundo, não estão em condições de traçar o problema da tomada do poder e não têm esse poder em suas mãos? Quando muito, poderão ajudar à classe que toma o poder, porém não podem mudar o mundo. Isso só o pode fazer uma grande classe que tome o lugar da classe capitalista e venha a ser senhor soberano, como esta o era. Tal classe é a classe operária. Certamente o apoio da intelectualidade técnica deve ser aceito, e essa intelectualidade, por sua vez, deve receber ajuda, mas não se pense que ela representa papel histórico independente. A transformação do mundo é processo complicado e doloroso. Para esta grande tarefa precisa-se de uma grande classe. Para viagens longas, grandes barcos.

Wells: Sim, mas para uma longa viagem é preciso um capitão e um navegador.

Stálin: É certo, porém o que se requer em primeiro lugar, para uma viagem longa, é um grande barco. Que é um navegante sem um grande barco? Um homem ocioso.

Wells: O grande barco é a Humanidade, não uma classe.

Stálin: O senhor parte da presunção de que todos os homens são bons. Eu, entretanto, não posso esquecer que há muitos homens perversos. Não creio na bondade da burguesia.

Wells: Recordo-me da situação da intelectualidade técnica há várias décadas. Naquele tempo, era numericamente pequena, porém havia muito a fazer, e cada engenheiro, técnico ou intelectual, encontrava a sua oportunidade. Por isso era a classe menos revolucionária. Agora, entretanto, há excedente de intelectuais técnicos e a mentalidade deles mudou profundamente. Os técnicos, que antigamente não faziam caso da linguagem revolucionária, estão agora muito interessados nela. Assisti recentemente a um banquete da **Royal Society** (Sociedade Real), a nossa maior sociedade científica inglesa.

O discurso do Presidente foi um discurso a favor da planificação social e da gestão científica. Há trinta anos atrás, não se poderia ter escutado algo semelhante. Hoje o homem que preside a **Royal Society** mantém pontos de vista revolucionários e insiste na reorganização científica da sociedade humana. As mentalidades mudam. A vossa propaganda de luta de classes não leva em conta estes fatos.

Stálin: Sim, eu sei disso, e isso se explica pelo fato de a sociedade capitalista se achar agora num beco sem saída. Os capitalistas estão procurando, porém não podem encontrar uma saída deste impasse que seja compatível com a dignidade da sua classe, com os interesses da sua classe.

A mais inteligente, apaixonada e enérgica minoria seria impotente se não contasse com o apoio, pelo menos passivo, de milhões.

Poderiam, até certo ponto, sair da crise arrastando-se nas quatro patas, porém não encontrarão uma porta que lhes permita sair de cabeça erguida, uma porta que não altere fundamentalmente os interesses do capitalismo. Amplos círculos da intelectualidade técnica bem que se dão conta disso. Grande parte

dela está começando a compreender a vinculação dos seus interesses aos interesses da classe capaz de sair desse impasse.

Wells: Senhor Stálin, melhor do que ninguém o senhor sabe algo sobre as revoluções, no lado prático. As massas levantam-se? Não é uma verdade estabelecida que todas as revoluções são feitas pelas minorias?

Stálin: Para levar-se a cabo uma revolução é necessário uma minoria revolucionária dirigente, porém a mais inteligente, apaixonada e enérgica minoria seria impotente se não contasse com o apoio, pelo menos passivo, de milhões.

Wells: Pelo menos passivo? Talvez subconsciente?

Stálin: Digamos semi-instintivo e semi-consciente, mas sem o apoio de milhões de homens a minoria mais capaz será impotente.

Wells: Tenho observado a propaganda comunista no Ocidente, e parece-me que, nas condições atuais, tal propaganda soa muito fora de moda, por ser uma propaganda insurrecional. A propaganda a favor da derrubada violenta do sistema social soava bem quando dirigida contra as tiranias. Mas, nas atuais condições, quando o sistema se desmorona de todas as maneiras seria preciso dar mais destaque à eficiência, à competência, à produtividade, do que à insurreição. Parece-me que o tom insurrecional é antiquado. Do ponto de vista das pessoas de mentalidade construtiva a propaganda comunista no Ocidente é um obstáculo.

A substituição de um sistema social por outro é processo revolucionário complexo e de longo fôlego.

Stálin: Para começar, o velho sistema se desmorona, está em decadência. Isso é certo. Porém também é certo que novos esforços se fazem, por outros métodos, por todos os meios, para proteger, para salvar este sistema agonizante. O senhor tira conclusão errônea de premissa certa. O senhor estabelece, corretamente, que o velho mundo se afunda. Mas o senhor está enganado pensando que se afunda por si mesmo. Não. A substituição de um sistema social por outro é processo revolucionário complexo e de longo fôlego. Não é simplesmente um processo espontâneo, e sim uma luta, um processo relacionado com o choque entre as classes. O capitalismo está em decadência, porém não deve ser comparado simplesmente com uma árvore que haja apodrecido tanto que virá ao chão com seu próprio peso. Não, a revolução, a substituição de um sistema social por outro, foi sempre uma luta, luta cruel e dolorosa, luta de vida e de morte. E cada vez que os representantes do novo mundo chegam ao poder têm de se defender contra as tentativas do velho mundo de restaurar pela força a ordem antiga; os representantes do novo mundo têm sempre de estar alerta, de estar preparados para repelir os ataques do velho mundo contra o sistema novo.

Os comunistas não idealizam em absoluto os métodos violentos, não querem, porém, ser apanhados de surpresa. . .

Sim, o senhor tem razão quando diz que o velho sistema social desmorona, porém não desmorona por si mesmo. Veja o fascismo, por exemplo. O fascismo é uma força reacionária que tenta preservar, por meio da violência, o velho mundo. Que farão os senhores com os fascistas? Discutirão com eles? Tratarão de convencê-los? Isso não teria, absolutamente, nenhum efeito. Os comunistas não idealizam, em absoluto, os métodos violentos, não querem, porém, ser apanhados de surpresa; não podem esperar que o velho regime se retire da cena, espontaneamente; vêem que o velho sistema se defende violentamente, e, por isso, dizem à classe operária: Preparem-se para responder com violência à violência; façam todo o possível para impedir que a ordem agonizante os esmague, não permitam que lhes algemem as mãos, estas mesmas mãos que demolirão o sistema velho. Como o senhor vê, os comunistas consideram a substituição de um sistema social por outro, não simplesmente como processo pacífico e espontâneo, e sim como processo complicado, longo e violento. Os comunistas não podem ignorar os fatos.

Wells: Contudo, observe o que se está passando no mundo capitalista. Não é um simples colapso; é o estouro da violência reacionária que está degenerando em gangsterismo. E

parece-me que, quando se chega ao conflito com a violência reacionária e não-inteligente, podem os socialistas apelar para a lei e, em vez de considerar a polícia um inimigo, devem apoiá-la na luta contra os reacionários. Penso ser inútil trabalhar simplesmente com os rígidos métodos da insurreição do velho socialismo.

H.G.Wells (1866-1946): novelista e escritor inglês.

Stálin: Os comunistas se baseiam na rica experiência histórica, a qual ensina que as classes caducas não abandonam voluntariamente o cenário histórico. Lembre-se da história da Inglaterra no século XVII. Não eram numerosos os que diziam que o velho sistema social estava apodrecido? Entretanto não foi necessário um Cromwell para esmagá-lo pela força?

Wells: Cromwell agiu baseado na Constituição e em nome da ordem constitucional.

Stálin: Em nome da Constituição recorreu à violência, decapitou o Rei, dissolveu o Parlamento, prendeu uns e decapitou outros!

Tome também o exemplo da nossa história. Não foi evidente, durante muito tempo, que o regime tzarista estava decaindo, que estava desmoronando? Mas, quanto sangue se teve de derramar para abatê-lo!

E a Revolução de Outubro? Eram pouco numerosas as pessoas que sabiam que nós, os bolcheviques, éramos os únicos a apontar o caminho certo? Não estava claro que o capitalismo russo achava-se em decadência? Contudo, o senhor sabe quão grande foi a resistência, quanto sangue se teve de derramar para defender a Revolução de Outubro de todos os seus inimigos internos e externos?

Ou tome a França do fim do século XVIII. Muito antes de 1789, era evidente a podridão do Poder Real, do feudalismo. Porém não se pôde evitar uma rebelião popular, um choque de classes. Por que? Porque as classes que devem abandonar o cenário da história são as últimas a se convencerem de que seu papel terminou. É impossível convencê-las disso. Pensam que as fendas do decadente edifício da ordem antiga podem ser remendadas, que o vacilante edifício da ordem antiga pode ser restaurado e salvo. É por isso que as classes agonizantes tomam as armas e recorrem a todos os meios para salvar sua existência de classe dominante.

Wells: Mas havia bastantes advogados à frente da grande Revolução francesa.

Stálin: Nega o senhor o papel da intelectualidade nos movimentos revolucionários? Foi a grande Revolução francesa uma revolução de advogados, e não uma revolução popular, que alcançou a vitória levantando grandes massas do povo contra o feudalismo convertendo-se em chefes do Terceiro Estado? E por acaso atuaram os advogados existentes entre os líderes da grande Revolução francesa de acordo com as leis da ordem antiga? Não instituíram uma legalidade nova, a legalidade revolucionária burguesa?

A rica experiência da história ensina que até hoje nenhuma classe cedeu voluntariamente o lugar a outra. Não há tal precedente na história mundial. Os comunistas assimilaram essa experiência histórica. Os comunistas aplaudiriam a retirada voluntária da burguesia. Mas tal processo é improvável, eis o que ensina a experiência. Por isso é que os comunistas querem estar preparados para o pior e concitam a classe operária a ser vigilante, a estar preparada para o combate. Quem deseja um capitão que se descuide da vigilância do seu exército, um capitão que não compreenda que o inimigo não se renderá, que deve ser esmagado? Tal capitão enganaria, trairia a classe operária. Por isso penso que o que ao senhor parece antiquado é, de fato, método revolucionário oportuno para a classe operária.

Wells: Não nego que se tenha de empregar a força, porém penso que as formas de luta devem adaptar-se o mais estreitamente possível às oportunidades que oferecem as leis existentes, que devem ser defendidas dos ataques dos reacionários. Não há necessidade de desorganizar-se o velho sistema porque ele está se desorganizando, e bastante. Assim, parece-me que a rebelião contra a ordem, contra a lei, é coisa antiquada, fora de moda. Incidentalmente, exagerei de propósito, para apresentar mais claramente a verdade.

Posso formular o meu ponto de vista da seguinte maneira: primeiro, sou pela ordem; segundo, ataco o sistema atual naquilo em que não possa garantir a ordem; terceiro, penso que a propaganda das idéias da luta de classes é capaz de isolar do socialismo as pessoas instruídas de que ele necessita.

A educação é arma cujo efeito é determinado pelas mãos que a esgrimem. Está claro que o proletariado, o socialismo, necessita de gente altamente instruída.

Stálin: Para atingir um grande objetivo, um objetivo social importante, é necessário uma força principal, um baluarte, uma classe revolucionária. Depois, é necessário organizar-se a ajuda de uma força auxiliar para essa força principal; nesse caso, a força auxiliar é o Partido, ao qual pertencem as melhores forças da intelectualidade. Agora, o senhor fala de "círculos instruídos". Porém, que pessoas instruídas tem o senhor em mente? Não havia muitos homens instruídos ao lado da ordem antiga na Inglaterra do século XVII, na França em fins do século XVIII e na Rússia à época da Revolução de Outubro? A ordem antiga tinha a seu serviço muita gente de instrução elevada que defendeu tal estado de coisas, que se opôs à ordem nova. A educação é arma cujo efeito é determinado pelas mãos que a esgrimem. Está claro que o proletariado, o socialismo, necessita de gente altamente instruída, pois é evidente que não são os simplórios que poderão ajudar o proletariado a lutar pelo socialismo, a construir a nova sociedade. Eu não subestimo o papel da intelectualidade, ao contrário, reforço-o. A questão, entretanto, é sobre que espécie de intelectualidade estamos discutindo, porque há diversos tipos de intelectuais.

Wells: Não pode haver revolução sem mudança radical no sistema de instrução pública. Basta assinalar dois exemplos: o da República alemã, que deixou intato o velho sistema educacional e, por isso, nunca chegou a ser uma República; e o do Partido Trabalhista britânico, a quem falta coragem para insistir na mudança radical do sistema de educação.

Stálin: Essa é uma observação acertada. Permita-me agora rebater os seus três pontos de vista.

Primeiro: O principal para a revolução é a existência de um apoio social. Esse apoio é a classe operária.

Segundo: É indispensável uma força auxiliar a que os comunistas chamam Partido. Nele se incluem os trabalhadores intelectuais e os elementos da intelectualidade técnica que estão estreitamente vinculados à classe operária. A intelectualidade somente pode ser forte se se une à classe operária. Se se opõe a ela, anula-se.

Terceiro: É preciso o poder político como alavanca, para se conseguir as mudanças. O novo poder político cria uma legalidade nova, uma nova ordem, que é a ordem revolucionária.

Eu não sou por qualquer ordem. Sou pela ordem que corresponda aos interesses da classe operária. Entretanto, se algumas leis do antigo regime podem ser utilizadas em benefício da luta pela ordem nova, tais leis devem também ser empregadas. Não posso opor-me à sua tese de que é preciso atacar o sistema existente quando ele não assegurar a ordem necessária ao povo.

E, finalmente, o senhor se equivoca ao pensar que os comunistas têm sede de violência. Ficariam muito satisfeitos suprimindo os métodos violentos se a classe dominante consentisse em ceder o lugar à classe operária. Porém, a experiência da história fala contra tal suposição.

Wells: Há na história da Inglaterra, entretanto, o caso de uma classe que entregou voluntariamente o poder a outra classe. No período de 1830 a 1870, a aristocracia — cuja influência era ainda considerável no fim do século XVIII — cedeu o poder voluntariamente, sem luta séria, à burguesia, que serve como apoio sentimental à monarquia. Conseqüentemente, esta transferência do poder conduziu ao estabelecimento do domínio da oligarquia financeira.

Stálin: Porém, o senhor passou, imperceptivelmente, do problema da revolução ao problema das reformas. Não é a mesma coisa. Não crê que o movimento cartista representou o grande papel nas reformas da Inglaterra no século XIX?

Wells: Os cartistas pouco fizeram e desapareceram sem deixar rastro.

Stálin: Não concordo com o senhor; os cartistas e o movimento grevista por eles organizado representaram grande papel; obrigaram as classes dominantes a fazer uma série

de concessões no domínio do sistema eleitoral, na esfera da liquidação do que se chamava os "burgos podres", na realização de certos pontos da "Carta". O cartismo representou papel histórico não pouco importante e incitou uma parte da classe dominante a fazer certas concessões, certas reformas, para evitar grandes choques. Em geral, deve-se dizer que de todas as classes dominantes, as classes dominantes da Inglaterra, a aristocracia e a burguesia, demonstraram ser mais inteligentes, mais flexíveis do ponto de vista de seus interesses de classe, do ponto de vista da manutenção do poder. Tome como exemplo, digamos, da história moderna, a greve geral da Inglaterra em 1926. A primeira coisa que qualquer outra burguesia teria feito para enfrentar a situação, quando o Conselho Geral dos Sindicatos chamou à greve, seria a de encarcerarem os dirigentes dos sindicatos. A burguesia britânica tal não fez e agiu habilmente, segundo seus próprios interesses. Não posso conceber que a burguesia dos Estados Unidos, da Alemanha ou da França empregue estratégia tão flexível. Para manter o predomínio, as classes dominantes da Grã-Bretanha não se têm negado nunca a fazer pequenas concessões, reformas. Mas seria erro pensar-se que estas reformas representam a revolução.

Wells: O senhor tem uma opinião mais elevada das classes dominantes do meu país do que eu mesmo. Porém, há grande diferença entre uma pequena revolução e uma grande reforma? Não é uma reforma uma pequena revolução?

A revolução significa a transferência de poder de uma classe para a outra. Por isso é impossível descrever qualquer reforma como uma revolução.

Stálin: Obedecendo à pressão de baixo, à pressão das massas, pode a burguesia conceder, algumas vezes, certas reformas parciais, enquanto permanecem inalteráveis as bases do sistema social-econômico existente. Agindo dessa maneira, calcula que tais concessões são necessárias para preservar o seu predomínio de classe. Esta, a essência da reforma. A revolução, entretanto, significa a transferência de poder de uma classe para a outra. Por isso é impossível descrever qualquer reforma como uma revolução. Por isso é que não podemos contar com mudanças nos sistemas sociais que se operem como transição imperceptível de um sistema para o outro por meio de reformas, por concessões da classe dominante.

Wells: Fico-lhe grato por esta conversa que muito significou para mim. Ao dar-me esta explicação, o senhor se recordou, provavelmente, de como explicava os fundamentos do socialismo, nos círculos ilegais, antes da Revolução. Atualmente, há no mundo apenas duas pessoas cuja opinião, cada palavra, é ouvida por milhões: o senhor e Roosevelt. Outros poderão pregar tudo que lhes agrade; o que disserem nunca será escrito ou escutado. Ainda não pude apreciar o que os senhores fizeram no país; cheguei ontem. Porém já vi os rostos felizes de homens e mulheres saudáveis, e sei que algo de considerável está-se fazendo aqui. O contraste com 1920 é assombroso.

Stálin: Muito mais teríamos feito nós, bolcheviques, se fôssemos mais capazes.

Wells: Não, se em geral os seres humanos fossem mais inteligentes. Seria uma grande coisa inventar um plano quinqüenal para a reconstrução do cérebro humano que, evidentemente, carece de muitas coisas necessárias para uma ordem social perfeita. (Risos)

Stálin: O senhor não vai ficar para assistir ao Congresso da União de Escritores Soviéticos?

Wells: Infelizmente, não. Tenho vários compromissos e só poderei demorar uma semana na União Soviética. Vim vê-lo, e estou muito satisfeito com a nossa entrevista. Porém, tenho intenção de falar com os escritores soviéticos, para ver se consigo que se filiem ao **P.E.N. Club.** Esta é uma organização internacional de escritores fundada por Galsworthy. Depois da morte dele, o sucedi como presidente. A organização ainda é débil, mas tem seções em numerosos países e, o que é mais importante, as intervenções dos seus membros são amplamente comentadas na imprensa. Essa organização defende o direito da livre expressão de todas as opiniões, nelas compreendidas as de oposição. Espero poder discutir este ponto com Gorki. Não sei se uma tão ampla liberdade pode ser permitida aqui.

Stálin: Nós, os bolcheviques, chamamos a isso "auto-crítica". É amplamente usada na U.R.S.S. Se há algo que eu possa fazer para ajudá-lo, fa-lo-ei com muito prazer.

Wells: Muito agradecido.

Stálin: Agradeço pela entrevista.

*A Política das Superpotências — Perigo de Lançar a Humanidade Numa 3ª Guerra Mundial**

RRUGA E PARTISË

De grande atualidade,
este artigo analisa a política das duas superpotências,
Estados Unidos e União Soviética,
e denuncia vigorosamente os seus preparativos guerreiros.

O desenrolar dos acontecimentos internacionais revela a intensificação da política e das atividades contra-revolucionárias, hegemonistas, expansionistas e agressivas das superpotências. Hoje, não há campo da vida internacional em que não se verifique tal atuação. A aberta interferência nos assuntos internos dos diversos países e a organização de conspirações e golpes encontram-se na ordem do dia da ação do imperialismo norte-americano e do social-imperialismo soviético em todos os lugares onde sua política hegemônica se defronta com resistência e oposição. As relações econômicas internacionais são, outrossim, a esfera na qual se manifestam claramente as suas pressões e imposições, a desigualdade face aos outros países, a lei da selva atuando mais fortemente do que nunca. Os intensos preparativos militares das superpotências são inauditos. A intensificação da sua política de violência e de ditame imperialista é expressão da rivalidade e da desenfreada competição entre ambas no sentido de galgar posições estratégicas mais favoráveis, assim como para realizar a imposição política, econômica e militar-estratégica sobre os países e povos de todos os Continentes.

* * *

* *Publicado na Revista Rruga e Partisë (O Caminho do Partido) — órgão do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, em abril de 1982.*

PROLETARË TË TË GJITHA VENDEVE, BASHKOHUNI!

RRUGA E PARTISE

ORGAN I KOMITETIT QENDROR
TË PARTISË SË PUNËS TË SHQIPËRISË

Logotipo da Revista Rruga e Partisë

A áspera luta por mercados e zonas de influência em escala mundial e pela sua redivisão através de diferentes caminhos e meios, inclusive a força armada, sempre foi, e continua sendo, um dos *aspectos* característicos do imperialismo. Pode-se afirmar que atualmente as condições internacionais em que esse conflito interimperialista se desenvolve já não são as mesmas de algumas décadas atrás, como, por exemplo, as das vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Presentemente, o sistema colonial clássico chegou ao fim. Dezenas de países ex-coloniais converteram-se em Estados com relativa independência política que intentam conquistar a independência econômica frente às potências imperialistas e ao capital monopolista internacional. Contudo, isso não significa que o colonialismo foi liquidado como modo de

dominação, saque e exploração. Em seu lugar surgiu o neocolonialismo, prolongamento, com feição nova, do velho sistema colonial, destinado a realizar, em novos tempos e diferentes condições, os fins das potências imperialistas — fins de domínio, espoliação e saqueio ferozes. Em conformidade com esses objetivos orientam-se a estratégia global e a política imperialista das duas superpotências.

Um dos traços marcantes que caracterizam atualmente a estratégia e a política tanto do imperialismo norte-americano como do social-imperialismo russo é o objetivo e o esforço de ambos pela expansão, hegemonia e dominação.

Após a Segunda Guerra Mundial, mudaram as relações entre as potências imperialistas. Acirrou-se a rivalidade entre elas pela preservação e nova divisão das zonas de influência política, econômica e militar, sobretudo a disputa americano-soviética pela hegemonia mundial, iniciada na segunda década do pós-guerra, com a conversão da URSS revisionista numa superpotência imperialista. Nessa competição não ficam atrás as outras potências da Europa, o Japão e, ultimamente, a China.

Um dos traços marcantes que caracterizam atualmente a estratégia e a política tanto do imperialismo norte-americano como do social-imperialismo russo é o objetivo e o esforço de ambos pela expansão, hegemonia e dominação que ultrapassam os limites regionais ou as áreas geográficas específicas, indo atingir as chamadas zonas de influência de um e do outro, envolvendo todo o Globo. Por isso, o jogo do "equilíbrio" que Washington e Moscou buscam preservar tende a romper-se porque, como acentuou o camarada Enver Hoxha, "a sua expansão já não encontra espaços vazios por onde estender-se". "Cada passo ulterior defronta-se com os interesses do rival, com o perigo de uma reação que não se pode prever" (Informe ao VIII Congresso do PTA). Qualquer região estratégica e possuidora de grandes riquezas econômicas é, simultaneamente, proclamada como sensível aos interesses próprios de uma e da outra superpotência. Nessas condições, a rivalidade pela hegemonia entre elas engloba agora todos os Continentes ao mesmo tempo. Hoje, não há Estado, nação e povo que, direta ou indiretamente, não sinta o risco que representa a ameaça proveniente das potências imperialistas e, em primeiro lugar, das duas superpotências.

Claro exemplo dessa situação são as regiões do Oriente Médio e do Sudoeste da Ásia. A derrubada do Xá do Irã pelo povo foi um acontecimento que trouxe, e trará, novas conseqüências e desdobramentos prejudiciais ao imperialismo, ao social-imperialismo e à reação. O crescente despertar dos povos e a quebra da tranquilidade nessas áreas têm preocupado desmesuradamente os Estados Unidos e a União Soviética. Por isso empreenderam e prosseguem empreendendo atividades complexas que visam a sufocar a luta revolucionária dos povos (nesta questão, encontram um denominador comum e entram em acordo), a manter as posições que detêm, a ampliá-las em prejuízo do rival e a recuperar as que perderam. Comprovação disto foi a ocupação militar do Afeganistão pelos social-imperialistas soviéticos. Nas águas do Golfo Arábico e do Oceano Índico navegam as frotas americana e soviética, prontas para ações militares. As "forças de rápido deslocamento" organizadas pelos Estados Unidos destinam-se a essas zonas. Entre os países desse lado do Globo acentuam-se rivalidades, intensificam-se corridas armamentistas e até ocorrem conflitos militares incitados pelas superpotências, como a guerra irânico-iraquiana. Assim também se apresenta a situação na África e em outras regiões.

A política do imperialismo americano e a do social-imperialismo soviético representam o principal perigo de lançar a Humanidade numa terceira grande guerra.

Mesmo encarando apenas esses fenômenos, torna-se evidente que a política do imperialismo americano e a do social-imperialismo soviético, expansionistas e hegemonistas, com vistas ao domínio mundial, são igualmente agressivas, de preparação e desencadeamento de conflitos armados. Representam o principal perigo de lançar a Humanidade numa terceira grande guerra. Contra semelhantes políticas, deve-se lutar com energia e firmeza, sem alimentar a mínima ilusão face a nenhuma

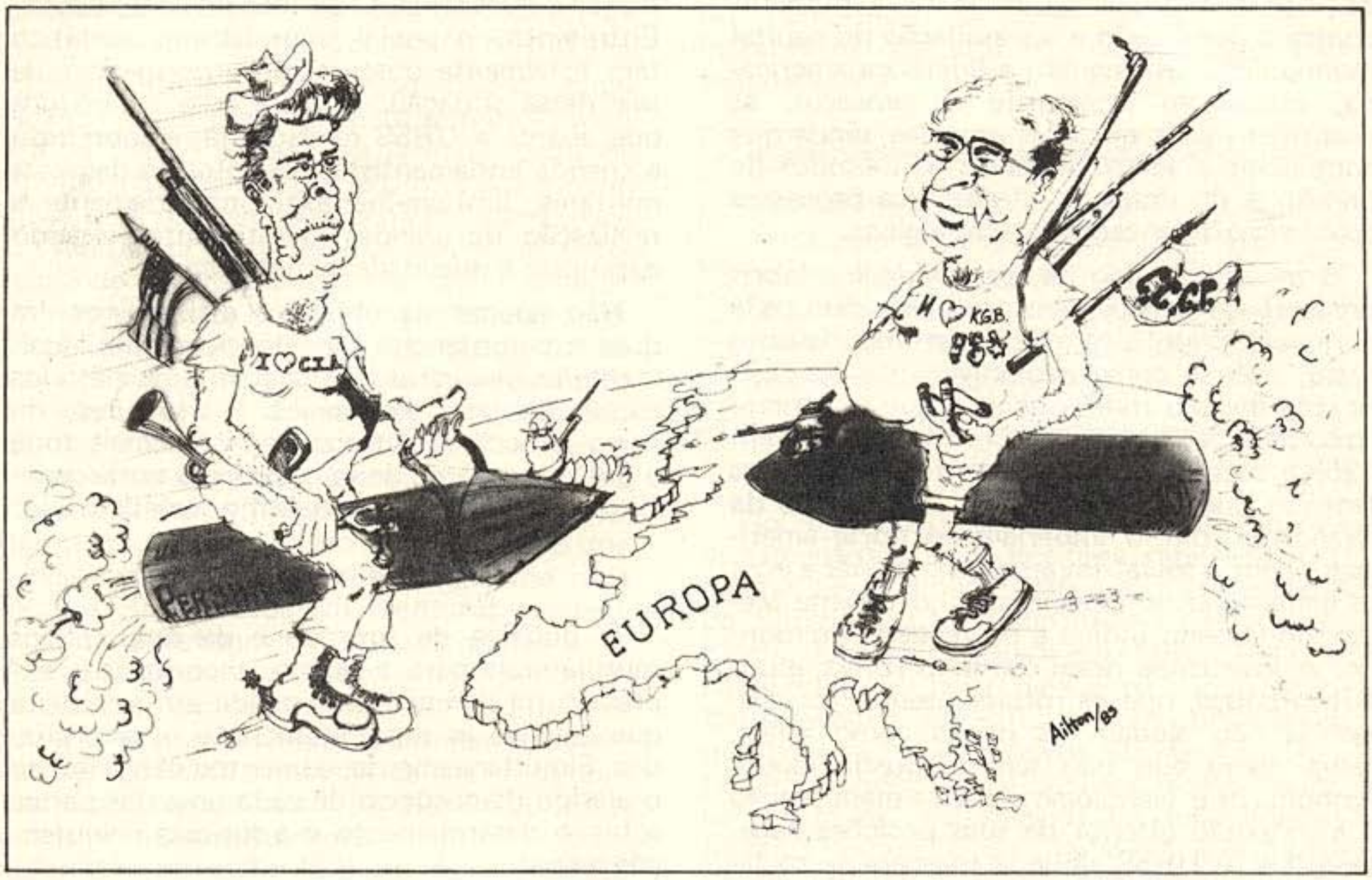


Ilustração Ailton.

potência imperialista. Como acentuou o camarada Enver Hoxha no VIII Congresso do PTA: "Os interesses das superpotências e os dos povos não são concordantes nem convergentes em momento algum e em nenhum caso. A sobrevivência do imperialismo impõe a escravidão, ao passo que a libertação dos povos exige a destruição do imperialismo".

Nos últimos tempos, observam-se certas modificações na orientação do imperialismo norte-americano que se distinguem da de alguns anos atrás. Exprimem-se estas modificações nos meios escolhidos por Washington para pôr em prática sua política externa. Imprimindo-lhe acentos mais graves de agressividade e aventureirismo, como métodos adequados à sua viabilização, adquiriram relevo as ameaças militares abertas e os febris preparativos de guerra. Desde que assumiu as rédeas do poder, Reagan e sua equipe governamental falam constantemente do aumento do potencial de choque militar americano, da elevação do nível das despesas bélicas, da produção de armas mais sofisticadas, dos engenhos termonucleares e da bomba de nêutrons, do "efeito" de todos esses petrechos na "preservação da posição norte-americana de maior potência militar mundial". Nesse contexto, inserem-se os gastos com a construção e o fortalecimento das bases estadunidenses nos diversos quadrantes do mundo, importantes pontos de apoio para a aplicação da política de agressão e guerra dos Estados Unidos, a atenção com o contínuo reforçamento das alianças e dos pactos político-militares e com os esforços por ressuscitar os pactos que se decompuseram ou se romperam em virtude da formação de novos blocos nessas zonas, do aumento e dispersão das esquadras em todos os mares e oceanos, e da sua modernização.

O emprego de uma política mais dura, mais agressiva e aventureira por parte do imperialismo norte-americano não é casual. A ênfase nos métodos de ameaça militar e de guerra na execução dessa política tem como meta preencher o vazio criado pelo debilitamento da eficácia de outros procedimentos que usou no passado para conseguir dominar diversos países e regiões do mundo. A questão é que, como maior potência econômica mundial, os EE.UU. alcançavam mais facilmente seus objetivos de assegurar e manter posições políticas, econômicas e estratégico-militares em toda uma série de países e regiões, com a penetração de seus capitais e de sua tecnologia. Hoje, quando o desenvolvimento desigual dos países capitalistas, o aprofundamento da concorrência interimperialista e da crise mundial, bem como a ampliação e a intensificação

da luta dos povos oprimidos e explorados contra a dominação e a espoliação do capital monopolista restringiram a liderança americana, assumiram prioridade as ameaças, as chantagens e as agressões armadas, ainda que continuem a ser empregados os métodos de pressão e de domínio através dos processos econômico-financeiros e tecnológicos.

O mesmo sentido de agressividade e febris preparativos bélicos vem caracterizando cada dia mais a política do social-imperialismo russo, não só como prolongamento da política de invasão militar aberta, que se concretizou na ocupação da Checoslováquia em 1968 e, recentemente, na do Afeganistão, mas também como expressão do acirramento da rivalidade com o imperialismo norte-americano, com o social-imperialismo chinês e com os demais países imperialistas no Oriente Médio, no Oceano Índico e no restante do mundo. A insistência nesse caminho revela, entre outras coisas, que os rótulos pseudo-socialistas, já não ajudam os russos como antes, assim como eles não têm as possibilidades econômicas e tecnológicas para a manutenção e a extensão ulterior de suas posições hegemonistas. A URSS ainda se mascara de socialista e internacionalista, mormente nos países e regiões onde instituiu o seu controle político, econômico e militar. No entanto, desmascara-se na ocasião em que se vê obrigada a responder rapidamente às tentativas de abalo de suas posições nesses países ou a enfrentar a rivalidade da outra superpotência — o imperialismo americano. Em tais condições, dá primazia ao emprego das forças militares. O caso do Afeganistão indica que quando os seus interesses hegemonistas e expansionistas são afetados, ela não se contenta com o atiçamento de diferentes camarilhas em guerras locais nos vários Continentes, nem com a ativação militar dos amigos. Aciona os seus tanques e aviões, embora tente, posteriormente, camuflar os atos de agressão e ocupação com o disfarce de "ajuda internacionalista". O social-imperialismo soviético tem igualmente outros motivos para realçar os métodos de pressão, ameaça, chantagem e agressão armada na aplicação de sua estratégia e de sua política expansionista e hegemonista. Embora seja grande potência, não possui as condições nem os recursos necessários a fim de concorrer com o imperialismo americano, o europeu e o japonês no campo econômico. A tecnologia soviética não é um meio eficaz para a expansão econômica na Ásia, África e América Latina, na medida em que, quantitativa e qualitativamente, está impossibilitada de fazer frente à concorrência da tecnologia ocidental. Entretanto, o social-imperialismo soviético tem totalmente obscurecida a perspectiva de sair dessa situação. A grave crise econômica que abarca a URSS revisionista, e sobretudo a corrida armamentista e as colossais despesas militares, limitam-lhe extraordinariamente a realização de grandes investimentos visando aprimorar a qualidade tecnológica.

Não apenas os objetivos estratégicos das duas superpotências são idênticos, mas igualmente os caminhos que trilham e os métodos escolhidos para alcançá-los. O uso direto da força armada caracteriza cada vez mais toda a política externa do imperialismo norte-americano e do social-imperialismo soviético.

* * *

A política de agressão e de preparativos multilaterais para a guerra encontra sua expressão na desenfreada corrida armamentista que envolve as superpotências e os seus aliados. Simultaneamente, aumentou como nunca o alarido demagógico de cada uma das partes sobre o desarmamento e a suposta manutenção da paz.

Segundo alguns dados da imprensa internacional, em 1981 foram gastos no mundo, em armamentos, cerca de 600 bilhões de dólares, ou seja, 1 bilhão e 640 milhões de dólares por dia.

De ano para ano vem sendo observada rápida escalada do armamentismo. A competição entre os Estados Unidos e a União Soviética nesse campo alcançou proporções que, faz poucos anos, não poderiam sequer ser imaginadas. Os limites de 80 a 100 bilhões de dólares atingidos pelos orçamentos bélicos anuais das superpotências há um decênio atrás não constituem hoje mais que as verbas militares de cada uma durante alguns meses. Atualmente, o orçamento militar anual norte-americano ultrapassa 220 bilhões de dólares. O nível das despesas das forças armadas soviéticas, por ano, está em torno dessa cifra. E assim atuam também os demais países imperialistas aliados das superpotências. Segundo alguns dados da imprensa internacional, em 1981 foram gastos no mundo, em arma-

mentos, cerca de 600 bilhões de dólares, ou seja, 1 bilhão e 640 milhões de dólares por dia.

Certamente, essa desenfreada corrida armamentista e os preparativos guerreiros como método para "resolver" as renhidas disputas interimperialistas e todas as profundas contradições que corróem o sistema econômico-social capitalista, burguês e revisionista, neste estágio de aprofundamento de sua crise geral, fala não da força, mas da fragilidade, da degeneração e do parasitismo ainda maiores desse sistema, o que pôs objetivamente a revolução na ordem do dia, como problema colocado para solução. Mas isso não significa que o imperialismo esteja de dentes quebrados. Ele luta com todas as forças no sentido de desfechar golpes contra as lutas revolucionárias que se desenvolvem no mundo, bem como para lançar a Humanidade em aventuras tenebrosas, como a deflagração de outra grande guerra, caso os povos e as forças progressistas não se mostrem vigilantes e ativos a fim de destruir-lhe os planos. A corrida armamentista e a preparação para a eclosão da guerra sempre marcharam lado a lado. Também hoje assim sucede, independentemente da propaganda e da suposta pretensão da busca do "equilíbrio militar", que seria o caminho para o "asseguramento da paz".

Após a chegada de Reagan ao poder, os porta-vozes do imperialismo norte-americano declararam haver um "atraso" no arsenal nuclear dos EE.UU. face ao da URSS, "atraso" esse que se deveria vencer a todo custo e o mais rapidamente possível. Em vista disso, o governo dos Estados Unidos elaborou planos e determinou orçamentos militares sem precedentes. Ainda recentemente, Reagan voltou a acentuar que "o incessante aumento das despesas com objetivos militares cria a verdadeira esperança de se alcançar um acordo relacionado com a redução dos armamentos". O comandante-em-chefe da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), general Bernard Rogers, ampliando a esfera dessa orientação, afirmou, em fevereiro do ano em curso, que "a Aliança Atlântica está atrás da URSS no que respeita às armas nucleares. O único caminho para alcançá-la é aumentar em 4% os gastos anuais com a defesa durante o período de 1983 a 1988". Por seu lado, os social-imperialistas soviéticos proclamam que "não permitirão a ninguém a superioridade militar", pois isso lesaria o "equilíbrio militar" e os "interesses de defesa" da URSS. Enquanto as duas partes desenvolvem ensurdecedora propaganda pelo estabelecimento ou manutenção do chamado equilíbrio, o incremento das suas despesas militares não tem paralelo.

No contexto dessa generalizada corrida armamentista, e de outros preparativos bélicos, chama especialmente atenção o armamento da Europa, onde se defronta a política dos blocos militares dos EUA e da URSS.

No contexto dessa generalizada corrida armamentista e de outros preparativos bélicos, chama especialmente atenção o armamento da Europa, onde se defronta a política dos blocos militares dos EUA e da URSS. Esta política preocupa tanto pela feroz rivalidade interimperialista aí verificada como pelo perigo que encerra para os povos europeus e para a paz no mundo. Faz-se grande barulho em torno dos mísseis estratégicos das duas superpotências. Ronald Reagan, aplicando sua doutrina de intensa e aberta preparação militar, apresentou a proposta do envio à Europa de 600 mísseis de raio médio de ação como contrapeso aos mísseis semelhantes que a URSS colocou no território europeu. No quadro do estabelecimento da balança estratégica na Europa, ele tenta convencer os aliados da OTAN a aceitarem sem contestação o seu plano. Por seu turno, a URSS, tendo como principais porta-vozes na questão dos mísseis Leonid Brezhnev e seus mais íntimos colaboradores, declara que "adotará medidas para a contra-resposta", caso os aliados dos EUA na OTAN decidam aceitar os novos mísseis americanos na Europa Ocidental.

Esta região, objeto da disputa em torno dos mísseis entre as superpotências, sente a ameaça que constitui para si o arsenal nuclear soviético. Entretanto, possui sua própria posição nas relações interimperialistas chamadas Leste-Oeste e desafia a exigência norte-americana de obediência absoluta ao aliado de além-mar no que tange à instalação desses mísseis. Nem todos os Estados europeus da OTAN aceitaram que sejam postos em seus territórios os mísseis "Pershing" ou "Kruise". Mesmo os que estão de acordo, impuseram para isso a necessidade de um entendimento entre as duas superpotências. Nessa questão, não deixa de exercer influência o objetivo de alguns dos principais países europeus da OTAN

de não levar as tensões com a URSS até o ponto culminante. Os seus interesses políticos, econômicos e estratégicos os obrigam a manter posições cautelosas, tanto com os Estados Unidos, quanto com a União Soviética. Daí porque a Europa Ocidental manobra cuidadosamente e busca sair da difícil situação em que se encontra. Estabeleceu o ano de 1983 como prazo para que as duas superpotências cheguem a um compromisso em torno dos mísseis de ogivas nucleares de médio raio de ação. Mas, sobre que bases?

O objetivo das superpotências é justificar a corrida armamentista e evitar o crescente descontentamento dos povos europeus, apresentando-se ambas como se fossem pela "paz e segurança" na Europa.

O imperialismo estadunidense apresentou a chamada "alternativa zero" que tem por finalidade desmontar todos os mísseis "SS" da URSS como condição para a não instalação dos mísseis "Kruise" e "Pershing" na Europa Ocidental. O social-imperialismo soviético propôs nova "moratória" e procura um acordo com Washington. Esse perigoso jogo em desenvolvimento com armas de extermínio em massa não é outra coisa, em sua essência, senão a rivalidade entre as superpotências e a execução de igual política belicista. O objetivo das superpotências é justificar a corrida armamentista e evitar o crescente descontentamento dos povos europeus, apresentando-se ambas como se fossem pela "paz e segurança" na Europa.

Outro aspecto dos preparativos de guerra é constituído pelo fortalecimento, armamento e ulterior ativação da OTAN e do Pacto de Varsóvia como colunas-mestras do domínio e da aplicação da política externa dos EUA e da URSS. O traço geral de sua atuação é a crescente agressividade, com todas as perigosas conseqüências que pode acarretar para os destinos dos povos. A OTAN e o Pacto de Varsóvia mantêm na Europa mais de 170 divisões equipadas com armamentos modernos. E seu arsenal vai-se incrementando. Vastas proporções assumiram as medidas tomadas no sentido do aprofundamento da integração militar dos países participantes desses tratados. Contínuos esforços são feitos pela uniformização do armamento e da técnica de combate, por maior coordenação das produções bélicas através da cooperação entre as empresas, pelo aperfeiçoamento das táticas e dos métodos de treinamentos militares que têm o objetivo de fortalecer a colaboração entre os exércitos membros das alianças etc. A estes fins servem as freqüentes manobras militares de grande envergadura da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Atualmente, não só a Europa é palco dessas manobras, mas também outras regiões, o que revela que os blocos militares (e seus adestramentos) são importantes instrumentos na aplicação da política global bélica e de agressão dos EUA e da URSS.

Este desenfreado armamentismo é acompanhado por ruidosa demagogia. Qualquer das superpotências e, com elas,os seus aliados na OTAN e no Pacto de Varsóvia, proclama como seu único propósito a "preservação da paz" e da "segurança" na Europa. Mas os povos deste Continente, não podem ter nenhum tipo de segurança enquanto ali permanecerem milhões de soldados e incontáveis armas e mísseis que constituem enorme perigo para a soberania das nações européias e para a independência dos seus povos.

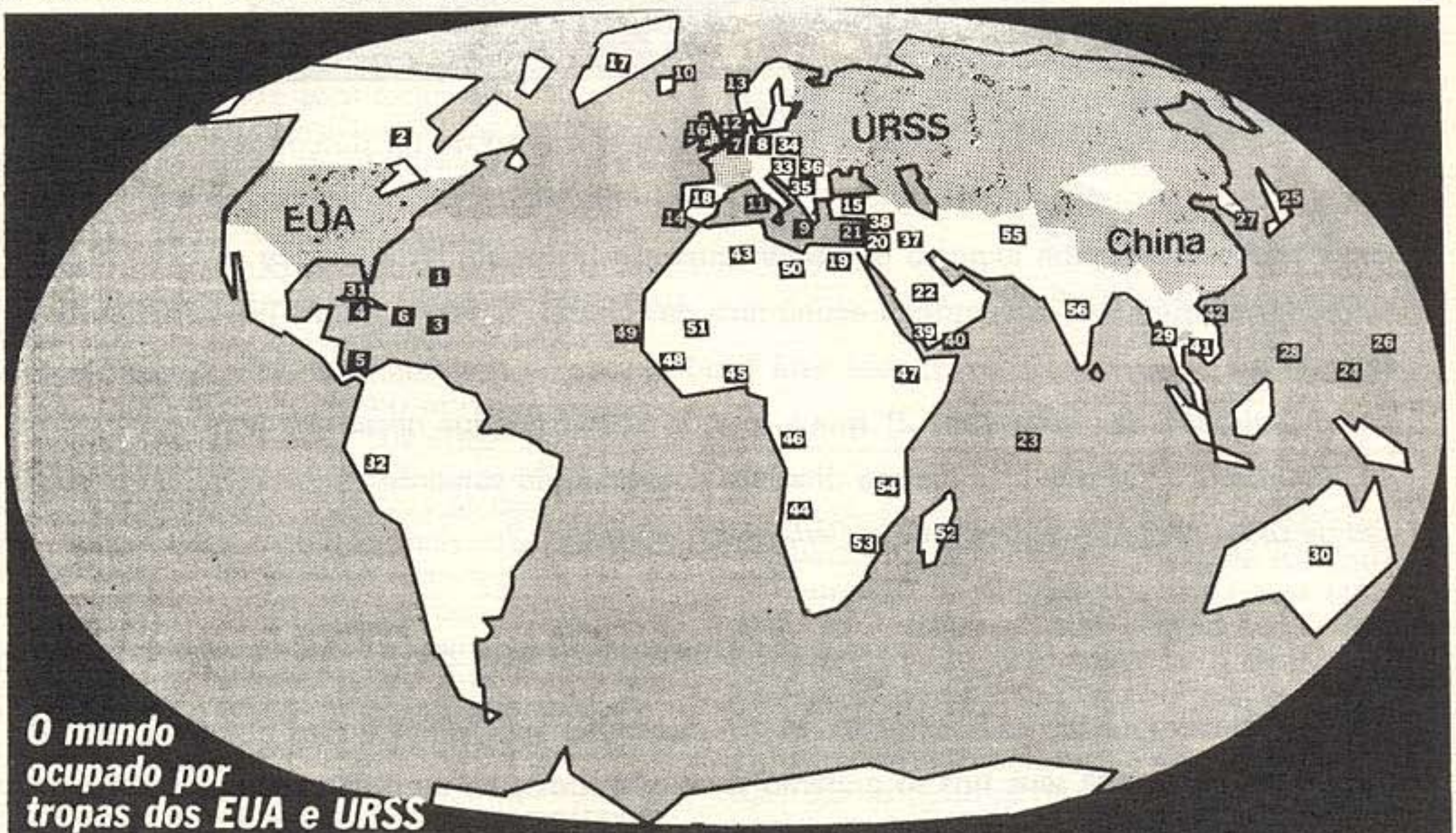
A intensificação da política agressiva das superpotências encontra igualmente sua expressão no fato de que aumentaram bastante as pressões no sentido de uma subjugação política, econômica e militar cada vez maior dos países que se acham nas suas zonas de influência.

"A luta dos povos e a revolução encontram-se na ordem-do-dia não apenas como aspiração e dever imediato para a libertação do jugo e da opressão capitalista-imperialista, mas também como necessidade histórica a fim de lançar por terra os planos guerreiros do imperialismo e evitar nova conflagração mundial". (Enver Hoxha)

A realização da política aventureira, agressiva e expansionista das superpotências e das demais potências imperialistas e, juntamente com isso, as despesas sempre maiores com objetivos militares, encontram cada dia mais a reprovação e a oposição dos povos amantes da liberdade, das forças progressistas em todo o mundo. Na situação atual, ressaltou o camarada Enver Hoxha no VIII Congresso do PTA, "a luta dos povos e a revolução encontram-se na ordem do dia não apenas como aspiração e dever imediato para a libertação do jugo e

da opressão capitalista imperialista, mas também como necessidade histórica a fim de lançar por terra os planos guerreiros do imperialismo e evitar nova conflagração mundial". A análise das relações internacionais e da realidade que vivemos indica que nem a política de violência e ditame, nem os engodos das muitas teorias que buscam dissimular e justificar as políticas das superpotências e das demais potências a elas aliadas, têm possibilidade de deter a presente tendência revolucionária. A classe operária nos países capitalistas amplia e aprofunda sua luta contra a exploração, a opressão e o domínio estrangeiro. Os povos oprimidos em todos os Continentes estão despertando. O Irã, a Nicarágua, El Salvador, a luta libertadora do povo afegão e dos povos dos países da América Latina comprovam esse despertar. Ao lado deles, muitos outros vêm intensificando os seus sentimentos nacionais e ampliando os embates para serem livres, independentes e soberanos. De modo geral, os movimentos libertadores cobram novo impulso em todos os recantos e seu caráter antiimperialista, anti-social-imperialista e anticolonialista reforçou-se mais. Nenhuma chantagem, nenhuma pressão da força militar do imperialismo é capaz de abater essa poderosa onda antiimperialista e libertadora.

Contudo, o exitoso desenvolvimento do movimento revolucionário dos povos não deve ser concebido sem o fortalecimento qualitativo de sua luta pela derrocada do sistema capitalista-revisionista através da violência. Também esta luta só pode desenvolver-se corretamente se se avaliar com realismo as situações que mostram a tendência da ulterior intensificação da política agressiva do imperialismo norte-americano, do social-imperialismo soviético e dos seus aliados, bem como do aumento das rivalidades e dos complôs imperialistas em geral e dos soviético-norte-americanos em particular. Tudo bem avaliado, surgem possibilidades para que se elaborem táticas corretas e justos posicionamentos, a fim de que a luta dos povos se mantenha em ascenso e a revolução mundial marche adiante sem se deter. ●



O mundo ocupado por tropas dos EUA e URSS

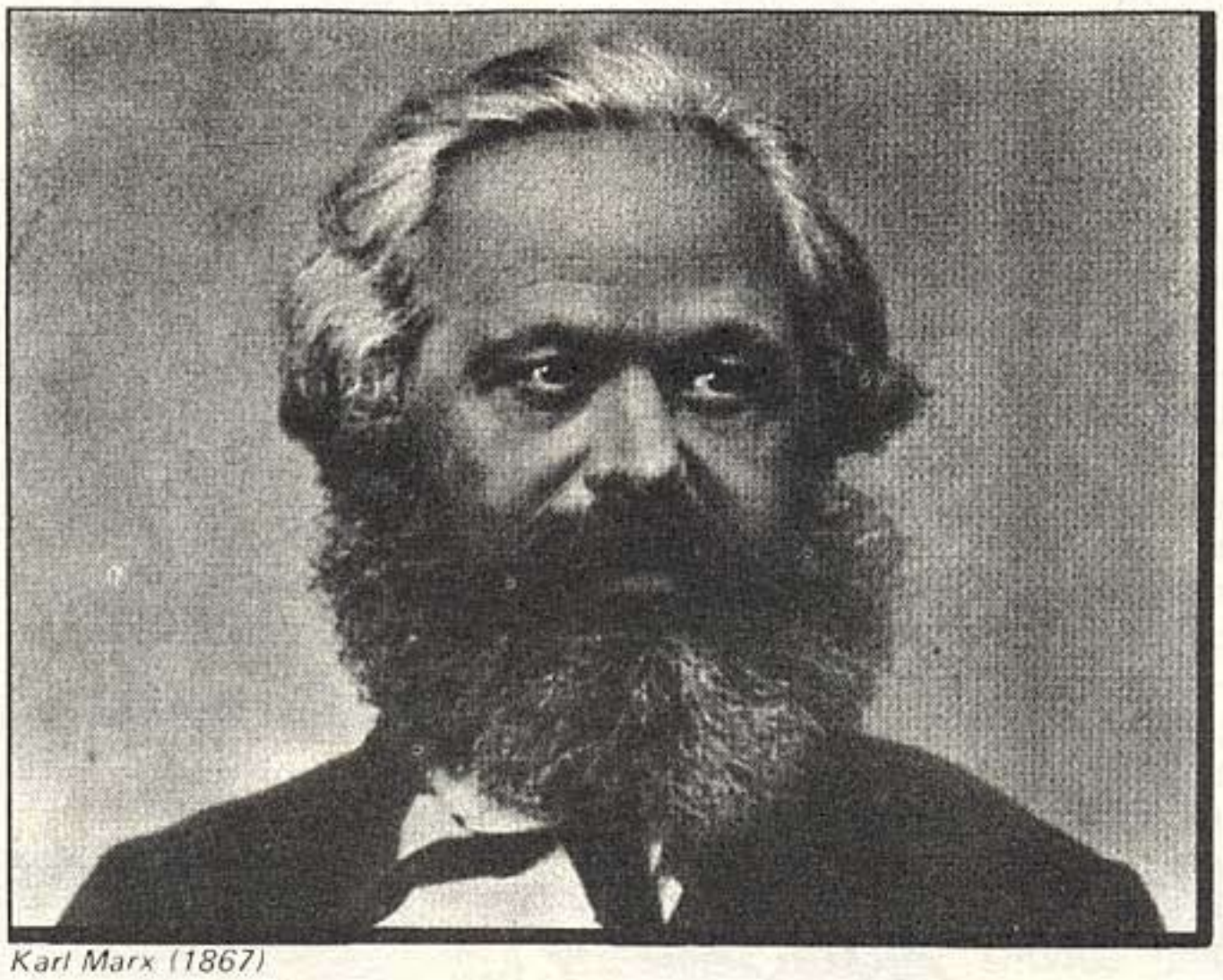
O mapa mostra onde estão os 722 mil soldados soviéticos e os 455 mil americanos fora das fronteiras dos EUA e da URSS. Não foram assinalados os contingentes inferiores a cem homens. Nem as tropas da Inglaterra (76 mil), França (57 mil), ou de Cuba (25 mil) no exterior, entre outras. Contando tudo, há no mundo de hoje 1.800.000 soldados ocupando terra estrangeira.

Os países assinalados em cinza são considerados potências nucleares: Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra e China.

TROPAS AMERICANAS	
América do Norte	
1. Bermudas	1.540
2. Canadá	710
América Latina	
3. Antigua	120
4. Cuba	2.250
5. Panamá	9.150
6. Porto Rico	2.940
Europa	
7. Bélgica	2.380
8. Alemanha Oc.	256.740
9. Grécia	3.520
10. Islândia	3.130
11. Itália	12.760
12. Holanda	2.090
13. Noruega	210
14. Portugal	1.660
15. Turquia	5.170
16. Inglaterra	26.720
17. Groelândia	320
18. Espanha	7.700
Oriente Médio	
19. Egito	180
20. Israel	110
21. Líbano	300
22. Arábia Saudita	520
23. Diego García	1.840
Extremo Oriente	
24. Ilha de Guam	8.680
25. Japão	50,450
26. Atol Johnston	120
27. Coréia do Sul	37.560
28. Filipinas	14.050
29. Tailândia	100
30. Austrália	700
TROPAS SOVIÉTICAS	
América Latina	
31. Cuba	12.000
32. Peru	175
Europa	
33. Checoslováquia	78.000
34. Alemanha Or.	406.000
35. Hungria	50.000
36. Polônia	50.000
Oriente Médio	
37. Iraque	8.000
38. Síria	4.000
39. Iemen	475
40. R.P. do Iemen	2.500
Extremo Oriente	
41. Camboja	300
42. Vietnã	4.000
África	
43. Argélia	8.500
44. Angola	700
45. Benin	1.200
46. Congo	850
47. Etiópia	2.400
48. Guiné	375
49. Guiné-Bissau	600
50. Líbia	2.300
51. Mali	636
52. Madagascar	370
53. Moçambique	500
54. Tanzânia	300
Ásia Meridional	
55. Afeganistão	87.000
56. Índia	1.550

Ilustração TLO

HOMENAGEM AO CEN
KARL MARX



Karl Marx (1867)

"...No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi demonstrar: 1) que a *existência das classes* está ligada apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção;* 2) que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado;* 3) que esta mesma ditadura constitui tão somente a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes...*"

(Carta de Marx a J. Weydemeyer — 5 de março de 1852).

"Os comunistas não se rebaixam em dissimular suas idéias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela, a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.

Proletários de todos os países, uní-vos!"

(Manifesto do Partido Comunista — Karl Marx — F. Engels — 1848).

TENÁRIO DA MORTE DE (1883—1983)

". . .Apreciando em todo o seu justo valor o emprego dos meios legais de luta em período de estagnação política e de domínio da legalidade burguesa, Marx condenou vigorosamente, em 1877 e 1878, depois da promulgação da lei de exceção contra os socialistas, a 'frase revolucionária' de um Most; mas combateu com a mesma energia, se não mais, também o oportunismo que então se tinha apoderado temporariamente do partido social-democrata oficial, que não tinha sabido dar imediatas provas de firmeza, de tenacidade, de espírito revolucionário e de prontidão, em resposta à lei de exceção, e passar à luta ilegal".

(Do artigo Karl Marx — V.I.Lênin).

"Os burgueses, tanto os conservadores como os ultra-democratas, competiam em lançar difamações contra ele. Marx punha de lado tudo isso como se fossem teias de aranha, não fazia caso; só respondia quando isso era exigido por uma necessidade imperiosa. E morreu venerado, querido, pranteado por milhões de operários da causa revolucionária, como ele, espalhados por toda a Europa e a América, desde as minas da Sibéria até a Califórnia. E posso atrever-me a dizer que se pôde ter muitos adversários, teve somente um inimigo pessoal".

"Seu nome viverá através dos séculos, e com ele a sua obra!"

(Trechos do discurso pronunciado por F. Engels no cemitério de Highgate, a 17 de março de 1883).

K. Marx, F. Engels e as filhas de Marx, Jenny, Eleanor e Laura (1860)

Ilustração Fernando

A Crise no Paraná

FÁBIO CAMPANA*

Aponta-se aqui uma série de modificações ocorridas na estrutura sócio-econômica do Paraná e revela-se como se refletem nesse Estado as mazelas da crise por que passa o sistema capitalista dependente e latifundiário.

Nos últimos meses, a realidade vem se encarregando de desmentir as previsões otimistas do governo do PDS no Estado. A economia paranaense, fundada sobretudo na atividade agropecuária, vai dando mostras de dificuldades cada vez maiores. No campo, a falta de

* *Fábio Campana: Jornalista, escritor paranaense.*

recursos financeiros para a comercialização da safra condiciona a paralisação de negócios, atingindo com vigor os pequenos proprietários rurais que não têm condições de suportar esta situação. O desestímulo à produção cresce com o estabelecimento, pelo governo, de valores básicos de custeio insuficientes. E os preços internacionais dos principais produtos de exportação — soja, café, açúcar e cereais, estão em baixa e ameaçando de prejuízos mesmo os produtores médios.

Crescem os bolsões de miséria em algumas regiões, especialmente na periferia das grandes cidades e das grandes obras em construção.

Esta situação se reflete na economia como um todo. Temos uma média de 8 falências por dia no Paraná. As empresas maiores reduziram seus investimentos e níveis de atividades. A carência de recursos financeiros determina a ampliação da especulação bancária e a elevação do custo do dinheiro. O próprio governo, que detém ainda os principais instrumentos de intervenção na economia, vê-se obrigado a pedir novos empréstimos externos para tentar manter em atividade seus organismos.

Agrava este quadro a distribuição preferencial dos recursos disponíveis aos grandes grupos econômicos de caráter monopolista. Para citar exemplos mais recentes, os empréstimos a juros subsidiados à multinacional Agroceres-PIC e aos usineiros, especialmente a Usina Central do Paraná, do grupo Atalla. O Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná — BADEP, inicia a execução de um plano que pretende a captação de 4 milhões de dólares.

O ônus mais pesado deste processo vai sendo jogado sobre os ombros dos trabalhadores. O desemprego, descontado o alto índice de subemprego, alcança níveis elevadíssimos. No Paraná, a taxa de desempregados seria de 10,6% da população economicamente ativa. E tende a crescer. Ao mesmo tempo, acentua-se uma política geral de redução de salários. O paranaense, segundo recente pesquisa, é o trabalhador que mais horas de trabalho realiza pelo menor salário médio.

Os índices de preços ao consumidor também se elevam. O custo de vida nunca foi tão elevado. Alguns ítens básicos, como alimentação, transportes e vestuário pressionam constantemente a alta. Crescem os bolsões de miséria em algumas regiões, especialmente na periferia das grandes cidades e das grandes obras em construção. Uma massa de deserdados a procura de oportunidades de sobrevivência. A conclusão de obras, como Itaipu, deve agravar esta situação.

A CRISE REVELA PROBLEMAS CRÔNICOS

O quadro de crise ajuda a revelar, com nitidez, os fatores básicos de um processo de transformação estrutural da sociedade paranaense nos últimos 10 anos e que se constituem em problemas crônicos de nosso Estado. Destacamos alguns aspectos desse processo, importantes para o entendimento da situação atual:

Entre 1970 e 1980, enquanto a população urbana cresceu 79%, aumentando do seu contingente em quase 2 milhões, a população rural caiu em 40%.

— A sociedade paranaense experimentou três décadas de crescimento populacional contínuo. Na última década, entretanto, apresentou o menor crescimento demográfico do país, com taxa bem inferior ao que seria o crescimento vegetativo da população. Com exceção de algumas regiões, como Londrina e Norte novo, onde houve um pequeno crescimento absoluto, o Paraná teve sua população reduzida em termos absolutos. De paraíso da imigração, transformou-se em um dos grandes expulsores de migrantes. Em 1980, 1.100.000 pessoas, no resto do país, declararam ter emigrado do Paraná nos últimos anos. Outra parcela significativa transferiu-se para países vizinhos como o Paraguai.

— Entre 1970 e 1980, enquanto a população urbana cresceu 79%, aumentando seu contingente em quase 2 milhões, a população rural caiu em 40%. De um Paraná predominantemente rural, com 64% da população no campo em 1970, passamos a um Paraná urbanizado, com 55% de sua população vivendo nas cidades.

— Há dez anos, a população economicamente ativa correspondia a 33% do total. Desta, 63% trabalhava no campo, 10% na indústria e 27% no setor terciário (comércio, serviços). Hoje, a população economicamente ativa é maior, de 38%. No campo, 41%, na indústria 18% e 39% no setor terciário. Isso significa que temos 1.196.000 pessoas trabalhando basicamente no campo, contra 1.439.000 dez anos antes. Ou seja, 243.000 menos do que em 1970.

— Em 1970, apenas 40% das pessoas que trabalhavam eram assalariadas. Hoje, na economia como um todo, os assalariados predominam. São 60% do total. E embora a maioria trabalhe na indústria ou no setor de serviços, a grande mudança se deu no campo. Os assalariados rurais passam a representar 33% dos que trabalham no campo. São cerca de 400 mil assalariados, 115.000 a mais do que em 1970. Devemos levar em conta que isto se dá num período em que o emprego total caiu.

— As transformações na indústria e no setor de serviços implicam em mudanças sociais nas cidades. O novo tipo de indústria que se instala no Paraná tem sua produção concentrada em poucas unidades. O comércio e serviços ligados à agricultura também passam a ser exercidos por grandes empresas. As grandes indústrias, as grandes companhias comerciais e de serviços e as grandes cooperativas vão eliminando os antigos produtores industriais, os pequenos comerciantes. A indústria e o comércio que se desenvolveram estão voltados, basicamente, para a atividade principal da economia paranaense, a agricultura.

O campo paranaense se transformou em produtor intensivo de ítens para a exportação, especialmente a soja, o café, a cana e cereais.

— Se cresceu a produção e a produtividade, isto não equivaleu a uma expansão correspondente dos empregos. No campo, a mecanização da lavoura dispensou grande número de trabalhadores. Na indústria, o aumento do número de empregos é reduzido, dada a alta intensidade de capital nos investimentos industriais. É o setor terciário (comércio e serviços) que mais expande a utilização do trabalho.

— Na base destas transformações está o processo de monopolização da economia paranaense. No campo, a concentração da propriedade fundiária é rápida. Em poucos anos, desapareceram cerca de 150 mil pequenas propriedades. A explicação deste processo está na rápida penetração do capitalismo no campo e na adequação da economia paranaense ao modelo determinado pela política econômica estabelecida no país nos últimos tempos. O campo paranaense se transformou em produtor intensivo de ítens para a exportação, especialmente a soja, o café, a cana e cereais. Vai sendo substituído o sistema tradicional de produção agrícola, baseado na pequena propriedade de economia familiar, para surgir a grande propriedade, de exploração moderna, com uso intensivo do capital.

Na medida em que os serviços e a indústria são concentrados em grandes companhias, provocam o esvaziamento dos centros urbanos menores, de onde desaparecem os antigos agentes econômicos de poucos recursos. Em contrapartida crescem alguns centros que passam a sediar as grandes empresas. E aqui a monopolização se encarrega de fazer desaparecer as pequenas iniciativas.

A CRISE E O CARÁTER DA SOCIEDADE PARANAENSE

O que vimos nestes últimos dez anos no Paraná foi uma transformação de sua economia e de sua estrutura social que resultam da **monopolização provocada pela intervenção cada vez mais poderosa do grande capital. Especialmente do capital estrangeiro,** que passa a dominar todos os setores da vida do Estado. Na produção agropecuária, no comércio e serviços, na indústria, vê-se o aprofundamento da dependência econômica ao capital estrangeiro.

A monopolização vai determinando o desaparecimento da pequena propriedade no campo e na cidade, determinando o assalariamento dos pequenos produtores, ou submetendo-os à grande empresa monopolista, especialmente de capital estrangeiro. Os assalariados passam a predominar.

A concentração e uso de capital intensivo conduz ao surgimento de um **grande exército de reserva da força de trabalho.** Cerca de dois milhões são liberados da produção, principalmente no campo. Pressionados e mesmo estimulados pela política governamental, grande parte migra para outras regiões. O restante se localiza na periferia de grandes cidades e

obras, constituindo uma enorme massa marcada pela miséria e pelo desajustamento sob as novas condições de produção.

Como resultado da concentração, cresceu a produção e a produtividade em taxas bastante altas. A renda interna do Paraná cresceu 244% entre 1970 e 1980. Das dezenove principais indústrias do Estado, 13 apresentaram elevação da relação lucro/salários. Esse **crescimento e lucratividade do capital também é concentrado de forma violenta.** Uma parcela bastante reduzida da riqueza gerada fica em mãos dos trabalhadores.

A crise atual da economia paranaense é a crise de uma economia em rápido processo de monopolização, marcada pela crescente dependência ao capital estrangeiro.

Estabelece-se uma política de **superexploração da força de trabalho.** Na indústria, o setor que melhor paga aos operários é a indústria mecânica, onde os salários médios mensais atingem apenas 2,93 salários mínimos. Os mais baixos, da indústria do vestuário e calçados, alcançam 1,34 salários mínimos. No campo, a exploração é ainda mais aguda. Milhares de trabalhadores recebem em média menos de um salário mínimo mensal.

A crise atual da economia paranaense é, portanto, a crise de uma economia em rápido processo de monopolização, marcada pela crescente dependência ao capital estrangeiro que orienta seus investimentos no sentido de consolidá-la como economia agropastoril-exportadora. E que alcança altas taxas de lucratividade pelo uso intensivo de capital e superexploração da força de trabalho.

O PAPEL DO ESTADO

Nos últimos 18 anos, o grupo político que empalmou o poder no Estado, constituiu-se em representante e instrumento do regime militar no Paraná. De um lado, colocou o Estado a serviço do processo de rápida concentração do capital e da progressiva dependência da economia ao capital estrangeiro. De outro, e como parte de suas tarefas, exerceu firme repressão social e política contra o conjunto da população, como condição para que se operassem tais mudanças.

No plano econômico, o governo privilegiou a aplicação de recursos, a construção de obras de infra-estrutura e a própria política financeira no sentido de propiciar as melhores condições de penetração e exploração do Paraná pelo grande capital estrangeiro. Por um breve período, esta tendência procura se modificar pela aplicação de uma política que pretendia a recuperação de uma economia baseada em interesses tradicionais. Especialmente aqueles com vistas ao fortalecimento do capital bancário aqui sediado. Mas são interesses contraditórios com os que passam a determinar a vida econômica do Estado.

No plano social, o governo estadual exerceu duplo papel. O primeiro, de diluição das tensões sociais, seja por uma política que procurou estimular a migração e com ela a exportação da crescente marginalidade de amplas massas do sistema produtivo, seja pela aplicação de programas assistenciais e paliativos. O segundo, de intensa repressão a todas as manifestações sociais, ao mesmo tempo que procurou atrair a direção dos segmentos organizados da população.

O governo do PDS é subserviente e corrupto, cujos integrantes vão se identificando e se submetendo como parceiros menores ou beneficiários do grande capital, do capital bancário nacional e de grupos que utilizam o Estado como instrumento de seus interesses.

Sua política, marcada pelo entreguismo e subserviência, procura impedir a expressão e organização política da sociedade, buscando apoio apenas na força política limitada que contém pelo clientelismo e corrupção. É assim que transforma o Estado em agente dos novos interesses do grande capital, retirando inclusive qualquer autonomia e representatividade do Estado perante o governo central. É neste processo que o Paraná perde por completo a direção efetiva de seus principais instrumentos, como o BADEP, a COPEL, a TELEPAR etc. E não tem condições de intervir em defesa dos interesses de sua população no que diz respeito à utilização de seu território e de seus recursos naturais.

Um governo subserviente e corrupto, cujos integrantes vão se identificando e se submetendo como parceiros menores ou beneficiá-

rios do grande capital, do capital bancário nacional e de grupos que utilizam o Estado como instrumento de seus interesses.

O ISOLAMENTO DO REGIME E DO GOVERNO

É profundo o fosso que separa os interesses representados no governo do Estado e os da ampla maioria da população paranaense. Isto veio determinando um progressivo isolamento do governo, do regime que representa e das forças políticas que lhe emprestam apoio. Hoje, a base social de apoio do grupo político no governo é estreita. Perdeu sua capacidade de convencimento ideológico perante, inclusive, os segmentos sociais que nele confiaram quando chegou ao governo pela primeira vez, atravéz do voto, o que conseguiu, na época, com base nos pequenos proprietários rurais, nos pequenos industriais e comerciantes urbanos, nos profissionais autônomos, ou seja, nas camadas médias da sociedade. Setores que foram submetidos à falência e ao assalariamento e mesmo à migração pelo processo de monopolização que se utilizou do governo como instrumento efetivo.

Este isolamento comprova-se nas crescentes manifestações não só de operários e camponeses ou de estudantes que sempre lhe fizeram oposição. A insatisfação alcançou amplos setores da sociedade paranaense. Na década de 70, o governo foi vencido em todas as eleições majoritárias. Também nas eleições de Novembro de 1982 sofreu contundente derrota. Seu partido, o PDS, passa por contínuos momentos de desagregração interna e a coesão só é mantida à base da corrupção mais voraz.

AS LUTAS SOCIAIS NO PARANÁ

Nos últimos tempos, o movimento social no Paraná se caracterizou por contínuas manifestações que vão das reivindicações mais imediatas por melhores condições de vida e trabalho às de oposição declarada à política do regime. Mas são ainda manifestações isoladas, algumas de grande intensidade e importância, mas que encontram seu freio em suas próprias limitações de consciência e direção política, e de organização.

O **movimento operário** não consegue repetir, desde 1978, greves e manifestações gerais de categorias. Tem recorrido a greves parciais em algumas empresas, especialmente no sul. As categorias que apresentam nível de luta mais intenso são as da construção civil, dos gráficos, dos operários na indústria de papel. Em sua maioria, estas manifestações que chegam à paralisação, exigem o pagamento de salários, melhores salários e alguns protestos contra a demissão massiva numa mesma empresa. Reações constantes ao rebaixamento salarial e à instabilidade no emprego, mas isoladas e de pequeno porte.

É no campo que se travam as lutas sociais mais importantes no Estado hoje. Nele estão se dando grandes transformações de caráter capitalista e aí vive e trabalha a ampla maioria dos trabalhadores paranaenses.

Isto não quer dizer que não haja luta e que ela não possa se expandir e assumir nova qualidade. O certo é que o movimento operário ainda é dirigido por grupos ou forças atrasadas, conciliadoras ou mesmo representativas, majoritariamente, da política do regime. A ampla maioria dos sindicatos operários no Paraná estão sob a direção de pelegos. E alguns sob a direção de elementos sob a influência do reformismo. Este é um freio ao desenvolvimento do movimento operário no Estado. Esta direção sindical tem procurado estabelecer formas de diluição da luta e de conciliação com os interesses das grandes empresas. Para manter sua direção, utilizam-se da tradicional política assistencialista que não encontra, em qualquer categoria da classe operária, resistência ou oposição de uma corrente mais identificada com os reais interesses da classe.

É no **campo** que se travam as lutas sociais mais importantes no Estado, hoje. Compreende-se este fenômeno sabendo-se que na agricultura se baseiam as transformações de caráter capitalista no Estado. E que no campo vivem e trabalham a ampla maioria dos trabalhadores paranaenses. Os que trabalham nas áreas rurais constituem a principal força social no Paraná, pelo número, pela sua atividade na produção e pelas lutas que desenvolvem em contradição com a penetração do capitalismo no campo, seus efeitos, e a progressiva dependência econômica que os submete às determinações do capital estrangeiro.

A principal luta que se desenvolve no campo paranaense é pela posse da terra. Segundo fontes do próprio governo (INCRA-PR), existem no Paraná 270 áreas de tensão social abrangendo 64 municípios. Em luta constan-

te, registram-se 16 casos que envolvem 60 mil pessoas (11.931 famílias) que disputam com latifundiários, grandes empresas e companhias de colonização, 2,1 milhões de hectares. Querem a propriedade definitiva da terra e reagem, inclusive pelo confronto armado, às ameaças de expulsão (veja os quadros).

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Variação na Área de Lavouras 1970 - 75		Participação no Total da Área de Lavouras (%)	
	Variação Absoluta (ha)	Variação Relativa (%)	1970	1975
Menos de 5 ha	110.732	24,1	9,7	6,2
5 a menos de 10 ha	147.675	18,3	17,0	11,6
10 a menos de 20 ha	87.048	7,7	22,9	17,7
20 a menos de 50 ha	192.097	17,6	23,1	22,8
50 a menos de 100 ha	235.394	58,5	8,5	11,3
100 a menos de 200 ha	232.394	82,9	5,9	9,1
200 a menos de 500 ha	262.176	88,8	6,3	10,0
500 a menos de 1000 ha	115.575	80,4	3,0	4,6
1000 ha a mais	211.724	129,8	3,4	6,7
TOTAL	908.929	19,3	100,0	100,0

FONTE: IBGE — Censo Agropecuário do Paraná 1970-1975

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREAS DE LAVOURA NO PARANÁ

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970			1975		
	ESTABELECIMENTO		ÁREA DE LAVOURAS	ESTABELECIMENTO		ÁREA DE LAVOURAS
	Nº	%		Nº	%	
Até 50 ha	513.897	92,7	72,8	431.814	90,3	58,4
50 ha e mais	40.591	7,3	27,2	46.639	9,7	41,6

FONTE: IBGE — Censo Agropecuário do Paraná 1970-1975

Hoje, no campo paranaense, temos um grande contingente de assalariados rurais.

Um proletariado rural que se vai forjando sob as condições de superexploração pelas grandes empresas de produção agrícola. Iniciam movimentos por melhores condições de vida e trabalho, pela organização própria em defesa de seus interesses, inclusive pelo acesso à terra. Os mais destacados destes movimentos estão localizados nas grandes concentrações de trabalhadores, no Norte e no Oeste do Paraná. Tivemos greves recentes nestas duas regiões.

No Oeste, onde milhares de pequenos proprietários rurais foram submetidos ao assalariamento num processo mais recente, ainda em curso, surgem movimentos organizados que reivindicam o acesso à terra, a reforma agrária. O mais significativo desses movimentos é o MASTRO — Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste do Paraná, que vem reunindo em assembléias milhares de trabalhadores.

Do ponto de vista da direção política, estes movimentos no campo paranaense estão sob a direção ou influência também de correntes atrasadas e reformistas, com destaque para a participação de organizações sob a influência direta da Igreja. Mesmo ali onde se observa a presença das formas mais avançadas de luta, prevalecem as perspectivas mais atrasadas do ponto de vista político, que submetem à expectativa de justiça do governo a solução para os confrontos.

O campo é fértil, produz choques importantes. Falta a direção política daquela que deve ser a força dirigente do processo como um todo — a classe operária e seus instrumentos de direção, para dar a estas lutas o sentido que devem alcançar a fim de que se convertam em força de transformação.

No plano dos movimentos da **pequena burguesia,** destaca-se o **movimento dos professores,** que demonstra contínua combatividade. Este movimento, entrando anualmente em greve, tem marcado o movimento social em geral pelo seu alto grau de contestação e utilização das formas de luta mais radicais. No entanto, aqui também se observa a contradição entre a combatividade de seus participantes e a direção política insuficiente, caracterizada pela presença de dirigentes atrasados, pelegos, na direção da entidade dos professores. Na base, uma disposição constante de luta por melhorias salariais e de condições de trabalho. Na cúpula da entidade dirigente, um grupo político cujo esforço principal é o de reduzir esta luta ao nível mais baixo da reivindicação das massas. Esse grupo, por seu trabalho organizador, sua tradição no movimento, mantém a confiança e o controle político da maioria. Controle que só perdeu nos momentos em que a própria luta determinou a sua radicalização. A ausência de uma corrente mais avançada no seio da massa, com disposição ao trabalho paciente de elevação do nível político da categoria, tem determinado a derrota e o isolamento de setores mais conseqüentes que, por seus métodos e pela sua prática, ainda não conseguiram conquistar apoio mais significativo. No recente confronto eleitoral, de renovação do órgão dirigente da entidade, constituíram uma frente e foram derrotados pelos dirigentes tradicionais no pleito geral. A experiência mostrou que ali onde se desenvolve um trabalho mais correto de relações com a massa, foram conquistadas vitórias significativas e inclusive o controle de núcleos regionais.

Estamos diante de um quadro que apresenta como traço mais relevante a luta dos diversos segmentos da sociedade. O pano de fundo é a crise econômica, social e política.

As **demais categorias** de profissionais da pequena-burguesia têm-se manifestado esporadicamente pelas suas reivindicações específicas, revelando a insatisfação que as acompanha e ao mesmo tempo a baixa capacidade de reação diante do quadro a que estão submetidas.

O **movimento estudantil universitário,** vem exigindo de seus principais dirigentes uma autocrítica que possibilite a retificação de uma prática de direção que lhe retirou as características de forte movimento de massas. Esta experiência específica demonstra que deter a direção das entidades que organizam a massa não é o suficiente do ponto de vista da aplicação de determinada política. Nas últimas manifestações mais importantes, observamos que a disposição de luta das massas é grande. E elas chegaram a ditar a continuidade do processo de luta contra a avaliação imperfeita de seus setores mais avançados.

O certo é que estamos diante de um quadro que apresenta como traço mais relevante a luta dos diversos segmentos da sociedade. O pano de fundo é a crise econômica, social e política que agrava os efeitos de um violento processo de transformação da sociedade paranaense nos últimos anos.

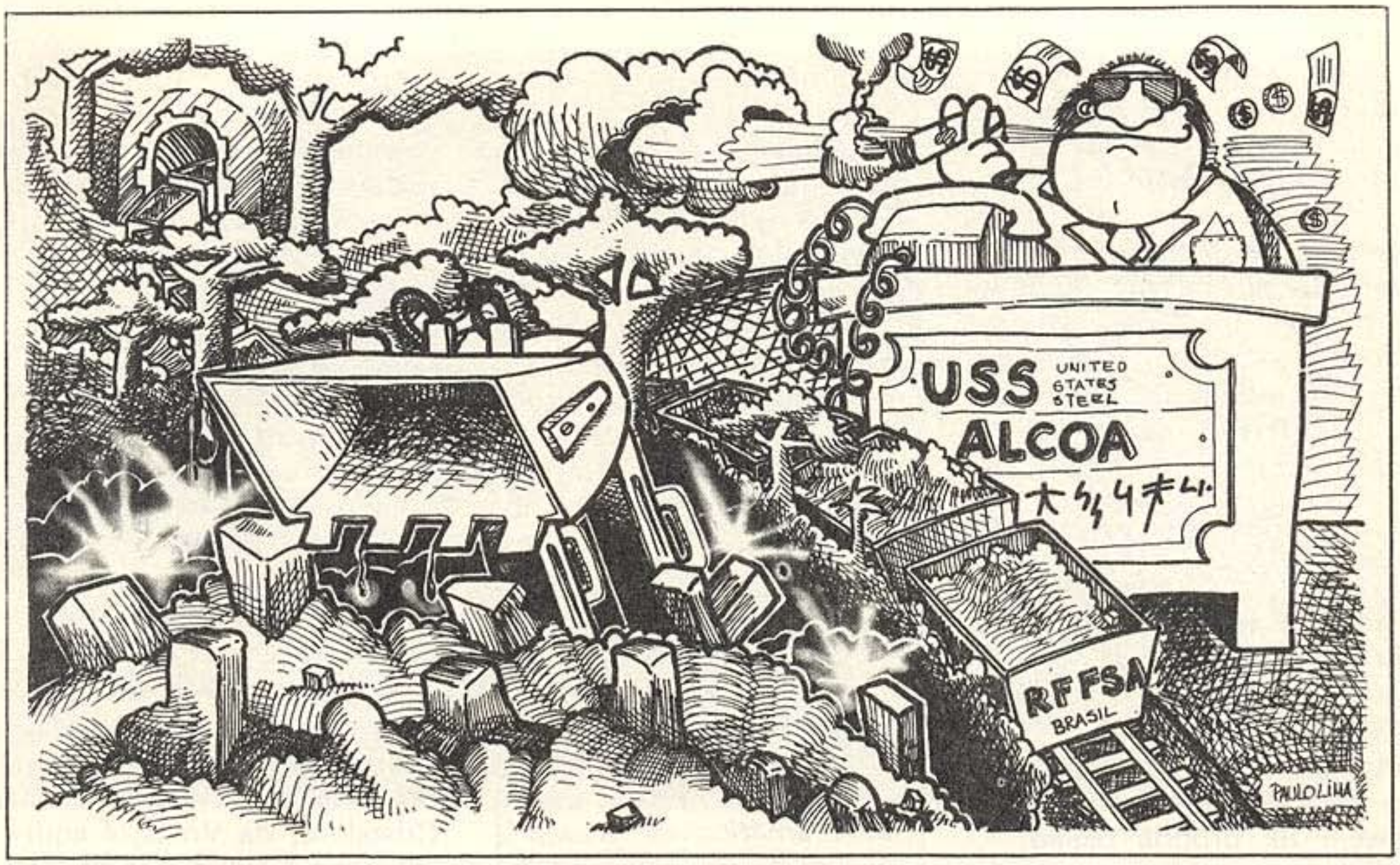


Ilustração Paulo Lima.

Carajás — Exploração e Entreguismo

JAIME SAUTCHUK*

Com abundância de dados, o autor põe a nu os objetivos do governo, urdidos com os monopólios estrangeiros, visando entregar Carajás.

Assistimos hoje, no Brasil, a um festival de entreguismo jamais visto na história do País. O Governo dos militares recorreu ao Fundo Monetário Internacional para obter recursos, dando em troca um liberalismo ainda maior nos cuidados com a evasão de capitais, levados pelas empresas estrangeiras, e jogando sobre os trabalhadores uma política de mais arrocho. E a dívida externa já ultrapassou a barreira dos US$ 100 bilhões. Enquanto isso, continua-se tramando, por debaixo do pano ou descaradamente, fórmulas falsas de pagar essa dívida.

Uma dessas fórmulas mágicas é a do Projeto Grande Carajás, não raro apresentado como o empreendimento de "salvação do Brasil", por aqueles que o querem rapidamente implantado. No entanto, todas as evidências levam a um só caminho: a exploração das riquezas naturais da região do Araguaia/Tocantins,

* *Jaime Sautchuk — Jornalista e escritor radicado em Brasília.*

da forma em que foi planejada e já está em execução, só fará aumentar a dívida externa do Brasil e colocará sobre o controle do capital estrangeiro uma das maiores províncias minerais do mundo. De quebra, o **Carajazão**, no conjunto dos seus subprojetos, oferece sérios riscos ao meio-ambiente da Amazônia Oriental.

ASSALTO PREMEDITADO

Com certa freqüência, vemos a questão da Amazônia brasileira ser tratada de forma romântica, de defesa do "verde pelo verde". Em outros casos — especialmente o de alguns intelectuais que vivem na própria região — afirma-se que o assunto só pode ser tratado com o rigor necessário por habitantes daquela região. Os dois enfoques são visivelmente incorretos. O primeiro, porque é reacionário, por ser contra o progresso sem fazer distinção entre o desenvolvimento que atende aos interesses do povo brasileiro e aquele que apenas satisfaz ao imperialismo e seus aliados internos. O segundo, porque restringe a questão a seus aspectos regionais. Não leva em conta que a ocupação da Amazônia, na forma "planejada" pelo regime militar, é antinacional e, portanto, contrária aos interesses de todo o povo brasileiro, que pode e deve levantar, em uníssono, sua voz em oposição a essa política.

Não há dúvidas, entretanto, de que o processo de exploração da Amazônia em curso não dá atenções à manutenção do equilíbrio ecológico da região. O solo da Amazônia é, em grande parte, um solo pobre, arenoso. Em várias áreas, já se observa o efeito dramático da erosão que as torna inaproveitáveis. Já em fevereiro de 1976, o jornalista Lúcio Flávio Pinto citava o caso de rios, como o Gurupi e o Caeté, que em curto espaço de tempo deixaram de ser navegáveis, como decorrência do desmatamento(1). Também é de alguns anos a constatação da mudança no regime de chuvas em partes da Amazônia.

> *O solo da Amazônia é, em grande parte, um solo pobre, arenoso. Em várias áreas já se observa o efeito dramático da erosão que as torna inaproveitáveis.*

Experiências do passado, como a do Noroeste do Paraná, onde a erosão é hoje um problema grave, não são levadas em conta. Nenhum novo projeto implantado na Amazônia é precedido de estudos científicos criteriosos e as conseqüências do desmatamento de vastas áreas contínguas de florestas, incluindo as proximidades de cabeceiras de rios, são imprevisíveis. O processo de ocupação da região, no entanto, resume-se a um assalto premeditado e indiscriminado às suas riquezas, sem atentar-se para nenhum outro aspecto.

A partir de 1965, quando o **Hudson Institute**, dos Estados Unidos, fez o primeiro levantamento aerofotogramétrico da região e foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foram sendo fixadas condições favoráveis aos grandes investimentos na Amazônia. De um modo geral, grandes empresas apossam-se, a preços irrisórios, de vastas extensões de terra e nelas investem pouco ou nenhum capital próprio. A principal fonte de recursos é a própria SUDAM, que administra o sistema de incentivos fiscais para a região. Grupos estrangeiros, da Volkswagen ao Barclays Bank, beneficiam-se dessas facilidades, detendo enormes extensões de terra. Só a fazenda Vale do Rio Cristalino, da Volks, é equivalente a 1.400 glebas de 100 hectares. A preços de 1974, quando foi aprovado esse projeto, a multinacional recebeu Cr$ 116,4 milhões de incentivos fiscais e investiu Cr$ 38,8 milhões em recursos próprios.

O caso mais típico de incentivos e favorecimentos, porém, é o do Projeto Jari, do americano Daniel Ludwig. O projeto de reflorestamento, produção de celulose e papel, de arroz e exploração mineral do Jari ficou isento de quase todos os impostos, inclusive o de importação de máquinas e equipamentos, além de se beneficiar dos incentivos da SUDAM. Durante a fase mais intensa de implantação, o Jari acumulou uma dívida externa, com aval do governo brasileiro, de US$ 526 milhões, que à época representava um por cento do total da dívida do Brasil no exterior. Mais recentemente, o Jari foi "nacionalizado", no que se refere ao projeto de

(1) Artigo publicado na imprensa do Pará e reproduzido no livro "Amazônia - O Anteato da Destruição". (Gráfica, Belém, 1977)

papel e celulose, sendo transferido para um consórcio de empresas, que têm à frente o Grupo Azevedo Antunes, enquanto o Banco do Brasil assumiu sua dívida. Por duas razões, porém, o projeto continuou sendo controlado por Ludwig: primeiro, porque Azevedo Antunes é seu velho sócio e testa-de-ferro no Brasil; segundo, porque Ludwig continuará tendo uma participação de cinco por cento nos lucros até o ano 2014.

A maior parte das reservas de minérios conhecidas na Amazônia também está sob o controle de grandes grupos econômicos, na maioria estrangeiros, embora algumas sejam da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa estatal, como é o caso da hematita (minério de ferro) da Serra dos Carajás. As principais reservas de minérios estratégicos, como a bauxita, no entanto, estão em mãos estrangeiras.

A QUEM INTERESSA O CARAJÁS?

O ferro da Serra dos Carajás foi descoberto em 1967, pela CVRD, que logo iniciou negociações para associar-se à Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel, para uma possível exploração conjunta das reservas. Em 1970 foi criada a Amazônia Mineração S.A. (AMZA), com capital dividido entre a CVRD (50,9%) e a Meridional (49,1%), submetendo-se com isso o próprio cronograma de exploração das reservas aos interesses do grupo americano. O projeto ficou parado até que, em 1977, a CVRD comprou de volta a parte da Meridional pela quantia de US$ 50 milhões, embora a AMZA pudesse ser considerada uma empresa fantasma.

Ao longo dos anos, pesquisas geológicas feitas na região, especialmente pela Docegeo, subsidiária da CVRD, registraram a ocorrência de outros minérios, em abundância. Logo Carajás passou de uma reserva de minério de ferro cuja viabilidade econômica de exploração causava polêmicas a uma das maiores províncias minerais do mundo. Sem contar a área de minério de ferro, a CVRD investiu, de 1971 a 1980, US$ 112,3 milhões em pesquisa geológica. Na região de Carajás, foram descobertas jazidas de manganês (60 milhões de ton.), bauxita (50 milhões de ton.), níquel (125 milhões de ton.), estanho (100 mil ton.), ouro (300 ton.) e vários outros, como cassiterita, prata, zinco, cromo e chumbo, cuja dimensão ainda não foi precisada.

Em 1980, seguindo a mesma linha de grandes projetos e obras faraônicas, o Governo elaborou o Programa Grande Carajás, ou **Carajazão**, como passou a ser chamado. Em verdade, o projeto extrapolou a exploração mineral e passou a ser um "plano global de desenvolvimento para a Amazônia Oriental", como o definiu o empresário Sérgio Quintella[2], um de seus defensores. A concepção geral do projeto saiu do Ministério do Planejamento, sob a batuta do ministro Delfim Netto, e desde logo foi alvo de veementes críticas vindas de diversos setores da sociedade, incluindo empresários, cientistas e partidos políticos.

(2) Sérgio Quintella é presidente da Internacional Engenharia e ocupou o mesmo cargo no projeto Jari, por indicação de Azevedo Antunes.

"Dentro do quadro atual, a participação de empresários nacionais em Carajás só pode ser simbólica. Esse patrimônio é de importância estratégica para o Brasil construir sua independência, mas o nosso problema não é mobilizar intensa e urgentemente esses recursos. A questão é mobilizá-los de acordo com a nossa capacidade, de acordo com um projeto a longo prazo, a serviço dos interesses da Nação". (Severo Gomes, senador do PMDB)

Na área empresarial, a mais potente voz levantada contra a execução do projeto, nos moldes e no cronograma previstos, foi a de Antônio Ermírio de Morais, superintendente do Votorantin, o maior grupo privado nacional. O eixo central do posicionamento desse empresário é o de que as dimensões dadas ao projeto fazem com que ele seja acessível apenas aos capitais estrangeiros. Luiz Dutra Câmara, diretor da Companhia Brasileira de Alumínio, subsidiária do Votorantin, afirmou em entrevista à **Folha de São Paulo**, em 31 de agosto de 1982:

— O governo está vendendo uma coisa que não é dele. O minério de Carajás pertence à Nação e o governo não pode negociá-lo dessa maneira, sem nenhum sentido eco-

nômico. Isso é uma barbaridade.

O empresário, ex-ministro da Indústria e do Comércio e atual Senador Severo Gomes (PMDB-SP), em entrevista ao mesmo jornal, afirmou:

— Dentro do quadro atual, a participação de empresários nacionais em Carajás só pode ser simbólica. Esse patrimônio mineral é de importância estratégica para o Brasil construir sua independência, mas o nosso problema não é mobilizar intensa e urgentemente esses recursos. A questão é mobilizá-los de acordo com a nossa capacidade, de acordo com um projeto a longo prazo, a serviço dos interesses da Nação.

O cientista José Walter Bautista Vidal, ex-secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, em artigo intitulado "Domínio do Subsolo, Uma Questão de Soberania", publicado pela **FSP**, escreveu: "Devemos reconhecer que será difícil pensar-se em real desenvolvimento quando os recursos não-renováveis nacionais estiverem comprometidos com a manutenção dos níveis de consumo das sociedades desenvolvidas". E vai mais além: "As condições em que essas decisões têm surgido, sem o referendo nacional, podem dificultar futuramente o cumprimento dos compromissos agora assumidos".

Em setembro de 1981 foi realizado em Brasília o simpósio "Alternativas para Carajás", organizado pelo senador Henrique Santillo (PMDB-GO), em que foram levantadas críticas aos diversos aspectos do **Carajazão**, partidas inclusive do ex-ministro Reis Velloso, do Planejamento. No mês seguinte, um documento da Direção Nacional do PMDB defendia a inconstitucionalidade do decreto-lei 1813, que criou incentivos fiscais especiais para os investimentos em Carajás.

PAGAR OU AUMENTAR A DÍVIDA?

Apesar dos protestos, no entanto, os militares e tecnocratas entreguistas empoleirados no Poder continuam a tocar o projeto normalmente. A administração do projeto global saiu das mãos da CVRD e passou para um Conselho Interministerial criado para este fim, cujo primeiro secretário foi o empresário Oziel Carneiro, que deixou o cargo para candidatar-se pelo PDS ao governo do Pará, sendo derrotado. Tanto ele quanto o secretário que o substituiu, Nestor Jost, afirmaram mais de uma vez terem recebido orientação para tocarem o projeto o mais rapidamente possível. Os setores mais velozes têm sido os de minério de ferro, que inclui uma ferrovia de 900 quilômetros ligando a Serra dos Carajás a Ponta da Madeira (Maranhão) e um porto; e os complexos de alumínios de São Luiz (Maranhão) e Barcarena (Pará).

A CVRD ficou com a parte menos nobre do **Carajazão**, que é a da exploração do minério de ferro, e com a construção da ferrovia e do porto, cujas obras estão andando normalmente, segundo a empresa. Os investimentos previstos inicialmente para essas obras são de US$ 3,6 bilhões, assim divididos: pelo menos US$ 1 bilhão em empréstimos externos diretos à CVRD, de US$ 1 bilhão a US$ 1,5 bilhão em empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o restante de diversas outras fontes, incluindo algum capital próprio da empresa.

No entanto, ocorre que o financiamento do BNDE deverá ser, total ou parcialmente, simples repasse de empréstimos externos (o Banco não discrimina a origem do capital ao emprestá-lo). Além disso, os recursos vindos de "outras fontes" incluem vendas antecipadas de minério de ferro no mercado externo. Este tipo de negócio consiste em vender o produto a preços especiais para entrega futura, recebendo o pagamento no ato da venda. Por implicar em pagamento de uma taxa, a venda antecipada representa um financiamento externo, embora não seja incluída no total da dívida externa.

A CVRD tomou para si a custosa tarefa de criar a infra-estrutura de transportes (ferrovia e porto) para favorecer os capitais estrangeiros. A empresa multinacional explora o minério em algum país e o exporta **in natura** *para o seu país-sede, onde a própria empresa o processará (não raro exportando o produto final ao país de origem do minério).*

Em outras palavras, isto tudo quer dizer que a CVRD está fazendo essas obras de viabilização técnica da exploração de minério com a maior

parte dos recursos obtidos em fontes externas. E não se sabe de onde é que a empresa estatal vai obter o retorno desse capital, já que o minério de ferro, que em 1956 era exportado a US$ 26 por tonelada, só conseguiu ultrapassar a barreira dos US$ 20 por tonelada em 1982, com tendência a estabilizar nessa faixa de preços. A óbvia conclusão a que se chega, então, é a de que a CVRD tomou para si a custosa tarefa de criar a infra-estrutura de transportes (ferrovia e porto) para facilitar a implantação de outros empreendimentos que, pelo que tudo indica, estarão sob o controle de capitais estrangeiros(3).

A CVRD estará, assim, repetindo sua interessante história. A empresa foi criada em 1942 com o propósito de desenvolver o Vale do Rio Doce, em Minas e Espírito Santo. Um dos ex-presidentes da empresa, Fernando Roquette Reis escreveu, em artigo publicado pelo **Jornal do Brasil**, em 22 de fevereiro de 1981: "A CVRD tem quase quatro décadas de experiência em como não desenvolver uma região". Mais adiante, arremata: "(. . .) a alta direção da CVRD dificilmente escapará ao destino de só extrair e transportar minério de ferro nesse novo túnel (a ferrovia Serra dos Carajás/ Ponta da Madeira)". As reservas de ferro em Carajás somam 17,8 bilhões de toneladas e a empresa pretende exportar 50 milhões de toneladas anuais, a partir de 1985.

A QUESTÃO DO ALUMÍNIO

Os investimentos da CVRD para explorar o ferro de Carajás, pelas previsões iniciais, superam em algumas centenas de milhões de dólares os da implantação do campo petrolífero de Prudhoe Bay, no Pólo Norte, se não contarmos o oleoduto lá construído. Para o economista americano Michael Tanzer(4), que foi alto funcionário da Esso, os maiores problemas de um projeto mineral estão no seu estágio de implantação, durante o qual podem ocorrer quatro imprevistos: o minério pode não ser tão abundante, o custo de produção pode revelar-se mais elevado, os investimentos podem ser maiores do que o esperado e os preços do produto no mercado podem não seguir uma tendência desejada. No caso de Prudhoe Bay, que levou dez anos para ser implantado, o empreendimento deu certo, segundo Tanzer, porque as reservas eram de fato de 9,6 bilhões de barris de petróleo e, principalmente, porque os preços do produto no mercado internacional cresceram rapidamente. O projeto da CVRD, que levará sete anos para ser implantado, poderá não ter a mesma sorte simplesmente por tratar-se de minério de ferro e não de petróleo.

Pela estratégia utilizada pelas grandes companhias multinacionais do setor mineral, pode-se assegurar que nenhuma delas faria o que a CVRD está fazendo em Carajás — o que, obviamente, não quer dizer que se alguma delas o fizesse seria bom para o Brasil. Demonstra apenas o quanto a empresa estatal brasileira está sendo útil aos gaviões estrangeiros, que obviamente se interessam pelo filé-mignon de Carajás. No capitalismo monopolista, segundo Michael Tanzer, a questão do risco adquire maior importância no campo mineral do que em outros setores. O casamento perfeito entre o aumento dos lucros com a redução dos riscos é o segredo das grandes companhias mineradoras.

A principal tática dos grandes cartéis do setor mineral sempre foi a de controlar e explorar o maior volume de minério possível em todo o mundo e agregar a ele o menor valor possível. Em outras palavras, sempre que possível e economicamente interessante, a empresa multinacional explora o minério em algum país e o exporta **in natura** para o seu país-sede, onde a própria empresa o processará (não raro exportando o produto final ao país de origem do minério). No entanto, ao longo dos anos, essas grandes empresas adaptaram-se às novas condições surgidas. E esse é um aspecto fundamental para quem quiser entender a concepção do **Carajazão**.

Vários ministros (Delfim Netto, Cesar Cals, Camilo Penna, por exemplo) têm repetidas vezes dito que é uma conquista do Governo brasileiro o fato de multinacionais estarem implantando no Bra-

(3) A exploração de jazidas de outros minérios nas proximidades da Serra de Carajás e a implantação de projetos agropecuários de grande porte ainda estão para serem definidos, embora sejam previstos investimentos globais de mais de US$ 60 bilhões.

(4) Em seu livro "The Rale for Resources — Continuine Streuggles Over Mineral and Fuels" (Monthly Revew Press, Nova Iorque).

sil indústrias de processamento de bauxita (minério de alumínio). Não se poderia, segundo esses porta-vozes, dedicar aos projetos de alumínio em implantação em São Luíz do Maranhão e no Pará, as mesmas críticas que se faz à Bethlehem Steel (americana), que, em associação com o grupo Azevedo Antunes, há mais de 20 anos suga à exaustão o manganês da Serra do Navio, no Amapá, e o exporta. No entanto, trata-se apenas de mais uma tentativa de "vender" uma idéia falsa sobre os verdadeiros objetivos do Projeto Grande Carajás.

A disputa pelo controle de reservas minerais, especialmente na área dos metais não-ferrosos, continua tão intensa quanto era décadas atrás. Na obra já citada, Michael Tanzer afirma: "Uma vez que uma boa reserva mineral é descoberta (. . .), a empresa que a encontrou faz o que pode para evitar que outras encontrem reservas semelhantes". Uma vez de posse da reserva, a empresa a utiliza da forma que mais a interessa. É muito comum a prática do que se chama de "sentar na mina" — ou seja, a empresa segura reservas às vezes décadas sem explorar e sem deixar que outros o façam.

Em 1967, Daniel Ludwig obteve do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a concessão de vinte áreas de bauxita na região dos rios Trombetas e Paru, próximo do Projeto Jari. A intenção de Ludwig era a de ingressar no fechado setor do alumínio, controlado pelo cartel das Seis Irmãs (Alcoa, Alcan, Péchiney, Kaiser, Reynolds e Alusuisse)[5]. O empresário ficou "sentado" nas reservas até 1980, quando decidiu vendê-las à Aluminium Company of America (Alcoa), também americana, numa transação nebulosa autorizada pelo Ministério das Minas e Energia. Já à época, o presidente da Alcoa no Brasil, Alain Belda, afirmou que não era do interesse da empresa "a exploração imediata" das reservas que acabava de adquirir.

Os cartéis minerais fazem o que for preciso para controlar reservas. Em alguns casos, mantém truculentas ditaduras militares. Em outros, preferem modos mais "civilizados", como o de fazer associações com governos locais e controlar reservas através dos estatutos da empresa que é criada. Esse é o caso, por exemplo, do Projeto Trombetas, considerado integrante do Grande Carajás, embora situe-se à margem norte do rio Amazonas. As reservas do Trombetas estavam com a Alcan até 1974, quando a CVRD resolveu associar-se à multinacional canadense para explorar a bauxita ali existente.

A Mineração Rio do Norte (MRN), até então de propriedade da Alcan, passou a ter a seguinte composição acionária: CVRD (48,9%), Alcan (20,2%), Companhia Brasileira de Alumínio (10,6%), Shell (5,3%) e Reynolds, Norsk Hydro e Aluesa (15,0%). A MRN passava, assim, a ter 59,5% de capital nacional, se somadas as partes da CVRD e da CBA (Grupo Votorantin). Na prática, porém, é a Alcan e demais sócios estrangeiros que controlam a empresa, já que, pelo acordo de acionistas que a CVRD concordou em assinar, qualquer decisão de maior importância só pode ser tomada com a aprovação de mais de 75% (em alguns casos 90%) do capital votante, inclusive alterações de preços do minério[6]. E pior: a CVRD utilizou-se de recursos externos para integralizar sua parte na MRN[7].

As reservas de bauxita de Paragominas, no Pará, estavam, até 1977, em boa parte, em mãos da CVRD, de um lado, e do grupo inglês Rio Tinto Zinc, de outro. Naquele ano, porém, a Vale associou-se minoritamente à RTZ na Mineração Vera Cruz, atrelando a utilização de suas reservas aos interesses da multinacional. Com os acordos de Trombetas e Paragominas, não há risco da CVRD sequer tentar entrar no mercado mundial de bauxita ou processar o minério por conta própria. O cartel das Seis Irmãs, do qual a RTZ participa através da sua associada Péchiney, ficou muito satisfeito com a estatal brasileira.

Quanto ao processamento do minério, produzindo alumina e alumínio em solo brasileiro, a coisa não é diferente.

---

(5) As seis irmãs, juntas, controlam perto de 60% da mineração, 70% da produção de Alumina e 60% da produção de Alumínio Metálico do mundo.

(6) O fato foi denunciado pelo jornalista Marcos Dantas, em tese apresentada no I Congresso de Defesa da Amazônia, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1980.

(7) No livro já citado, ao fazer breve referência ao Brasil, Michael Tanzer afirma, após dar a composição acionária do projeto trombetas: "(...) portanto, pelo menos em termos de propriedade, o projeto não é dominado por capital americano."

Como se sabe, o alumínio é obtido através de um processo eletrolítico que o separa do óxido de alumínio (alumina). Assim, as duas matérias-primas básicas, de igual importância, para a fabricação desse metal são a bauxita (nome dado a qualquer minério com teor mínimo de 32 por cento de alumina) e energia elétrica. Para qualquer multinacional seria, como sempre foi, fácil extrair o minério no Brasil (ou na Jamaica, Guiana, Suriname, Guiné e Austrália) e processá-lo em seu país-sede. Mas teria, então, que enfrentar os altos custos dos 16 mil quilowatts/hora de energia gastos na produção de cada tonelada de metal. Por isso, a indústria de alumínio tem seguido duas tendências, quanto à localização: uma, secundária, que busca os países do Oriente Médio, para utilizar energia termoelétrica (obtida do gás natural); outra, a principal, que prefere os países que tenham energia de fonte hídrica abundante e barata. Este é o caso do Brasil. Além disso, elas fogem de rígidas legislações de controle da poluição, já que se trata de uma das indústrias mais poluentes.

Os cabos de alta tensão que vão transportar a energia produzida em Tucurui, no Pará, passam por cima de casas de caboclos, camponeses e comunidades inteiras que nem sonham com luxo maior do que lamparina de querosene. As indústrias Albrás, no Pará, e a da Alcan, em São Luiz, serão responsáveis sozinhas por 20 por cento da energia a ser gerada pela hidrelétrica de Tucurui, segundo Nestor Jost informou em entrevista à revista **Veja**. As obras da usina estão sendo tocadas, em grande parte, com recursos externos. E o mais grave é que o Governo, em portaria assinada em 13 de agosto de 1979 pelo ministro Cesar Cals, autorizou a Eletronorte a vender a energia a um preço 15 por cento inferior ao normal, para as indústrias de alumínio que se instalarem na Amazônia.

É por essa razão, em particular, que o Japão, que teve de reduzir a quase a metade sua produção de alumínio nos últimos anos, por causa dos custos da energia, resolveu produzir o metal em outros países: Venezuela, Indonésia e Brasil. Aqui, um consórcio de empresas japonesas formou a Nippon Amazon Aluminium Co. (Nalco), que se associou à Valenorte, subsidiária da CVRD, no Projeto Albrás/Alunorte. Sua produção, de 320 mil toneladas anuais de alumínio, será metade colocada no mercado interno e o restante exportado para o Japão. Como os americanos, ingleses e canadenses, os japoneses, embora detendo 49 por cento do empreendimento, terão direito a veto em questões importantes e, de quebra, garantiram num acordo assinado com a CVRD que o preço do metal exportado para o Japão seja inferior ao do vendido no Brasil.

O caso do alumínio é bastante elucidativo e pode servir de referência para o tratamento que o regime militar pretende dar aos outros setores do **Carajazão**, ainda em fase de estudos e negociações. Trata-se, portanto, de um projeto tocado autoritariamente, contrário aos interesses nacionais e um verdadeiro ultraje às aspirações do povo brasileiro. É uma questão que merece um combate vigoroso e permanente de todos os setores democráticos e populares.

Mapa da região de Carajás e sua localização no Brasil

Graciliano Ramos e a Constituinte

Graciliano Ramos retratado por Portinari

No ano de 1945 o povo estava nas ruas exigindo a redemocratização do Brasil. O nazi-fascismo fora derrotado na segunda guerra mundial e abriam-se perspectivas em escala planetária para o avanço da democracia. O Estado Novo de Getúlio vivia os seus últimos dias. A constituição outorgada em 10 de Novembro de 1937 deveria ser substituída por outra que correspondesse aos anseios democráticos dos brasileiros. A palavra de ordem de uma nova Constituição tomou conta de todos os setores democráticos organizados. E a exigência da convocação de uma constituinte que elaborasse uma nova carta capaz de ordenar juridicamente a sociedade civil que saía da ditadura sensibilizou as camadas mais representativas da consciência política nacional.

A intelectualidade democrática neste contexto tomou posição aberta a favor da convocação de uma constituinte livre e soberana, através da qual aquelas garantias que a carta outorgada em 37 tirara ao povo brasileiro fossem a ele restituídas. Escritores, cientistas, artistas, representantes de todos os setores da intelectualidade uniram-se às demais classes e camadas que clamavam e exigiam uma nova Constituição. À frente deles estava a intelectualidade comunista que, juntamente com membros das demais tendências políticas, liderava a luta pela convocação de uma constituinte livre e soberana.

Não ficou indiferente a este movimento o grande romancista e escritor Graciliano Ramos. Como militante e democrata participou ativamente da campanha de convocação de uma constituinte que desse ao povo brasileiro uma nova Constituição. Em várias ocasiões e oportunidades manifestou-se publicamente sobre o assunto. O texto que transcrevemos abaixo foi lido por ele em uma dessas manifestações. Pela sua coerência política e oportunidade resolvemos transcrevê-lo para conhecimento dos leitores. Um texto que tem atualidade absoluta em face da nossa atual situação política e da necessidade de reencontrarmos a legalidade democrática que nos foi tirada pela ditadura militar.

Clóvis Moura *

* *Clóvis Moura; Presidente do IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas). Autor de diversos livros sobre História.*

Senhoras
Senhores
Camaradas.

Exigimos uma Assembléia Constituinte livremente eleita — é preciso dizer isto, repetir isto sempre, em todos os recantos do País. Esta reclamação impõe-se, entra nas consciências, e os políticos que a princípio desejavam a Constituinte, e depois não a desejavam, começam a desejá-la de novo, mas de maneira singular: como dádiva de um presidente escolhido na vigência de leis que se fazem, desfazem, refazem, voltam a desfazer-se. Louvam um presente, coisa outorgada, ouço mais ou menos a reprodução do que sucedeu em 1.937, com mais aparato, máscara de legitimidade.

É contra isso que protestamos. Descontenta-nos a idéia de, encobertos nos remendos da carta mais fascista ainda existente, remendos cada vez mais encolhidos e esgarçados, eleger um ditador, confiantes nesta promessa generosa: receberemos aquilo que de fato nos pertence. Realmente, se nos falta uma Constituição, se a que nos rege é apenas um simulacro de Constituição, só poderemos eleger um tirano, e nenhuma vantagem haverá nisso, embora ele seja a melhor das pessoas, absolutamente digna. Se aceitássemos tal arranjo, ficaríamos a depender dessa estranha magnanimidade, a depender de um indivíduo, situação que a experiência nos diz ser por todas as razões inconveniente. Que nos alvitra um dos candidatos?

— Escolham-me, e eu permitirei que a Câmara edifique uma espécie de lei básica.

Mas donde vem essa linguagem? Estamos cansados de ouvir salvadores vaidosos que nos trituram a paciência, nos amolam com o pronomezinho irritante: **eu, eu, eu, eu.** Não temos a ingenuidade necessária para confiar nos messias que se arrogam o direito de conduzir as massas arbitrariamente e nos concedem liberalidades no papel e em discursos, arengam com outros messias, uma lavagem pública de roupa suja, como se tivéssemos interesse em remexer mazelas pessoais, e não nos entendem, não nos conhecem, nunca nos entenderão e nunca nos conhecerão. Afastaram-se em demasia de nós, nem percebem que acumulamos decepções sobre decepções, anos, séculos de decepções, e vêm repisar-nos cantigas velhas, caducas, sugeridas por um individualismo estreito e mesquinho.

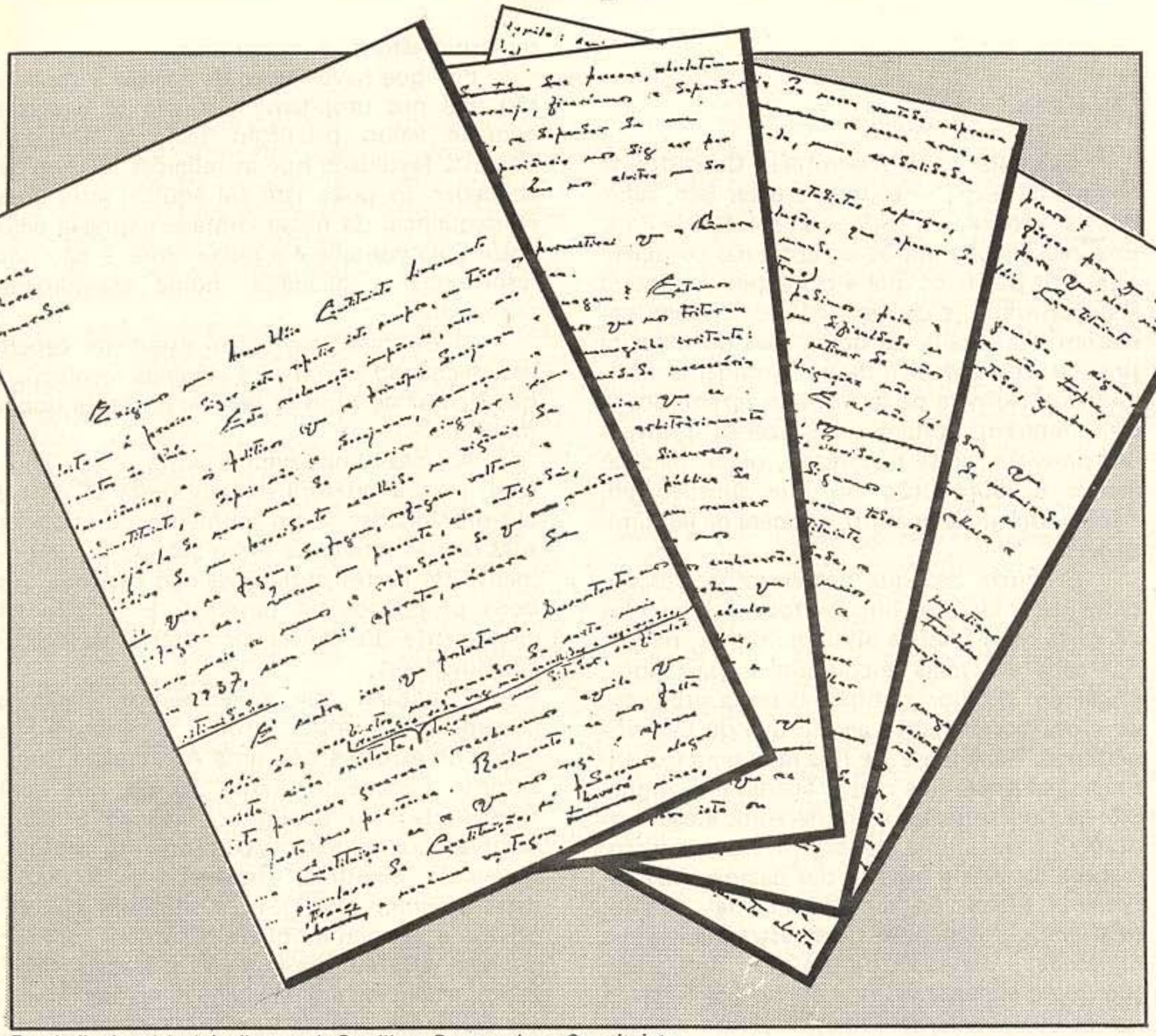
Por que haveríamos de aceitar a concessão que nos propõem? Ela não se basearia naquele velho privilégio real, já ninguém possui a faculdade que as religiões criaram de conceder ao povo isto ou aquilo: seria uma conseqüência da nossa vontade expressa pelo voto. Esta vontade é a nossa arma, e não nos resolvemos a aliená-la, numa credulidade talvez fatal.

— Eu farei, asseveram estadistas capengas, fechando os olhos a algumas revoluções, que apesar de tudo se realizaram neste pobre mundo.

A nossa linguagem é outra. Nada pedimos, pois a criatura mais honesta se achará em dificuldades se no momento de saldar as suas contas estiver de mãos vazias. O cumprimento de certas obrigações não depende dos bons propósitos do devedor. E aí não há exatamente dívida: há uma oferta, de execução duvidosa.

É natural que a recusemos, digamos claramente o nosso intuito. Empregaremos todos os esforços por uma Assembléia Constituinte livremente eleita. Só ela nos dará tranquilidade, a paz que a reação procura estorvar por vários meios, forjando intrigas, semeando mentiras, estabelecendo a desordem, fingindo corrigi-la e atirando nos espíritos o gérmen de novas desordens, porque é dessas desarmonias que vive a reação. Desejamos trabalhar em sossego, livres das ameaças estúpidas que há dez anos tornaram isto uma senzala. O nosso pequenino fascismo tupinambá encheu os cárceres e o campo de concentração da Ilha Grande, meteu neles sujeitos inofensivos, até devotos do padre

Graciliano Ramos



Fac-simile *do original do discurso de Graciliano Ramos sobre a Constituinte.*

Cícero, gente de penitência e rosários, pobres seres tímidos que nos perguntavam com surpresa verdadeira:

— Por que é que estamos presos?

Usaremos todas as nossas forças para que essas infâmias não se repitam. E para que elas não se repitam, exigimos uma Assembléia Constituinte livremente eleita.

Fascistas confessos, de cruz gamada e sigma, despiram as camisas sujas, lavaram as mãos torpes, são agora uns inocentinhos bem comportados, zumbem com sorriso de sujos:

— Não temos nada com isso.

Profissionais da política malandra, que recebiam instruções da embaixada alemã, da embaixada italiana, possibilitaram o golpe de Novembro e se beneficiaram com ele, purificaram-se, estão alheios a indecências e apontam um culpado.

— Foi ele.

E jornalistas que aplaudiram as injustiças mais terríveis, as violências mais ferozes, também se distanciaram do amo, cospem no prato, arranjam um bode expiatório.

Desses grupos, mais ou menos avariados, surgem cavaleiros andantes, Quixotes resolvidos a pôr as coisas nos eixos e desfazer agravos. É intuitivo que não acreditamos neles. Impossível responsabilizarmos um homem só pelas misérias que choveram sobre nós. Há muitos autores delas — e os piores são os que hoje simulam essa pureza tardia e querem democratizar o País de cima para baixo. É o que sempre fizeram. Na democracia deles o povo não entra. Fugimos dessa mistificação. E reclamamos com insistência, gritamos cem vezes, mil vezes, exibindo esta necessidade: uma Assembléia Constituinte livremente eleita. ●

PUBLICAÇÕES DA EDITORA ANITA GARIBALDI

FARABUNDO MARTÍ, HERÓI DO POVO DE EL SALVADOR: Este livro apresenta a biografia de Farabundo Marti, herói de El Salvador, bem como a luta revolucionária do povo deste país centro-americano nas décadas de 20 a 30. Deu-se o nome de Farabundo à Frente de Libertação que dá continuidade, hoje, à luta libertadora do povo de El Salvador.

PREÇO: Cr$ 200,00 *COD. 102*

O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO: Com este livro de Enver Hoxha temos em mãos uma poderosa arma de combate. Nele, o autor examina o desenvolvimento da luta de classes no mundo de hoje. Revela os planos dos exploradores, desmascara as teorias oportunistas; delineia a estratégia e a tática revolucionárias dos povos.

COD. 103 *PREÇO: Cr$ 800,00*

O REVISIONISMO CHINÊS DE MAO TSETUNG: Um livro de João Amazonas que sintetiza o combate dos marxistas-leninistas brasileiros à teoria oportunista dos três mundos e ao chamado pensamento Mao Tsetung - causa e efeito da desastrosa politica anti-socialista da China Popular.

PREÇO: Cr$ 800,00 *COD. 104*

OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES: Coletânea de artigos de Wladimir Ilich Lênin sobre a participação dos comunistas no Parlamento e o papel das eleições no conjunto das lutas do povo.

COD. 107 *PREÇO: Cr$ 400,00*

RELATÓRIO AO 8º CONGRESSO DO PARTIDO DO TRABALHO DA ALBÂNIA: Neste informe, o Secretário Geral do PTA aborda o desenvolvimento da economia albanesa, a vida do Partido e suas tarefas. Fala da educação comunista dos trabalhadores, da situação internacional, da luta contra o revisionismo, do movimento revolucionário e de libertação nacional atual.

PREÇO: Cr$ 800,00

COD. 108

PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA POPULAR

Este livro apresenta diversos artigos de João Amazonas que abordam problemas políticos e ideológicos do movimento revolucionário brasileiro – principalmente sobre a tática – em diversos períodos dos últimos anos.

COD. 109 *Cr$ 500,00*

A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO COMUNISTA

Esta é uma coletânea de artigos de Diógenes Arruda publicados no jornal A Classe Operária. Eles abordam sobretudo problemas da educação ideológica dos comunistas e a formação e seleção de quadros.

Cr$ 500,00 *COD. 110*

GUERRILHA DO ARAGUAIA – 1972-1982

Revista-livro elaborada a partir de grande pesquisa que envolveu entrevistas com participantes da guerrilha, pessoas da região, estudiosos das lutas populares, jornais da época, materiais publicados no exterior e, especialmente, a ajuda dos familiares dos mortos e desaparecidos no Araguaia.

COD. 111 *Cr$ 1.200,00*

Peço enviar-me ..... exemplar(es) da(s) publicação(ões) abaixo assinalada(s). Para tanto, estou enviando o cheque nº ..... no valor de Cr$ ..... em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.
Travessa Brigadeiro Luiz Antônio, 53 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: 01318.

COD. 102 ☐ *COD. 103* ☐ *COD. 104* ☐ *COD. 107* ☐ *COD. 108* ☐ *COD. 109* ☐ *COD. 110* ☐ *COD. 111* ☐ *COD. 112* ☐

NOME: .....

ENDEREÇO: .....*Bairro:* .....

CIDADE: .....*Estado* .....*CEP* .....*Fone* .....

PRÓXIMO LANÇAMENTO DA EDITORA ANITA GARIBALDI

SOCIALISMO – IDEAL DA CLASSE OPERÁRIA, ASPIRAÇÃO DE TODOS OS POVOS

de JOÃO AMAZONAS

Neste livro, o veterano dirigente comunista João Amazonas levanta opiniões esclarecedoras sobre o que é o socialismo, como se conquista e constrói esse sistema social, suas diferenças antagônicas com o capitalismo e o revisionismo. Atendo-se aos princípios do marxismo-leninismo, com espírito criador e científico, João Amazonas demonstra a ação objetiva das leis econômicas e sociais, a necessidade e mesmo a inevitabilidade da revolução proletária, o insubstituível papel do partido comunista até a construção de uma sociedade sem classes. Reafirma, desse modo, a vitalidade da ideologia do proletariado, a iminência histórica do socialismo e sua superioridade sobre o capitalismo. Com esta nova publicação, a EDITORA ANITA GARIBALDI presta mais um subsídio à formação da consciência socialista em nosso país.

Preço: Cr$ 600,00

Cód. 112